

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO
PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CULTURAS E IDENTIDADES

Grasiela Augusta Morais Pereira de Carvalho

**PROCESSOS DE (DES)CONSTRUÇÃO DA MASCULINIDADE HEGEMÔNICA NA
REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE**

RECIFE

2017

Grasiela Augusta Morais Pereira de Carvalho

**PROCESSOS DE (DES)CONSTRUÇÃO DA MASCULINIDADE HEGEMÔNICA NA
REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE**

Dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Culturas e Identidades da Universidade Federal Rural de Pernambuco e Fundação Joaquim Nabuco na linha de pesquisa 1: Movimentos Sociais, Práticas Educativas-culturais e Identidades, como parte dos requisitos necessários para obtenção do título de mestre em Educação.

Orientadora: Prof. Dra. Denise Maria Botelho.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE
Biblioteca Central, Recife-PE, Brasil

C331p Carvalho, Grasiela Augusta Morais Pereira de
Processos de (des)construção da masculinidade hegemônica
na região metropolitana do Recife / Grasiela Augusta Morais
Pereira de Carvalho. – 2017.
112 f. : il.

Orientadora: Denise Maria Botelho.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Rural de
Pernambuco, Fundação Joaquim Nabuco. Programa de Pós-
Graduação em Educação, Culturas e Identidades, Recife,
BR-PE, 2017.

Inclui referências e apêndice(s).

1. Gênero 2. Homem 3. Identidade 4. Masculinidade
5. Feminismo I. Botelho, Denise Maria, orient. II. Título

CDD 370

Grasiela Augusta Morais Pereira de Carvalho

**PROCESSOS DE (DES)CONSTRUÇÃO DA MASCULINIDADE HEGEMÔNICA NA
REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE**

Relatório de Defesa de mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Culturas e Identidades da Universidade Federal Rural de Pernambuco e Fundação Joaquim Nabuco na linha de pesquisa: 1. Movimentos Sociais, Práticas Educativas-Culturais e Identidades, como parte dos requisitos necessários para obtenção do título de mestre em Educação.

Data de aprovação: 20/02/2017.

BANCA EXAMIDADORA:

Profa. Dra. Denise Maria Botelho (UFRPE) (orientadora)

Prof. Dr. Hugo Ferreira Monteiro (UFRPE) (membro interno)

Prof. Dr. Marcelo Henrique Gonçalves de Miranda (UFPE) (membro externo)

Profa. Dra. Daniela Auad (UFJF) (suplente)

AGRADECIMENTOS

Ao meu pai e minha mãe que proporcionaram estrutura necessária para realização desse projeto de vida. Ele, a minha primeira referência de homem e talvez a motivação para estudar masculinidades. Ela, a plateia de sempre, a leitora mais crítica; ora massagista pessoal, ora psicóloga e amiga. Tudo isto é por e para Ela, meu real suporte.

À minha irmã, Misandra, e ao meu cunhado, João Paulo, que fomentaram a realização deste trabalho com muito carinho e com bastante cafeína.

A todos os amigos, especialmente o casal Élide e Bruno, que deram forças para realização desta pesquisa.

Às espiritualidades que cruzaram o meu caminho com aquele que é meu próprio modelo de homem pró-feminista e, também, meu companheiro, Marcelo, que disponibilizou mente e corpo para dividir comigo os pesos deste caminho.

À minha orientadora, professora, modelo, e até mesmo orientadora espiritual, Denise Botelho, que me permitiu atos de pensamento e boas reflexões sobre o tema, desenvolvendo comigo não apenas uma pesquisa acadêmica, mas um percurso, acima de tudo, pessoal.

Aos professores Hugo Ferreira Monteiro e Marcelo Henrique Gonçalves de Miranda que colaboraram com o meu amadurecimento intelectual desde que os conheci.

Ao GEPERGES que, a partir de cada um dos seus membros, modificou minha forma de ver e entender o mundo.

À FACEPE pela concessão da bolsa de estudos que possibilitou uma dedicação exclusiva para o desempenho deste trabalho.

Ao feminismo que, mais do que meu referencial teórico, é minha ideologia de vida.

“[...] comecei a pensar que eu me organizando posso desorganizar, que eu desorganizando posso me organizar, que eu me organizando posso desorganizar. Da lama ao caos, do caos à lama” (SCIENCE, 1994).

RESUMO

O presente trabalho tem o propósito de contribuir para os estudos sobre masculinidades analisando a identidade do homem e o processo particular de (re)construção das masculinidades e na (des)construção de seu caráter hegemônico. Apresenta-se um estudo associativo entre estudos de gênero, masculinidade e feminismo utilizando referenciais teóricos, preferencialmente aquelas produções que utilizam as perspectivas das epistemologias do sul global. Pesquisas demonstram que a cultura patriarcal e machista traz consigo vulnerabilidades sociais, tanto para mulheres quanto para homens. A pesquisa qualitativa tem como objetivo analisar a construção de masculinidades contrárias ao padrão hegemônico, face às novas configurações nas relações entre os gêneros, com homens que se reconheçam como apoiadores ao processo de emancipação feminina na Região Metropolitana do Recife (PE). A performance de uma masculinidade (pró)feminista nos permite afirmar que os ideais feminista se apresentam como um caminho saudável para a desconstrução de uma masculinidade hegemônica e sexista para a busca do bem viver dos homens.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero; Homem; Identidade; Masculinidade; Feminismo.

ABSTRACT

The presente work had the purpose of contributing to the studies about masculinities analysing the identity of the man and the particular process' of construction, reconstruction and deconstruction of his hegemonic character. An associative study between gender, masculinity and feminism studies is presented using theoretical references, preferably the ones that utilize the perspectives of global South epistemologies. Researches show that the patriarchal and sexist culture brings along social vulnerabilities for both, men and women. This qualitative research aims to analyze the construction of masculinities that are against the hegemonic pattern, in face of the new configurations of relationship between gender, with men that recognize themselves as supporters of the process of female emancipation in the metropolitan area of Recife (PE-BRA). The performance of pro-feminist masculinity allow us to affirm that the feminist ideology present itself as a healthy path to the deconstruction of an hegemonic and sexist masculinity and the seek for the healthy living of men.

KEY-WORDS: Gender; Man; Identity; Masculinity; Femimism.

LISTA DE SIGLAS

ALEPE – Assembleia Legislativa de Pernambuco

CAPES – Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior

CONEP – Comissão Nacional de Ética em Pesquisa

CNS – Conselho Nacional de Saúde

EC – Estudos Culturais

FUNDAJ – Fundação Joaquim Nabuco

GEPERGES – Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação, Raça, Gênero e Sexualidade Audre Lorde

NEAB/UFPE – Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal de Pernambuco

UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Revisão bibliográfica: “Identidade masculina”	30
Tabela 2 - Revisão Bibliográfica: “Identidades masculinas”	34
Tabela 3 – Revisão Bibliográfica: “Homens feministas”	35
Tabela 4- Revisão Bibliográfica: “Homens pró-feministas”	36

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Estruturas coloniais.....	25
Figura 2: Revisão Bibliográfica - Produção por tipo (Dissertação/Tese)	36
Figura 3: Revisão Bibliográfica - Produções por ano (2006-2016).....	37
Figura 4: Revisão Bibliográfica - Produção por Região.....	37

SUMÁRIO

RESUMO	7
ABSTRACT	8
LISTA DE SIGLAS	9
LISTA DE TABELAS	10
LISTA DE FIGURAS	11
APRESENTAÇÃO	11
1 INTRODUÇÃO	17
2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	29
3 ABORDAGEM TEÓRICA	40
3.1 <i>IDENTIDADES EM PERSPECTIVAS</i>	40
3.1.1 <i>IDENTIDADES: ENTRE CONCEITOS E SUAS TEMPORALIDADES</i>	44
3.2 <i>MOVIMENTOS SOCIAIS: UMA BREVE REFLEXÃO</i>	47
3.2.1 <i>FEMINISMO: DO DESLOCAMENTO DO SUJEITO À IDEOLOGIA POLÍTICA</i> .49	
3.2.2 <i>FEMINISMO LATINO</i>	55
3.3 <i>MASCULINIDADE(S): UM OLHAR FEMINISTA E DE GÊNERO</i>	58
3.3.1 <i>MASCULINIDADES SUBALTERNAS: UMA ANÁLISE INTERSECCIONALIZADA</i>	63
4 IDENTIDADES MASCULINAS NA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE: .71	
4.1 <i>METODOLOGIA</i>	71
4.2 <i>ETAPAS DA PESQUISA</i>	72
4.3 <i>ÉTICA NA PESQUISA</i>	75
4.4 <i>ANÁLISE DOS DADOS</i>	77
CONSIDERAÇÕES FINAIS	88
REFERÊNCIAS	92
APÊNDICE A - ROTEIRO PARA ENTREVISTAS	100
APÊNDICE B – FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DOS PARTICIPANTES	101
APÊNDICE C – TERMOS DE CONSENTIMENTO LIVRE-ESCLARECIDO	105

APRESENTAÇÃO

A presente pesquisa tem como perspectiva analisar e estudar a identidade masculina e o processo de ruptura ou reafirmação da masculinidade hegemônica, bem como identificar, via reflexa, as transformações sociais promovidas pelo movimento feminista e se (ou como) os movimentos sociais que promovem a igualdade de gênero influenciam na reconfiguração da identidade e da masculinidade dos homens em questão.

Escrever sobre as experiências vivenciadas, como a construção da própria identidade e do processo de escolha da temática da pesquisa científica, é um processo de reencontro, acima de tudo.

A experiência de projetar um olhar para o trajeto percorrido permite uma “revitalização do pensamento” (NEVES, 2010), através do questionamento da razão de ser do projeto científico e, ainda, a razão de ser de si mesma.

A construção da autobiografia é uma viagem ao passado em que os relatos ou memórias representam a perspectiva através dos olhos do ser presente, sendo uma escolha ideológica a própria “decisão entre o que deveria e merecia ser narrado, celebrado e o que deveria ser omitido” (NEVES, 2010, p.125).

A perspectiva utilizada para a realização desta pesquisa percorre a linha da subjetividade como o suporte para a construção da produção do saber, valorando a memória e a cultura de cada indivíduo, abandonando a visão moderna de afastar o pesquisador da pesquisa. Fica claro, portanto, que não há condições de separar o engajamento político do conhecimento científico, que naturalmente preserva certa dose de ideologia (CARDOSO, 1987).

É evidente que no processo de significação deve-se atenção ao passo mais importante da pesquisa participante: o estranhamento do outro como meio de compreensão e produção do saber.

Portanto, a proposta do tema tem cunho ideológico e representa uma vivência atravessada de fatos, experiências e pessoas que são indissociáveis à produção do saber, razão pela qual se faz necessário um mergulho, ainda que contido, na identidade do pesquisador, evidenciando a natureza subjetiva da relação entre o pesquisador e a sua produção.

O meu processo pessoal de construção de identidade sempre foi conturbado diante da ausência de identificação com os padrões sociais exigidos e vinculados à feminilidade. A ausência de identificação completa e pacífica com esses padrões resultou num processo de diferenciação, que normalmente era apresentado como excentricidade.

Apesar dos confrontos identitários ocorridos, vivenciei em casa a experiência da liberdade através da educação dos meus pais, em especial da minha mãe, que, sempre em confronto com as formalidades e o conservadorismo do meu pai, acreditava que as suas duas filhas deveriam ser livres para ser aquilo que quisessem efetivamente ser.

Lembro nitidamente da primeira vez que questioneei, socialmente, os estereótipos de gênero. A lição fazia parte de uma prova de português do primário, estávamos aprendendo a interpretar. A professora de português nos entregou uma figura de um menino e uma menina, sentados em um banco de praça, onde havia uma vara de pescar, ao lado da menina, e uma cachorrinha, ao lado do menino.

O exercício consistia em interpretar a imagem conforme o ponto de vista do aluno, tendo sido minha resposta clara e direta: a cachorra pertencia ao menino e a vara de pescar seria da menina. A professora, no entanto, não concordou com a minha interpretação, que diferia da interpretação da turma, e pontuou com zero a minha avaliação.

Minha mãe, que optou por ser dona de casa, tinha o hábito de revisar todas as provas e exercícios conosco para tirar as dúvidas e perceber nossas dificuldades escolares, e, ao perceber que eu tinha sido injustiçada pela opinião estereotipada da professora, procurou a escola exigindo reavaliação daquele exercício.

Primeiramente, ela ponderou que a questão não exigia uma resposta científica, mas sim um ponto de vista do(a) aluno(a) a partir das experiências vivenciadas; que, em meu caso, ainda que menina fosse, incluía pescar com meu pai nos fins de semana. Assim, a partir daquele momento, talvez tenha descoberto a lição mais preciosa de todas, a de que caberia a mim mesma desaprender os ensinamentos sobre gênero.

Na adolescência, no processo de escolha da profissão, também não se pode falar em serenidade. Enquanto a minha vontade era ser jornalista, pela necessidade

de escrever, falar e questionar, meu pai me direcionou para a advocacia, mesmo ofício o qual se dedica a mais de trinta anos.

Em 2009, já cursando a faculdade de Direito, pelos meus questionamentos, fui escolhida para participar do *Projeto de Formação de Promotoras Legais Populares – Rede de Educadoras Sociais*, da Secretaria Especial da Mulher do Governo de Pernambuco. A proposta consistia em formar Promotoras Populares que, através dos conhecimentos repassados pelas monitoras sobre violência doméstica e familiar, poderiam atuar como rede de apoio às mulheres dos seus bairros da cidade do Recife (PE), as quais exigiam atenção em razão dos altos índices de violência contra a mulher.

Neste projeto tive a oportunidade de conhecer uma mulher especial, *Risoflora*¹, que tinha uma história de superação, por ter sobrevivido às violências, físicas e emocionais, praticadas por seu companheiro. Nesta época, o feminismo ainda era uma semente em mim que não havia despertado; no entanto, a partir desse processo de troca com minha querida amiga *Risoflora*, pude ter a certeza de que esta era a semente que queria cultivar e que ela já germinava.

Mais do que a realização de terminar o projeto com grandes transformações pessoais, a maior realização foi, sem dúvida, perceber o emponderamento desenvolvido pela aluna, que, anos depois, teria o prazer de encontrá-la em fóruns, eventos, palestras e em marcha pela luta dos direitos das mulheres.

O projeto teve grande influência na construção do meu processo de identidade, à medida que a vivência com histórias de luta e superação despertaram em mim o sentimento de solidariedade. Esse sentimento, hoje percebo, foi o que despertou a minha identificação com o feminismo. Ouvir relatos de experiências de mulheres que sofreram violência doméstica operou em mim um sentimento de responsabilidade com a questão de gênero, o que passou a direcionar as minhas escolhas.

Assim, é perceptível que a construção da identidade tem como base as experiências vivenciadas pelo autor-relator e suas memórias erguem seu discurso. Neste sentido, as experiências não apenas denotam nossos comportamentos, princípios e valores, elas também operam forte influência sobre nossas escolhas e

¹ Nome fictício.

ações. Nossas experiências são responsáveis, inclusive, pelos conhecimentos que decidimos obter durante nossas exclusivas vivências (NEVES, 2010).

Em continuidade e na busca de mais conhecimento sobre a temática de gênero, participei do *Curso de Especialização em Gênero, Desenvolvimento e Políticas Públicas*, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), oportunidade em que vivenciei as diversas facetas do feminismo, através do convívio com outras discentes e suas lutas específicas.

A identificação com as temáticas promovidas pelo curso, a aproximação com leituras sobre a problemática de gênero, sexualidade, raça e classe operaram um processo de mudança e questionamentos mais profundos em mim.

A escolha pelo tema da participação dos homens no movimento feminista, portanto, brotou da discrepância entre o número de homens e de mulheres na minha especialização – apenas três numa turma de aproximadamente quarenta mulheres. A ausência de homens discutindo ou participando das questões relativas à igualdade de gênero me sensibilizou e despertou a necessidade de questionar o espaço dos homens nesse projeto de promoção de igualdade de gênero.

Assim, se um dia me identifiquei com aquela menina sentada no banco da praça, com sua vara de pescar, hoje me projeto a acreditar que necessariamente não precisamos nos limitar a ser ou preencher um estereótipo, podemos ser as nossas próprias medidas e composições. Afinal, há muitos bancos na praça da vida.

Como pesquisadora que se autorreconhece enquanto feminista; sendo evidente que esta condição influi consideravelmente nos olhares direcionados na pesquisa. Neste sentido, inclusive, cabe mencionar a dificuldade de produzir alguns capítulos, à medida que esta pesquisadora – que constituiu seus ideais feministas a partir da relação com certo feminismo europeu – teve suas análises sobre o feminismo altamente atravessadas pela aproximação com um feminismo latino; seja através de estudos direcionados a uma epistemologia do sul, seja pelas discussões sobre os temas de raça e gênero, enquanto membro do grupo de estudo GEPERGES Audre Lorde.

A partir do meu lugar de mulher, cisgênero², branca, hétero, de classe média e nordestina, cabe desde já afirmar que disponho de privilégios na lógica hierárquica

² Identidade cisgênero refere-se a pessoas que se reconhecem, em sua subjetividade, com o mesmo gênero de nascimento.

étnico-racial, heteronormativa e transfóbica; por outro lado, desfruto de desprestígios quando pensamos na lógica do sistema-mundo patriarcal, capitalista, colonial e moderno.

A presente dissertação será dividida em cinco capítulos nos quais se pretende abordar os enfoques escolhidos para o estudo do tema da identidade dos homens promotores de gênero, a fim de compreender o processo ou não de (des)construção de suas masculinidades.

Este trabalho começa, portanto, pela apresentação, com um breve relato pessoal.

Na introdução, contextualizamos a temática, destacando a justificativa do tema e estabelecendo objetivos a serem alcançados pela pesquisa.

No segundo capítulo, da revisão bibliográfica, apresentamos o estado atual das produções científicas, tendo ideia do que já foi estudado e do que ainda precisa ser abordado, e, portanto, a imperatividade do tema.

Os referenciais teóricos, no terceiro capítulo, relacionam-se à tríade identidade/feminismo/masculinidade, sendo utilizados os seguintes aportes:

a) no que tange aos processos constitutivos da identidade e os possíveis deslocamentos, utilizamos as lentes dos seguintes teóricos: BAUMAN (2005); CASTELLS (1999); GIDDENS (2002); HALL (1999) e WOODWARD (2014);

b) para analisar o impacto do feminismo e suas teorias na produção de deslocamento do sujeito, fez-se uso das contribuições de AUAD (2003); CARNEIRO (2003); CURIEL (2009); HARAWAY (2004); MANINI (1995/1996); PISCITELLI (2009); RAGO (2001; 2004); SCOTT (1989); entre outras;

c) o tema das masculinidades foi estudado a partir das produções de conhecimento desenvolvidas por BOURDIEU (2014); CONNELL (1997); FLOOD (1995); KAUFMAN (1994); CONNELL, MESSERSCHMIDT (2013); MARQUÉS (1997); MEDRADO, LYRA (2008); NOLASCO (1995; 2001); PINHO (2004; 2014) e WALZER-LANG (2004).

O capítulo seguinte apresentará a metodologia escolhida para o desenvolvimento da presente pesquisa, com a narração das etapas e com a descrição da ética, enquanto lastro para a realização da pesquisa de campo.

O último capítulo trata-se da análise central da pesquisa, realizada na Região Metropolitana do Recife (RMR), que aborda as identidades masculinas que se

autorreconhecem enquanto feministas, pró-feministas ou, ainda, machistas em desconstrução; e a percepção do impacto do feminismo em especial para a desconstrução da masculinidade hegemônica local.

1 INTRODUÇÃO

É certo que a relação de poder, neste momento histórico e social, ainda representa um privilégio dos homens sobre as mulheres, e parece descabido comparar as pressões de gênero estereotipadas e sexualidade suportada pelos homens à opressão estrutural e sistemática que sofrem as mulheres; no entanto, pesquisar sobre masculinidade e identidade masculina representa uma necessidade aos estudos de gênero, à medida que esta cultura opressora também os afeta e demonstra a necessidade de uma frente de ataque à cultura patriarcal e machista ainda presente em Pernambuco.

Ações ou omissões, fundadas no gênero, que cause morte, lesão (físico e/ou sexual e/ou emocional), danos (moral e/ou patrimonial), cometidos no ambiente doméstico, na unidade familiar e/ou em relações íntimas de afeto, independente da coabitação ou orientação sexual, são punidas pela Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), que não apenas cria mecanismos de punição de crimes cometidos contra as mulheres, nas condições acima descritas, bem como atua no emponderamento das vítimas na busca de uma vida sem violência e opera, em via transversa, a disseminação dos direitos humanos das mulheres.

O Brasil encontra-se em 5º (quinto) lugar no *ranking* de países no que se refere à taxa de homicídios de mulheres, por 100 (cem) mil habitantes, ficando atrás dos seguintes países, respectivamente: El Salvador, Colômbia, Guatemala e Federação Russa. Especificamente, o percentual de homicídios de mulheres no Brasil foi de 4,8% (quatro vírgula oito por cento) a cada 100 (cem) mil habitantes, em 2013, que representa 4.762 (quatro mil e setecentos e sessenta e duas) mortes ou 13 (treze) homicídios femininos diários (WAISELFISZ, 2015).

A região Nordeste, por sua vez, ocupa o 2º (segundo) lugar na estatística de homicídios de mulheres, com o registro de 1.546 (mil quinhentos e quarenta e seis) mortes, sendo a região Sudeste a que registrou o maior número de casos, 1.604 (mil seiscentos e quatro) mortes, em 2013 (WAISELFISZ, 2015).

A Secretaria da Mulher do Governo de Pernambuco³ atua em 04 (quatro) frentes de combate ao enfrentamento de violência doméstica e familiar contra a mulher:

a) política de proteção, com a implantação de casas-abrigo, delegacias especializadas e defensorias;

b) política de punição, com a instalação de juizados de violência doméstica e criminal em associação com o Ministério Público, com promotorias criminais especializadas;

c) política de assistência, com a articulação com demais secretarias estaduais e inclusão de programas governamentais;

d) política de conhecimento, com o fomento nos âmbitos de pesquisa, estudo e informação.

Apesar disso, Pernambuco ficou em 3^o (terceiro) lugar no ranking de estados com mais casos de homicídios de mulheres na região Nordeste, totalizando 256 (duzentos e cinquenta e seis) casos, ficando atrás apenas da Bahia (421 casos), classificada em primeiro lugar, e Ceará (278 casos) em segundo lugar. Desta feita, Pernambuco apresenta uma taxa de homicídio de mulheres (5,5%) maior do que a taxa nacional (4,8%), a cada 100 (cem) mil mulheres (WAISELFISZ, 2015).

Resumidamente, apresentando uma comparação entre os percentuais de homicídio de mulheres, Pernambuco ocupa a 15^o (décima quinta) posição, em relação às Unidades da Federação/Estados, enquanto a capital, Recife, ocupa a 21^o (vigésima primeira) posição em relação às demais capitais.

Quanto ao local da agressão/homicídios, o domicílio é o segundo local mais comum – sendo o primeiro local as vias pública. No caso dos homens, o domicílio ocupa apenas o 4^o (quarto) lugar, atrás dos respectivos locais de agressão: via pública, estabelecimento de saúde e outros. Portanto, quando se considera os homicídios de mulheres, as taxas – de 8,3% (oito vírgula três por cento) por 10 (dez) mil mulheres – indicam a ocorrência de violência doméstica, sendo, em metade dos casos registrados, o parceiro ou ex-parceiro o principal agressor, no caso de mulheres jovens e adultas, consideradas aquelas com idade entre 18 a 59 anos (WAISELFISZ, 2015).

³ Ver: <http://www2.secmulher.pe.gov.br/web/secretaria-da-mulher/politica-de-enfrentamento>. Acesso em: 01 fev. 2017.

Considerando as violências não letais, ainda assim, a residência, enquanto local da agressão, é percentualmente superior no caso das mulheres, com uma porcentagem de 71,9% (setenta e um vírgula nove por cento); contra uma porcentagem de 50,4% (cinquenta vírgula quatro por cento) para os homens.

Considerando a relação dos agressores com as vítimas, os parceiros e ex-parceiros são preponderantes nos casos em que as vítimas são do sexo feminino (35,1%, com especial concentração na faixa jovem: 43,1%). No caso de vítimas do sexo masculino, os agressores, em 27,1% (vinte e sete vírgula um por cento) dos casos, são amigos ou colegas (WAISELFISZ, 2015).

Assim, os dados apresentados demonstram que a cultura patriarcal e machista comum no Brasil e enraizada em Pernambuco, traduzidas em números e porcentagens, demonstra uma cultura tolerada e até então estimulada socialmente.

Cabe mencionar que as mazelas do machismo são de ordem diversa para homens e mulheres, posto que o machismo é uma condição socialmente estrutural. Para os homens, as desvantagens raramente representam desigualdades sociais, como ocorre para as mulheres.

Em uma perspectiva local, Pernambuco se destaca por possuir uma Organização Não Governamental Instituto Papai⁴ que, intitulando-se como uma instituição feminista, se destaca por defender o envolvimento dos homens no contexto da igualdade de gênero, entendendo que tal inclusão contribui para melhores condições de vida para todos, sendo considerada uma iniciativa pioneira na América Latina (MEDRADO; LYRA, 2015).

Em uma perspectiva global, comungando destas premissas, a ONU MULHERES lançou, em setembro de 2014, a campanha “He for She” (eles por elas), com o propósito de conceder visibilidade internacional sobre a responsabilidade dos homens na busca pela igualdade de gênero, considerando que a violência de gênero é um das violações mais recorrente nesta época (ONU WOMEN, 2014, p.3).

Para a compreensão dos propósitos da campanha, apresenta-se parte do discurso promovido pela atriz Emma Watson, embaixadora da boa esperança da campanha, que assim menciona:

[...] Homens também não tem o benefício da igualdade. Nós não queremos falar sobre homens sendo aprisionados pelos estereótipos

⁴ Ver: <http://institutopapai.blogspot.com.br/>. Acesso em: 01 de fev. 2017.

de gênero, mas eles estão. Quando eles estiverem livres, as coisas vão mudar para as mulheres, como consequência natural. Se homens não têm que ser agressivos, mulheres não serão obrigadas a serem submissas. Se homens não têm a necessidade de controlar, mulheres não precisarão ser controladas. Tanto homens quanto mulheres deveriam ser livres para serem sensíveis. Tanto homens e mulheres deveriam ser livres para serem fortes. É hora de começar a ver gênero como um espectro ao invés de dois conjuntos de ideais opostos. Deveríamos parar de nos definir pelo que não somos e começarmos a nos definir pelo que somos. Todos podemos ser mais livres e é isso que He For She é sobre. É sobre liberdade. Eu quero que os homens comecem essa luta para que suas filhas, irmãs e esposas possam se livrar do preconceito, mas também para que seus filhos tenham permissão para serem vulneráveis e humanos e fazendo isso, sejam uma versão mais completa de si mesmos. [...] Estamos lutando, mas a boa notícia é que temos a plataforma. É chamada Ele por Ela. Eu convido você a ir em frente, ser visto e se perguntar: se não eu, quem? Se não agora, quando? (WATSON, 2014, p.1).

Assim, percebe-se que a presente campanha contribui para a fomentação de identidades masculinas outras que não estejam baseadas na subordinação feminina e hipervalorização masculina.

Portanto, o presente trabalho tem o propósito de contribuir para os estudos sobre masculinidades, analisando o homem enquanto sujeito que promova a igualdade de gênero e o processo particular de (re)construção das identidades e de suas masculinidades.

O ponto de partida da análise foi a busca por homens que se reconheçam socialmente como feministas, pró-feministas ou, ainda, machistas em desconstrução. O meio pelo qual se operou as buscas se deu, basicamente, pelas Redes Sociais, utilizando-se, também, outros meios de contato direto, conforme será melhor demonstrado no tópico das etapas da pesquisa.

Neste contexto, cabe indicar que o homem que se pretende observar e que preencherá a condição de interlocutor será aquele que se reconheça pela sua ideologia pró-gênero e histórico de defesa dos direitos humanos das mulheres; e o que se pretende observar é o processo de reposicionamento identitário pela aproximação com a ideologia e/ou com o movimento feminista e descobrir como se dá – e se de fato ocorre – a construção de uma masculinidade diferenciada dos padrões normativos: a desconstrução da masculinidade hegemônica.

O **problema de pesquisa** se materializa na seguinte pergunta: é possível a vivência de masculinidades contrárias e/ou subversivas ao modelo hegemônico da masculinidade?

Enquanto **hipótese**, espera-se que a pesquisa indique que a ideologia pró-gênero e a busca pela igualdade, amparada por uma epistemologia feminista, também se faz libertadora para o homem, concedendo espaço para a busca de masculinidades outras.

Libertadora porque a construção da identidade é um reflexo da relação de poder que normatiza comportamentos, hierarquizando-os e marginalizando aqueles que estejam contrários ao padrão.

Entendemos epistemologia feminista enquanto uma forma de produção de conhecimento a partir da categoria de gênero, estando o sujeito do conhecimento “inserido em um campo complexo de relações sociais, sexuais e étnicas” (CALVELLI; LOPES, 2011, p.347).

A partir desta perspectiva, evidenciamos a concepção de uma relação existente entre produção de conhecimento (ciência) e poder, tentando, pois, romper os “esquecimentos” das contribuições femininas para a Ciência, encobrimentos que servem para a manutenção do patriarcado.

Utilizar-se-á, pois, uma perspectiva feminista para a análise do objeto central desta pesquisa, ora a partir do aporte teórico escolhido, ora a partir das vivências desta pesquisadora.

Assim, pretende-se alcançar o **objetivo geral**, qual seja:

Analisar a construção de masculinidades contrárias ao padrão hegemônico, face às novas configurações nas relações entre os gêneros, com homens que se reconheçam como apoiadores ao processo de emancipação feminina na Região Metropolitana do Recife (PE).

E os seguintes **objetivos específicos**:

a) compreender o processo de construção das identidades masculinas a partir de uma epistemologia feminista;

b) investigar a ocorrência ou não do processo de desconstrução da masculinidade hegemônica.

Tais objetivos estarão dialogando com a epistemologia da decolonialidade, sendo esta parte de um processo de disputa de espaços dentro da academia,

apreciando as produções que contemplem às experiências dos(as) colonizados(as), considerando estas vivências como saberes que necessitam ser valorizados.

A partir das leituras e reflexões das produções de Pedro de Araujo Quental (2012), Walter Mignolo (2008), Aníbal Quijano (2005), Ramón Grosfoguel (2008), Catherine Wlash (2008) e María Lugones (2015) buscamos a teoria decolonial para auxiliar a compreensão do sistema-mundo moderno-colonial em que estamos situados – física e epistemologicamente –, bem como correlacionar tais embasamentos para a compreensão das identidades sociais masculinas e o exercício das mais diversas formas de masculinidades.

Em princípio, precisamos compreender o que vem a ser o pensamento decolonial. Para Walter Mignolo (2008, p. 290) “significa, entre outras coisas, aprender a desaprender [...] já que nossos [...] cérebros tinham sido programados pela razão imperial/colonial”.

Pedro de Araujo Quental (2012, p. 49) entende o pensamento decolonial como aquele que “[...] busca problematizar as estruturas de dominação herdadas do período colonial, considerando também as dimensões simbólicas e subjetivas deste processo”.

Cabe-nos, ainda, diferenciar colonialidade e colonialismo, visto que muitos utilizam erroneamente como sinônimos. Bem, o colonialismo remonta a ideia da presença de uma administração colonial; já a colonialidade, apresenta-se como uma face da modernidade, sendo o resultado do processo de interação colonial (dominação/exploração) que se manteve mesmo após o fim da presença de uma administração colonial (GROSFOGUEL, 2008).

É a partir do lócus de enunciação que se constitui a diferença entre o pensamento decolonial e o pós-colonialismo, sendo esta teoria relativa às experiências coloniais na Ásia e África, enquanto que aquela está relacionada às experiências das colônias latino-americanas (QUENTAL, 2012).

Por fim, cabe mencionar que no decorrer de nossa produção utilizaremos a denominação *decolonial* em vez de *descolonial*, à medida que esta remete a ideia de superação da colonialidade enquanto que aquela remonta um processo de resistência contínuo.

A América Latina, ou Abya-Yala⁵, não é apenas um espaço de demarcação geográfica, mas efetivamente um lócus de enunciação, um ambiente de produção de conhecimento e de desobediência epistêmica, e, principalmente, uma demarcação inventada pelo discurso eurocêntrico, onde “apenas a partir do surgimento da América que a Europa passa a afirmar-se como centro geopolítico do mundo” (QUENTAL, 2012, p. 58).

Na lógica do sistema mundial moderno-colonial, ainda que a modernidade seja habitualmente vinculada aos acontecimentos intraeuropeus (como o Iluminismo, a Revolução Industrial e etc.), esta modernidade tem alicerces profundos e primários na conquista e colonização da América, que deve ser “(...) compreendida, assim, como parte constitutiva da modernidade, uma exterioridade que lhe é interior” (QUENTAL, 2012, p. 62).

A partir desses processos de dominação e exploração, com uso de violências físicas e simbólicas, se configura a hierarquização entre colonizador e colonizados, e o discurso de inferioridade, com o tempo, é incorporado na cultura e reproduzido pelos próprios colonizados (QUENTAL, 2012).

Para a manutenção deste sistema-mundo colonial-moderno, destacamos alguns eixos⁶ que, entrelaçando-se, reificam a lógica eurocentrista da hierarquia entre os povos, quais sejam: (a) colonialidade do poder, (b) colonialidade do saber, (c) colonialidade do ser e (d) colonialidade de gênero.

A raça aparece como eixo estruturante para a hierarquização e classificação da população mundial exercendo influência, inclusive, sobre o controle do trabalho, tudo a partir da diferenciação entre europeu e não europeu. A colonialidade do poder estabelece-se, pois, através da “divisão racial do trabalho” (QUIJANO, 2005, p. 228) e na “hierarquia étnico-racial global estabelecida entre europeus e não-europeus” (GROSGUÉL, 2008, p.48).

Em decorrências de hierarquias entre as subjetividades, ainda no contexto da colonialidade do poder, as culturas locais e não europeias são expropriadas enquanto que outra cultura passa a ser imposta.

⁵ Expressão derivada da língua do povo Kuna que, segundo QUENTAL (2012), significaria “terra madura”, “terra viva” ou “terra em florescimento”, representando, simbolicamente, o confronto do pensamento decolonial com a perspectiva eurocêntrica.

⁶ Não negligenciamos outras formas de eixos da colonialidade, no entanto, a opção de destacar essas quatro acepções está relacionada a vinculação com a temática da pesquisa e as possíveis correlações.

Para Ramón Grosfoguel (2008, p.51), a colonialidade do poder representa um enredamento de hierarquias heterogêneas, ou “heterarquias”, as quais exercem dominação/exploração, sendo a hierarquia étnico-racial aquela que atravessa e fundamenta as demais estruturas de poder. Em minúcias:

Contrariamente ao que afirma a perspectiva eurocêntrica, a raça, a diferença sexual, a sexualidade, a espiritualidade e a epistemologia não são elementos que crescem às estruturas económicas e políticas do sistema-mundo capitalista, mas sim uma parte integrante, entretecida e constitutiva desse amplo “pacote enredado” a que se chama sistema-mundo patriarcal/capitalista/colonial/moderno europeu (GROSFOGUEL, 2002 apud GROSFOGUEL, 2008, p.52).

Uma das mais ativas determinações para a construção das identidades e das subjetividades foi a colonialidade do poder, que através de relações hierárquicas e de controle, utilizando-se comumente racialização do trabalho, estabeleceu o lugar de desvantagem para as identidades não europeias.

Assim, a Europa também exerceu sua hegemonia no controle das formas de subjetividade, da cultura e, em especial, da produção do conhecimento (QUIJANO, 2005).

No sistema-mundo-colonial, assim como a modernidade, a racionalidade e o conhecimento passam a ser compreendidos como “produtos exclusivamente europeus” (QUIJANO, 2005, p. 232).

Tem-se, então, a lógica da colonialidade do saber. Nessa perspectiva, a lógica do sistema-mundo de Ramón Grosfoguel (2008) garante à cultura e ao conhecimento europeu a validade, universalidade e a condição de verdade única dessas produções.

Em resumo, o presente arcabouço teórico pode ser demonstrado através da ilustração, que não apenas contempla a estrutura do sistema-mundo e suas estruturas coloniais como também localiza o pensamento crítico de fronteira como elemento de ruptura desta teia colonial.

O pensamento crítico de fronteira, tesoura de corte das cosmologias e epistemologias do subalterno, apresenta-se enquanto “resposta transmoderna descolonial do subalterno perante a modernidade eurocêntrica” (GROSFOGUEL, 2008, p.74).

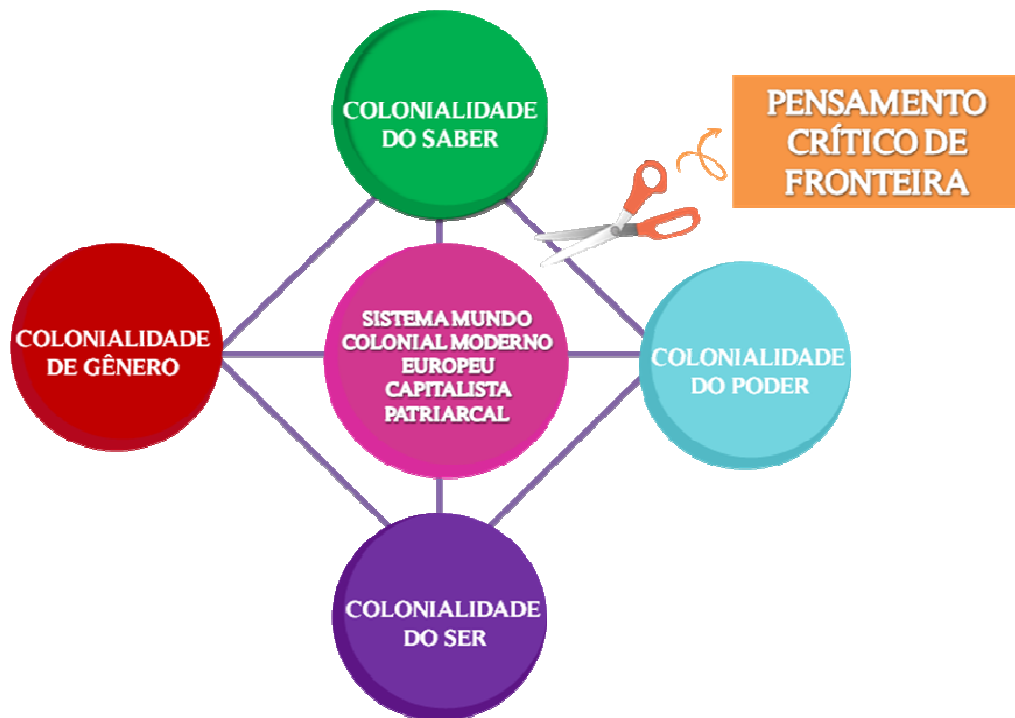


Figura 1: Estruturas coloniais.

A produção de conhecimento decolonial, portanto, apresenta-se enquanto uma emergência, não devendo ser entendida como antagonista fundamentalista ou antimoderna, mas efetivamente enquanto produção crítica decorrente dos corpos e dos lugares epistêmicos dos(as) subalternizados(as) (GROSFOGUEL, 2008). Assim:

A cumplicidade entre as ciências sociais e a colonialidade do poder na produção de conhecimento e dos desenhos imperiais globais requer novos lugares institucionais e não-institucionais, a partir dos quais o subalterno possa falar e ser ouvido. (GROSFOGUEL, 2008, p.71).

Considerar a perspectiva dos subalternizados, para Walter Mignolo (2008), é uma desobediência epistêmica necessária para o rompimento da razão imperial, ou seja, pensar para além da política imperial de identidades modernas- raciais- patriarcais.

A colonialidade do ser apresenta-se como outro meio de operacionalizar a lógica do sistema-mundo, sendo esta a construção de hierarquias para as

identidades e subjetividades, constituindo-se grupos superiores e inferiores a partir de acepções étnico-raciais, sexuais e de gênero.

A produção do ser passou a considerar a geopolítica como fator fundacional para o estabelecimento do critério de humanidade, na medida em que tudo aquilo que estava para fora das fronteiras e das terras dos colonizadores passa a ser considerado de menos valia, como parte de um processo complexo de desumanização. Assim, são mais humanos aqueles que fazem parte da produção de conhecimento racional (WALSH, 2008), sendo a produção europeia aquela que contém a validade.

Catherine Walsh (2008) resume a colonialidade do ser como sendo um processo triplo de inferiorização, subordinação e desumanização.

No que concerne à temática das identidades masculinas e o exercício das masculinidades, o mais importante dos eixos da colonialidade talvez seja a colonialidade de gênero.

María Lugones (2014) afirma que a categoria gênero é uma imposição colonial, não sendo possível pensar colonialidade sem que entenda esta como um complexo sistema econômico, racializante e engendrado.

O eixo da colonialidade igualmente produziu subjetividades repercutindo na relação entre os gêneros, estabelecendo hierarquias e subordinações. Quanto às masculinidades, Michael Kimmel (1998, p.125) resume que “o hegemônico e o subalterno surgiram em uma interação mútua, mas desigual em uma ordem social e econômica dividida em gêneros”.

María Lugones (2014, p.937) apresenta um apanhado da situação dos/das colonizados/colonizadas em relação à colonialidade de gênero e o processo de desumanização:

(...) pessoas colonizadas tornaram-se machos e fêmeas. Machos tornaram-se não-humanos-por-não-homens, e fêmeas colonizadas tornaram-se não-humanas-por-não-mulheres. Consequentemente, fêmeas colonizadas nunca foram compreendidas como em falta por não serem como-homens, tendo sido convertidas em viragos. Homens colonizados não eram compreendidos como em falta por não serem como-mulheres.

Entender a composição do sistema-mundo é necessário para a compreensão da identidade masculina, à medida que o masculino foi utilizado como modelo da humanidade, sendo esta visão androcêntrica tida como neutra. Assim:

Esta concepción de las identidades de género descansa en la oposición binaria por la cual lo femenino se convierte en ausente, en La negación partir de la cual lo masculino emerge como la instancia que condensaría las cualidades asociadas a lo universal, al saber y al poder (FULLER, 2012, p. 117).

Esse modelo de humanidade focalizado no homem definiu um tipo específico de masculinidade normatizada.

O conceito de masculinidade hegemônica, por si só, revela a importância de se considerar o sistema-mundo, à medida que a masculinidade hegemônica seria uma versão de masculinidade, em certo tempo e contexto, que se estabelece como norma. E, ainda mais, toda versão de masculinidade que não corresponda à dominante passa a ser considerada precária e subordinada perante aqueles que ostentam a qualidade de homens plenos, formando as masculinidades subalternas (FULLER, 2012). Assim:

a principal maneira pela qual os homens buscavam demonstrar a sua aquisição bem sucedida de masculinidade era através da desvalorização de outras formas de masculinidade, posicionando o hegemônico por oposição ao subalterno, na criação do outro (KIMMEL, 1998, p. 113).

Para Michael Kimmel (1998), as masculinidades⁷ são construídas através das relações entre dois campos de poder: homens-mulheres, de onde derivaria as desigualdades de gênero, e homens-homens, de onde derivaria as demais desigualdades existentes.

Assim, “em nossas existências colonizadas, racialmente gendradas e oprimidas, somos também diferentes daquilo que o hegemônico nos torna” (LUGONES, 2014, p.940). Por isso, para a produção de conhecimentos cada vez menos colonizados, faz-se necessária a exploração de experiências locais e situadas.

⁷ Michael Kimmel (1998) alerta que a própria aceção do uso da palavra masculinidade no plural remete ao reconhecimento de que existem diversas formas de exercitar tal condição.

Na produção de conhecimento, herdada pelo eurocentrismo e exercitada no ocidente, havia o afastamento do pesquisador em relação a sua própria pesquisa, sendo a neutralidade uma exigência ao cientificismo. Neste sentido, inclusive, Grosfoguel (2008, p.46) considera um mito ocidental “a neutralidade e a objectividade desinserida e não-situada”.

A partir da perspectiva de que os saberes produzidos são situados, carregando consigo sentidos e significados (QUENTAL, 2012), faz-se necessário o destaque ao lócus de enunciação da qual se parte a presente pesquisa. Afinal, “ninguém escapa às hierarquias de classe, sexuais, de gênero, espirituais, linguísticas, geográficas e raciais” (GROSFOGUEL, 2008, p.45).

A escolha da teoria decolonial como compromisso assumido nesta pesquisa, portanto, encontra fundamento na ideia de pertencimento a um lugar epistêmico subalterno, ou seja, a adoção de uma perspectiva crítica do conhecimento hegemônico produzido.

Assim, para além da valorização das produções teóricas latino-americanas, que considerem as experiências dos colonizados enquanto vivências que necessitam ser valorizadas, a epistemologia decolonial assumida almeja que esta produção de conhecimento, apesar de não ser tida como universal, também não se conforme em ser tida com inferior.

A produção de conhecimento, portanto, precisa ser descolonizada, adotando-se uma epistemologia “que assuma abertamente uma geopolítica e uma corpo-política⁸ do conhecimento descoloniais como pontos de partida para uma crítica radical” (GROSFOGUEL, 2008, p.49). Eis aqui, então, nosso ponto de partida.

⁸ GROSFOGUEL (2008, p.45) denomina de “corpo-política do conhecimento” a produção que considera o sujeito que se pronuncia como elemento constitutivo do próprio saber produzido.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A elaboração desta revisão bibliográfica contemplou uma pesquisa efetuada no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), no mês de agosto do ano de 2016, com lapso temporal de produções dos últimos 10 (dez) anos (2006-2016).

Como técnicas de filtragem foram utilizadas aspas em torno dos signos pesquisados (“identidade masculina”, “identidades masculinas”, “homem feminista”, “homens feministas”, “homem pró-feminista” e “homens pró-feministas”). As variações “homem feminista” e “homem pró-feminista” não apresentaram qualquer resultado na pesquisa realizada.

Considerando as duplicidades⁹, em um total de 04 (quatro) repetições, a pesquisa teve como resultado 66 (sessenta e seis) produções, entre Teses e Dissertações.

Para melhor compreensão, reunimos os resultados de acordo com os signos a que estão vinculados. Os resultados apresentados para o signo “identidade masculina” totalizaram 47 (quarenta e sete) trabalhos, vejamos:

⁹ Os 04 (quatro) trabalhos que apareceram tanto na pesquisa realizada com o signo “identidade masculina” como também com sua variação no plural (“identidades masculinas”) foram os seguintes:
 THOMAZIN, Rodrigo Veronese. Homens e atenção primária à saúde: as identidades masculinas e as necessidades em saúde relacionadas à sexualidade na atenção primária à saúde. 2013. 146 f. Dissertação (mestrado em Saúde Coletiva)- Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo. São Paulo, 2013. Disponível em:< http://www.fcmsantacasasp.edu.br/images/Pos-graduacao/dissertacoes-e-teses/MP-saude-coletiva/2013_Rodrigo_Veronese_Thomazin.pdf >. Acesso: 21 out. 2016.
 ANDREOLI, Giuliano Souza. Representações de masculinidade na dança contemporânea. 2010. 158 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto alegre, 2010. Disponível em: < <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/24158>>. Acesso em: 21 out. 2016.
 SIMÕES, Kleber José Fonseca. Os homens da princesa do sertão: modernidade e identidade masculina em Feira de Santana (1918-1938). 140 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2007. Disponível em: < <http://www.ppgh.ufba.br/wp-content/uploads/2013/10/Os-Homens-da-Princesa-do-Sert%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 21 out. 2016.
 ROSA, Bruno de Paula. Jovens solteiros: identidade, subjetividade e concepções acerca do casamento. 141 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto, 2010. Disponível em: < http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=199272>. Acesso em: 21 out. 2016.

Tabela 1 - Revisão bibliográfica: “Identidade masculina”

Ano	Título	Autor	Tipo	Palavras-Chave	Programa	Instituição	Orientador
2006	A experiência de homens submetidos à amputação: um estudo etnográfico.	FILIPINI, Cibelle Barcelos.	D	Amputação. Equipe de Enfermagem. Cultura. Saúde do Homem. Antropologia Cultural.	Enfermagem	UNIFAL ¹⁰	DAZIO, Eliza Maria Rezende.
	O significado psicológico dos ritos de passagem para o gênero masculino: uma análise segundo Jung e junguianos.	RABELO, Maria Solange.	D	Psicologia. Ritos de passagem. Homem-contemporaneidade	Psicologia Clínica	PUC ¹¹	FARIA, Durval Luiz de.
	Meninos bandidos? Interfaces entre criminalidade e identidade masculina em homens jovens.	OLIVEIRA, Luciana Maria Ribeiro de.	D	INDISPONÍVEL	Antropologia	UFPE ¹²	ALVIM, Rosilene.
	Atuação de consórcios de exportação do segmento de moda praia e moda íntima no Brasil: uma análise na perspectiva do marketing.	CRUZ, Breno de Paula Andrade da.	D	INDISPONÍVEL	Administração	FGV ¹³	ZOUAIN, Deborah Moraes.
	A masculinidade na capa da revista Men's Health: uma abordagem da linguística crítica sob o enfoque sistêmico-funcional.	SOARES, Leonardo Antonio.	T	Masculinidade; Revista Men's Health; Linguística crítica; Multimodalidade; Gramática sistêmico-funcional;	Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem	PUC	IKEDA, Sumiko Nishitani.
	O comer, o corpo e a saúde de homens em uma feira livre da cidade de Salvador-Bahia.	ALVES, Juliede de Andrade.	D	Saúde do homem. Masculinidade. Corpo. Comensalidade masculina. Feira livre.	Alimentos, Nutrição e Saúde	UFBA ¹⁴	SANTOS, Ligia Amparo da Silva.
	Foi com o trabalho que me tornei homem: trabalho, gênero e geração.	PERTICARARI, Daniel.	T	Trabalho. Gênero. Identidade masculina. Geração.	Ciências Sociais	UFSCar ¹⁵	LIMA, Jacob.
	A construção da identidade masculina em adolescentes com trajetória de vida nas ruas de Belo Horizonte/MG.	MARINHO, Carmen Cristina Fernandino	D	Trajetória de vida nas ruas. Adolescência. Identidade. Identidade Masculina.	Psicologia	UFMG ¹⁶	SMIGAY, Karin Ellen Von
2007	Homens e atenção primária à saúde. As identidades masculinas e as necessidades em saúde relacionadas à sexualidade na atenção primária à saúde.	THOMAZIN, Rodrigo Veronese.	D	Saúde do homem. Atenção primária à saúde. Identidade de gênero. Masculino. Necessidades em Saúde. Sexualidade.	Saúde Coletiva	FCMSCSP ¹⁷	JUNIOR, Nivaldo Carneiro
	Ter um filho oficial do exército: uma delegação transgeracional?	MOLINA, Silvana De Fátima Lima.	D	Paternidade. Família militar. Transgeracionalidade	Psicologia Clínica	UNICAP ¹⁸	DIAS, Cristina Maria de S. Brito.
	O cuidado em saúde na velhice: a visão do homem.	COELHO, Juliana Sousa	D	Cultura. Representação. Saúde. Homem.	Saúde Coletiva	FIOCRUZ ¹⁹	FIRMO, Joselia Oliveira Araujo.
	Vivências e percepções do	FERNAND	D	Anorquidia.	Saúde Coletiva	UNIFOR ²⁰	SILVA,

¹⁰ Universidade Federal de Alfenas (MG).¹¹ Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (SP).¹² Universidade Federal de Pernambuco (PE).¹³ Fundação Getúlio Vargas (RJ).¹⁴ Universidade Federal da Bahia (BA).¹⁵ Universidade Federal de São Carlos (SP).¹⁶ Universidade Federal de Minas Gerais (MG).¹⁷ Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo (SP).¹⁸ Universidade Católica de Pernambuco (PE).¹⁹ Fundação Osvaldo Cruz (RJ).²⁰ Universidade Federal de Fortaleza (CE).

	homem anorquídico e criptorquídico bilateral.	ES, Veruska Gondim.		Criptorquidia. Fenomenologia. Saúde do Homem. Experiência Vivida. Corpo Vivo.			Carlos Antônio Bruno da.
	Rolezinho pelo Funk Ostentação: um retrato da identidade do jovem da periferia paulistana.	ABDALLA, Carla Caires.	D	Funk Ostentação. Self Estendido. Self Expandido. Consumo Compensatório.	Administração de Empresas	FGV	ZAMBALDI, Felipe.
	As masculinidades na escola: histórias e memórias da escolarização de alunos da educação de jovens e adultos da rede municipal de João Pessoa.	MENEZES, Cristiane Souza de	D	Masculinidade. Educação de Jovens e Adultos e História oral.	Educação	UFPB ²¹	MACHADO Charlton José dos Santos.
2008	Corpos, narrativas e imagens do gênero masculino na revista Men's Health.	DUARTE, Josimar Faria	D	Masculinidade. Corpo. Mídias. Representações.	Economia doméstica	UFV ²²	FARIAS, Rita de Cássia Pereira.
	Jovens solteiros: identidade, subjetividade e concepções acerca do casamento.	ROSA, Bruno de Paula.	D	Casamento. Homens. Masculinidade. Subjetividade.	Psicologia	USP ²³	ROMANELLI, Geraldo.
	Representações dos estudantes homens de educação física sobre o ensino das danças folclóricas.	OLIVEIRA, Ana Cristina Pais de Sa.	D	INDISPONÍVEL	Educação física	UGF ²⁴	INDISPONÍVEL
	Relação entre condições de vida e representação da violência em jovens residentes em bairro da periferia de São Paulo.	BRANCO, Thais Helena Cardinale	D	INDISPONÍVEL	Psicologia escolar e do desenv. Humano.	USP	INDISPONÍVEL
	A construção da identidade masculina contemporânea por meio da roupa íntima.	SENA, Taisa Vieira.	D	Identidade masculina. Roupa-íntima. Publicidade. Moda. Esportes.	Design	UNIV. ANHEMBI MORUMBI ²⁵	CASTILHO, Kathia.
2009	De bentinho a casmurro: identidades múltiplas e masculinidades deslizantes.	FREITAS, Debora Maia De	D	Masculinidades. Identidade masculina. Estudos de Gênero. Elisabeth Badinter. R. W. Connell. Bento Santiago.	Letras	UNICENTRO ²⁶	TEIXEIRA; Nincia Cecilia Ribas Borges.
	"Novas" formas de masculinidade? O jovem carioca de classe média morador da Barra da Tijuca.	YAMADA, Alice Iwa Silva	D	INDISPONÍVEL	Psicologia	UNIVERSO ²⁷	INDISPONÍVEL
	A legitimação de uma identidade masculina por meio de estereótipos femininos constituídos nas/pelas cenografias presentes em propagandas de cerveja.	VAZ, Veanney Monod Emídio.	D	Análise do Discurso. Cena de enunciação. Dêixis discursiva. Propagandas. Estereótipo feminino. Identidade masculina.	Estudos lingüísticos	UFU ²⁸	SILVEIRA, Fernanda Mussalim Guimarães Lemos.
	Representações sociais de docentes de educação física escolar sobre a relação entre os conteúdos de ensino e as identidades de gênero.	FERRAZ, Michelle Rodrigues.	D	INDISPONÍVEL	Ciências da atividade física	UNIVERSO	INDISPONÍVEL
2010	Além do espectro: a crise da identidade masculina	STACUL, Juan	D	Subjetividade. Gênero. Espaço.	Letras	UFV	GONÇALVES, Gracia

²¹ Universidade Federal da Paraíba (PB).

²² Universidade Federal de Viçosa (MG).

²³ Universidade Federal de São Paulo (SP).

²⁴ Universidade Gama Filho (RJ).

²⁵ Universidade Anhembi Morumbi Laureate Internacional Universities (SP).

²⁶ Universidade Estadual do Centro Oeste (PR).

²⁷ Universidade Salgado de Oliveira (RJ).

²⁸ Universidade Federal de Uberlândia (MG).

	em limite branco, de Caio Fernando de Abreu.	Felipe.		Crise da masculinidade. Literatura brasileira. Caio Fernando Abreu. Limite branco.			Regina.
	Embates de masculinidade: dos pássaros aos homens ou dos homens aos pássaros? Pesquisa entre homens criadores de pássaros residentes na comunidade de Lagoa Encantada - Recife/PE.	SILVA, Roberto José Da.	D	Vida social. Masculinidade. Competição.	Antropologia	UFPE	NASCIMENTO, Luis Felipe Rios do.
	Porque eu sou é homem: a representação do masculino na publicidade brasileira na década de 1970 e nos anos 2000.	FURTADO, Juliana de Assis.	D	Contemporaneidade. Identidade. Publicidade e.	Comunicação e práticas de consumo	ESPM ²⁹	CARRASCOZA, João Luis Anzanello.
	O homem no espelho: uma busca de compreensão da identidade metrosssexual.	COSTA, Michele Araújo da.	D	Identidade metrosssexual. Comportamento do consumidor. Marketing.	Gestão empresarial	FBV ³⁰	LEÃO, André Luiz M de Souza.
	Masculinidade(s) em foco: construções discursivas sobre identidade de gênero social.	FELIPE, Claudia Natividade.	D	Gênero. Construções discursivas.	Estudos lingüísticos	UFMG	PIMENTA, Sonia Maria de Oliveira.
	Representações de masculinidade na dança contemporânea.	ANDREOLI, Giuliano Souza.	D	Dança. Corpo. Gênero e sexualidade. Masculinidade. Estudos culturais.	Educação	UFRGS ³¹	SANTOS, Luís Henrique Sacchi dos.
2011	O impacto da doença e tratamento cirúrgico em homens acometidos por câncer de próstata: estudo exploratório da qualidade de vida.	VIEIRA, Ana Cristina de Oliveira Almeida.	D	Neoplasias da próstata. Cirurgia. Qualidade de vida. Psicologia. Sexualidade	Urologia	USP	DALL'OGGIO, Marcos Francisco.
	Do genérico ao gênero: as experiências masculinas como ponto de partida para o fazer teológico.	SOUZA, Ezequiel de.	D	Masculinidades. Experiências Masculinas. Teologia e Experiências masculinas.	Teologia	EST ³²	STRÖHER, Marga Janete.
2012	Os homens da princesa do sertão: modernidade e identidade masculina em Feira de Santana (1918-1938)	SIMÕES, Kleber José Fonseca.	D	Homens. Masculinidade. Relações de gênero. Modernidade. Feira de Santana.	História	UFBA	MOTT, Luiz Roberto De Barros.
	Ritual, identidade e metamorfose: representações do Kunumi Pepy entre os índios Kaiowá da Aldeia Panambizinho.	SOUZA, Ana Maria Melo e.	D	Cultura indígena. História. Identidade. Psicologia social.	Antropologia	UFGD ³³	ARGUELLO, Cândida Graciela Chamorro.
2013	Cartas de príapo: a construção da masculinidade via corpo na re-vista Playboy.	ARAGAO, Rafael Victor De Jesus.	D	Masculinidade, identidade, Playboy	Cultura e sociedade	UFBA	SANTOS, Adalberto Silva.
	O céu que um dia me prometeste - um estudo sobre a formação da identidade masculina no romance O Nome do Desejo de João Silvério Trevisan.	JUNIOR, José Nelson Marques.	D	INDISPONÍVEL	Letras	UERJ ³⁴	PEREIRA, Victor Hugo Adler.
	Consumo para obtenção de status: estudo empírico	NETO, Benício	D	Marca que simboliza status. Consumo por	Administração	FGV	BOTELHO, Delane.

²⁹ Escola Superior de Propaganda e Marketing (SP).

³⁰ Faculdade de Boa Viagem (PE).

³¹ Universidade Federal do Rio Grande do Sul (RS).

³² Escola Superior de Teologia (RS).

³³ Universidade Federal da Grande Dourados (MS).

³⁴ Universidade do Estado do Rio de Janeiro (RJ).

	entre meninas pré-adolescente de São Luis do Maranhão.	Chagas.		status. Pré-Adolescente. Escala de Consumo.			
2014	Ressignificando a paternidade: um estudo acerca da identidade paterna após ruptura conjugal.	CARVALHO, Nancy Fontinele.	D	Paternidade. Divórcio. Identidade Masculina. Gênero	Políticas públicas	FUFP ³⁵	ROSA, Lúcia Cristina dos Santos.
	O mundo na caixa: gênero e raça no Programa Nacional Biblioteca da Escola – 1999.	KAERCHE R, Gládis Elise Pereira Da Silva.	T	Gênero. Raça. Literatura Infantil.	Educação	UFRGS	MEYER, Dagmar Elisabeth Estermann.
	Masculinidade e Contemporaneidade: o uso da violência como parâmetro de identificação.	VIDAL, Mônica De Oliveira Gonçalves.	D	INDISPONÍVEL	Psicologia	UFRJ ³⁶	INDISPONÍVEL
	Discurso, mídia e identidade masculina: quem é esse “novo” homem.	BONÁCIO, Daiany.	D	Mídia. Discurso. Identidade. Novo homem.	Letras	UEM ³⁷	BARBOSA, Pedro Luis Navarro.
2015	Como se faz um Tijucano? Reflexões sobre consumo, identidade e masculinidade em um bairro carioca.	CUPOLILL O, Flávia Braga Nogueira.	D	Marketing. Cultura e consumo. Consumo. Identidade de gênero. Construção de identidade.	Administração	FGV	AYROSA, Eduardo André Teixeira.
	O romance de perón: espaço biográfico e identidade masculina.	SILVA, Fatima Santos.	D	Tomás Eloy Martínez. Espaço biográfico. Ficção. História. Identidade. Gênero masculino.	Linguagens e representações	UESC ³⁸	SACRAMENTO, Sandra Maria Pereira do.
	Iniciação sexual e masculinidade: uma análise das narrativas de homens jovens.	REBELLO, Lúcia Emília Figueiredo de Sousa.	D	Sexualidade. Identidade de Gênero. Juventude. Saúde. Narrativa.	Saúde da mulher e da criança	FIOCRUZ	INDISPONÍVEL
	Movimento de resistência ao consumo: condições de existência e implicações para políticas públicas.	TRINDADE, Talita de Oliveira.	D	INDISPONÍVEL	Administração	FGV	AYROSA, Eduardo André Teixeira.
	O homem porno-gráfico: identidade inacabada em Glauco Mattoso.	ALVES, João Maria Freire.	D	Glauco Mattoso. Literatura. Identidade.	Estudos da linguagem	UFRN ³⁹	LIMA, Tania Maria de Araujo.
	Educação e gênero: a resignificação da masculinidade.	LUZ, Milton Pereira Da.	D	Cultura. Gênero. Educação. Masculinidade.	Educação	UCDB ⁴⁰	BACKES, José Licínio.
	O que os homens têm a dizer sobre as mulheres? Os novos posicionamentos de jovens do gênero masculino frente às transformações femininas nas relações afetivas: uma leitura sob a ótica da psicologia analítica.	LAZDAN, Alessandra Munhoz.	D	Sexualidade masculina. Masculinidade. Relações de gênero. Relações afetivas. Psicologia Analítica.	Educação sexual	UNESP ⁴¹	LASTORIA, Luiz Antonio Calmon Nabuco.

Encontraram-se 16 (dezesesseis) trabalhos, entre dissertações e teses, para a pesquisa com o signo “identidades masculinas”, sendo, deste resultado, subtraídas as repetições apresentadas em comparativo com o signo anterior.

³⁵ Fundação Universidade Federal do Piauí (PI).

³⁶ Universidade Federal do Rio de Janeiro (RJ).

³⁷ Universidade Estadual de Maringá (PR).

³⁸ Universidade Estadual de Santa Cruz (BA).

³⁹ Universidade Federal Rio Grande do Norte (RN).

⁴⁰ Universidade Católica Dom Bosco (MS).

⁴¹ Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (SP).

Tabela 2 - Revisão Bibliográfica: “Identidades masculinas”

Ano	Título	Autor(a)	Tipo	Palavras-Chave	Programa	Instituição	Orientador
2006	Pai não é de uso diário” (?): Paternidades na Literatura Infanto-juvenil.	SEFTON, Ana Paula.	D	Gênero.Paternidade. Masculinidade. Estudos culturais. Literatura Infanto-Juvenil.	Educação	UFRGS	FELIPE, Jane.
	Tia, existe mulher bombeira?” Meninas e meninos co-construindo identidades de gênero no contexto escolar.	BAIÃO, Jonê Carla	T	Identidades de gênero. Infância. Contexto escolar. Jogos. Atividades pedagógicas. Interação em grupos mistos.	Letras	PUC	PEREIRA, Maria das Graças Dias.
2007	Antecedentes e conseqüências dos níveis de envolvimento masculino com vestuário: uma pesquisa empírica com homens do Rio de Janeiro.	DAVIDOVI TSCH, Lia.	D	Envolvimento com vestuário. Gênero. Consumo masculino. Comportamento do consumidor. Modelagem de Equações Estruturais.	Administração de Empresas	PUC	SILVA, Jorge Ferreira da.
	Masculinidades: um estudo crítico das práticas discursivas de alunos do ensino médio.	NÉTO, José Vaz Magalhães.	T	Masculinidades. Sexualidades. Religião. Análise crítica do discurso.	Psicologia	UFES ⁴²	SOUZA, Lídio de.
	Criança faz criança: (des) construindo sexualidade e infância com meninos e meninas de rua.	CALAF, Priscila Pinto.	D	Meninos e Meninas de rua. Infância. Sexualidade.	Antropologia	UNB ⁴³	MACHADO, Lia Zanotta.
2008	Paternidade e saúde discutidos por jovens de escolas públicas em vídeos documentários.	JUNIOR, Geraldo Pereira.	D	Paternidade. Sexualidade. Educação. Juventude.	Educação em ciências e saúde.	UFRJ	FILHO, Luiz Augusto Coimbra De Rezende.
	Narrativas de um adolescente homoerótico - Conflitos do ‘eu’ na rede de relações sociais da infância à adolescência.	SANTOS, Izaac Azevedo dos.	D	Homoerotismo. Adolescência. Família. Narrativa. Crônica. Explicação. Estima.	Letras	PUC	PEREIRA, Maria das Graças Dias.
2009	O espaço como componente da vulnerabilidade aos atos infracionais desenvolvidos por adolescentes do sexo masculino em conflito com a lei em Ponta Grossa - Paraná.	JÚNIOR, Alides Baptista Chimin.	D	Espaço urbano. Vulnerabilidade. Gênero. Adolescentes. Masculinidades.	Geografia	UEPG ⁴⁴	SILVA, Joseli Maria.
	A construção do masculino em discursos midiáticos: as identidades no espaço discursivo das revistas masculinas.	DIAS, Terezinha de Jesus de Oliveira.	T	Discurso. Identidade. Masculino. Relações de gênero. Mídia.	Letras	UFPE	LEAL, Virgínia.
	A construção de masculinidades na fala-em-interação em cenários escolares.	ALMEIDA, Alexandre do Nascimento	T	Fala-em-interação institucional. Identidade. Gênero. Masculinidades.	Letras	UFRGS	GARCEZ, Pedro de Moraes.

⁴² Universidade Federal do Espírito Santo (ES).

⁴³ Universidade de Brasília (DF).

⁴⁴ Universidade Estadual de Ponta Grossa (PR).

				Categorização. Cenário escolar.			
2010	Um estudo antropológico da auto-avaliação da saúde de idosos.	FONSECA, Maria das Graças Uchoa Penido.	T	INDISPONÍVEL	Ciências da Saúde	CPqRR ⁴⁵	FIRMO, Josélia Oliveira Araújo; UCHÔA, Elizabeth.
2011	Representações de gênero de docentes do instituto de artes e design da universidade federal de pelotas.	DINIZ, Carmen Regina Bauer.	T	Representações de gênero. Identidades de gênero. Educação e relações de gênero. Arte e gênero	Educação	UFPEL ⁴⁶	FERREIRA, Márcia Ondina Vieira.
2013	Representações de masculinidades e identidades de gênero de estudantes do ensino médio e a relação com as violências na escola pública.	COUTO, Maria Aparecida Souza.	T	Ensino médio. Identidade de gênero. Masculinidade. Representações sociais. Violências.	Educação	FUFSE ⁴⁷	CRUZ, Maria Helena Santana.
	Corpo e sexualidade: discursos constituidores nas revistas Nova e Playboy – anos 1970.	MUCELIN, Patricia Carla.	D	Revista Nova Cosmopolitan. Revista Playboy. Corpo. Sexualidade	História	UNIOESTE ⁴⁸	PEREIRA, Ivonete.
2014	A identidade discursiva do sujeito masculino nas cartas do editor da revista Men's Health.	SENA, Melly Fatima Goes.	D	Análise do discurso. Corpo. Gênero.	Letras	UEMS ⁴⁹	RODRIGUES, Marlon Leal.
	Meninos diferentes: construção e performance de masculinidades de homens negros gays em Salvador-BA.	MUNDELL, John Andrew.	D	Masculinidade. Homens negros gays. Família negra. Assumir-se. Salvador.	Estudos étnicos e africanos	UFBA	SANTOS, Jocelio Teles dos.

No caso da pesquisa utilizando-se o signo “homem feminista” não encontramos nenhum resultado. No entanto, quando pesquisamos o mesmo signo colocando-o no plural (“homens feministas”) encontramos 02 (dois) trabalhos, sendo uma dissertação e uma tese.

Tabela 3 – Revisão Bibliográfica: “Homens feministas”

Ano	Título	Autor(A)	Tipo	Palavra-Chaves	Programa	Instituição	Orientador
2011	Nem anjos, nem demônios: homens comuns. Narrativas sobre masculinidades e violência de gênero.	Etayo, Elizabeth Gomez.	T	Violência. Gênero. Masculinidade. Trajetórias de vida.	Ciências Sociais	UNICAMP ⁵⁰	MARONI, Amnéris Ângela.
2012	Homens feministas: a emergência de um sujeito político entre fronteiras contigentes.	FERREIRA, Mariana Azevedo De Andrade	D	Homens. Feminismo. Identidade. Contingência.	Sociologia	UFPE	MUTZENBERG, Remo.

⁴⁵ Centro de Pesquisa René Rachou/Fiocruz (MG).

⁴⁶ Universidade Federal de Pelotas (RS).

⁴⁷ Fundação Universidade Federal de Sergipe (SE).

⁴⁸ Universidade Estadual Oeste do Paraná (PR).

⁴⁹ Universidade Estadual Mato Grosso do Sul (MS).

⁵⁰ Universidade Estadual de Campinas (SP).

Por fim, consultamos o signo “homem pró-feminista” que não apresentou nenhum resultado. Doutra banda, o signo “homens pró-feministas” apresentou uma dissertação de Mestrado, como se vê no quadro abaixo:

Tabela 4- Revisão Bibliográfica: “Homens pró-feministas”

Ano	Título	Autor(A)	Tipo	Palavra-Chaves	Programa	Instituição	Orientador
2014	Dialogando sobre paternidade e cuidado em saúde: a perspectiva comunicativa crítica.	FERREIRA, Fernando Henrique.	D	Pai. Paternidade. Relações pai-filho. Cuidado. Saúde.	Enfermagem	UFSCAR ⁵¹	FABBRO, Marcia Regina Cangiani.

Analisando os dados, as dissertações representam um maior número de produções, totalizando um percentual maior que 83,33% (oitenta e três vírgula trinta e três por cento), enquanto que, por outro lado, as teses produzidas representam um percentual de 16,66% (dezesseis vírgula sessenta e seis por cento). Assim:

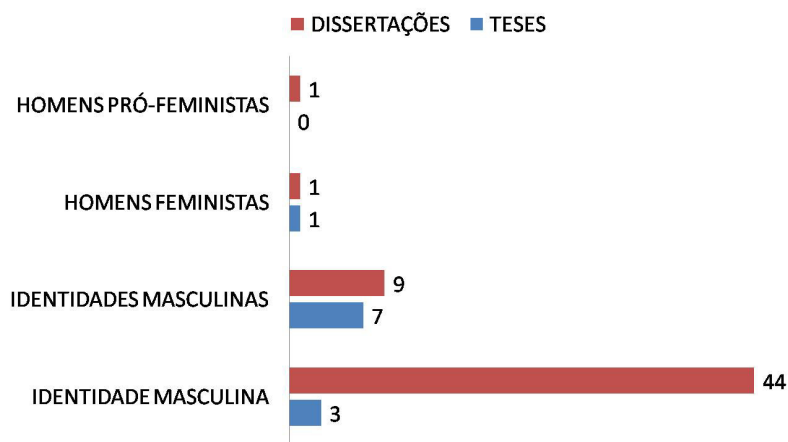


Figura 2: Revisão Bibliográfica - Produção por tipo (Dissertação/Tese)

Já se analisarmos o ano das produções, veremos que o número de produções acerca da temática relativa à identidade masculina e à interface do feminismo decaiu consideravelmente, desde 2006, quando o total era de 10 (dez) produções, até o ano de 2015⁵², com o registro de 07 (sete) trabalhos produzidos. Para melhor compreensão, confeccionamos o seguinte gráfico que demonstra a

⁵¹ Universidade Federal de São Carlos (SP).

⁵² Os dados coletados correspondem até o mês de agosto de 2016.

evolução das pesquisas produzidas de acordo com os respectivos signos pesquisados, senão:

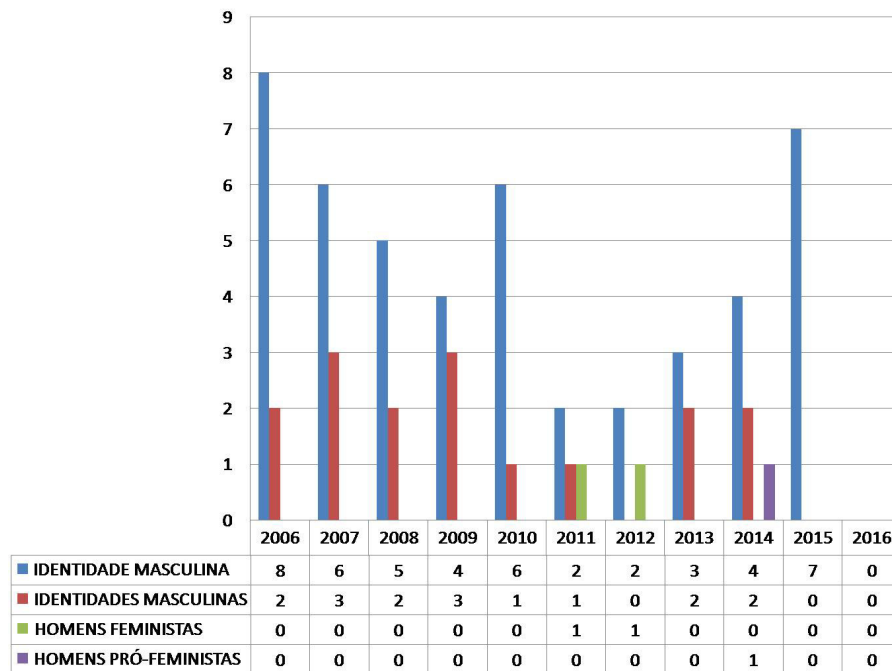


Figura 3: Revisão Bibliográfica - Produções por ano (2006-2016).

Considerando as regiões onde as pesquisas foram realizadas, o Sudoeste e o Sul representam as regiões que mais concentram os trabalhos acerca desta temática e conforme os signos pesquisados.

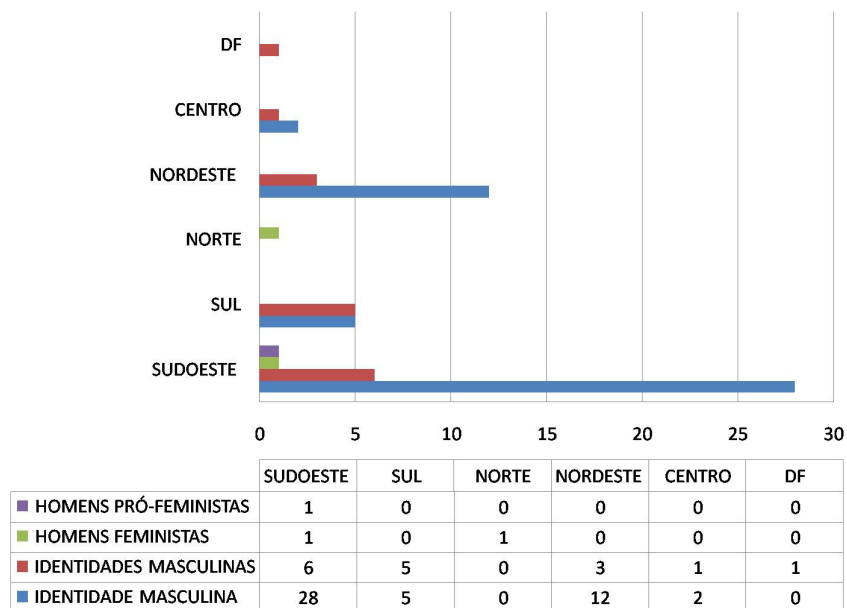


Figura 4: Revisão Bibliográfica - Produção por Região.

A região Nordeste registrou um total de 15 (quinze) trabalhos, entre teses e dissertações, entre as quais destacamos, a título de mapeamento, aquelas desenvolvidas no estado de Pernambuco:

a) “Ter um filho oficial do exército: uma delegação transgeracional?” foi a pesquisa de mestrado, no curso de Psicologia Clínica, na Universidade Católica de Pernambuco, desenvolvida por Silvana de Fátima Lima Molina, orientada por Cristina Maria de S. Brito Dias. Em resumo, a referida pesquisa estuda a paternidade a partir dos novos papéis de gênero e discute a influência exercida pelo pai para que o filho homem siga a carreira militar. Nesta pesquisa a identidade masculina assume certa vinculação à força física, sendo esta a base estereotipada do homem militar;

b) “Embates de masculinidade: dos pássaros aos homens ou dos homens aos pássaros? Pesquisa entre homens criadores de pássaros residentes na comunidade de Lagoa Encantada - Recife/PE” foi a pesquisa de mestrado, no curso de antropologia, na Universidade Federal de Pernambuco, desenvolvida por Roberto José da Silva, orientado por Luis Felipe Rios do Nascimento. Esta pesquisa desenvolve uma análise acerca da sociabilidade masculina através da simbologia de tornar e desenvolver as masculinidades através das disputas de cânticos de pássaros. Enquanto conclusão, o trabalho consegue demonstrar que as disputas de cânticos contribuem para perpetuação do modelo hegemônico de masculinidade dos criadores, sendo um meio de reafirmação da masculinidade;

c) “O homem no espelho: uma busca de compreensão da identidade metrossexual” foi a pesquisa de mestrado, no curso de Gestão Empresarial, na Faculdade Boa Viagem, desenvolvida por Michele Araújo da Costa, orientada por André Luiz M. de Souza Leão. Correlacionando a construção das identidades com as relações de consumo, esta pesquisa desenvolve um olhar sobre a necessidade de o mercado atentar-se a novas formas de desempenho da masculinidade, vendo este novo homem como um possível nicho de mercado;

d) “A construção do masculino em discursos midiáticos: as identidades no espaço discursivo das revistas masculinas” foi a pesquisa de mestrado, no curso de Letras na Universidade Federal de Pernambuco, desenvolvida por Terezinha de Jesus de Oliveira Dias, orientada por Virgínia Leal. A partir de revistas como a Playboy, Men’s Health e VIP, a referida pesquisa buscou compreender o processo de influência das mídias impressas na construção das identidades masculinas,

apresentando uma conclusão de que os sujeitos, em sua maioria, moldam-se ao discurso veiculado por tais mídias impressas;

e) “Homens feministas: a emergência de um sujeito político entre fronteiras contingentes” foi a pesquisa de mestrado, no curso de Sociologia na Universidade Federal de Pernambuco, desenvolvida por Mariana Azevedo de Andrade Ferreira⁵³, orientada por Remo Mutzenberg. A presente pesquisa aborda especificamente a questão relativa à participação dos homens no movimento feminista enquanto novo sujeito político emergente, a partir de pesquisas com homens feministas. Demonstrando formas de apoio e participação desenvolvidas por homens em prol do movimento de mulheres, a pesquisa desenvolvida concluiu que a articulação dos homens com o feminismo se dava, ainda que com resistências, em face da absorção do modelo de sociedade igualitário almejado pelo feminismo.

Apesar do número de resultados apresentados, poucos são aqueles estudos que se aproximam do tema em recorte abordado pela presente pesquisa. Não há registro de pesquisas que tenham desenvolvido produções acerca da masculinidade hegemônica e seus processos, de reafirmação ou de ruptura, a partir das interações dos homens com a temática do feminismo.

Portanto, a análise das vivências da(s) masculinidade(s) a partir da visão dos colaboradores sobre feminismo e acerca de questões relativas às relações (desiguais) de gênero ainda representa uma novidade no âmbito das produções acadêmicas sobre identidade masculina.

⁵³ Em atenção à originalidade e ineditismo exigidos nas pesquisas acadêmicas e a partir do contato com o referido trabalho, modificamos o tema da presente pesquisa que, igualmente, focava na questão da participação dos homens no movimento feminista.

3 ABORDAGEM TEÓRICA

3.1 IDENTIDADES EM PERSPECTIVAS

É a partir do projeto de um sujeito pós-moderno que se estabelece uma das características principais do ser humano: a consciência reflexiva que consiste na capacidade de interpretar a natureza e o comportamento humano, inclusive o próprio; em outros termos, “ser humano é saber, quase sempre, em termos de uma descrição ou outra, tanto o que se está fazendo como por que se está fazendo” (GIDDENS, 2002, p.39).

Por tanto, na concepção de Anthony Giddens (2002), identidade é uma questão primordialmente existencial, decorrente de uma atitude natural de questionamento de nós mesmos, daqueles e daquilo que está a nossa volta. Neste mesmo contexto, a identidade se apresenta como algo a ser construído pelo sujeito e não a ser descoberto por este (BAUMAN, 2005).

É em um ambiente educativo, alinhavado pela confiança básica – também denominado de “casulo protetor” (GIDDENS, 2002, p. 43), normalmente havido entre a criança e seus pais –, que o ser passa a entender a disciplina dos simbolismos culturais, onde lhe é apresentado um referencial para a sua existência. Assim, “o estabelecimento da confiança básica é a condição da elaboração tanto da auto-identidade quanto da identidade de outras pessoas e objetos” (GIDDENS, 2002, p. 44), criando um parâmetro duplo do eu e do não-eu, composto por tudo aquilo que está em volta.

Portanto, a identidade tem caráter relacional, à medida que depende, para existir, de algo que esteja fora dela, que lhe seja o oposto ou o diverso ou o excluído. Em minúcias:

A conceituação da identidade envolve o exame dos sistemas classificatórios que mostram como as relações sociais são organizadas e divididas; por exemplo, ela é dividida em ao menos dois grupos em oposição – “nós e eles” [...] (WOODWARD, 2014, p.14).

Dissecando o conceito relacional da identidade, destaca-se um potencial elemento que é a identificação, que se compõe de dois processos simultâneos: a

consciência de separação do eu em relação ao outro, alinhado à possibilidade de ativação de ligações positivas entre as identidades, ainda que diversas (WOODWARD, 2014, p.19). Em resumo, a identificação “significa dar abrigo a um destino desconhecido que não se pode influenciar, muito menos controlar” (BAUMAN, 2005, p. 36).

Em sentido contrário, há o processo de diferenciação, que, assim como a identificação, é uma variável do caráter relacional da construção das identidades, onde o processo de exclusão e inclusão constrói significados e fomenta identidades. Em resumo, “todas as práticas de significação [...] envolvem relações de poder, incluindo o poder para definir quem é incluído e quem é excluído” (WOODWARD, 2014, p.19).

Para Zygmunt Bauman (2005, p.36), o processo de identificação tem como resultado automático a exclusão, a partir de um processo de estratificação, onde identidades específicas são hierarquizadas em favor de outras, que tem negado o acesso à escolha e que são taxadas como outros. Neste processo relacional, surgem os estereótipos, estigmas e rótulos, como resultado das pressões exercidas por outras identidades sobre as nossas, com o objetivo único de reinar.

Desta feita, as identidades são construídas pela (constante) contestação de significados, o embate dos simbolismos, por processos de identificação e diferenciação, que possibilitam a produção única e exclusiva de subjetividades, entre as várias opções de identidades possíveis.

Construir uma subjetividade consiste em entender o mundo exterior e compreender sua identidade nele; estar seguro do que e do por que de suas atitudes, porém não necessariamente fixado ou imóvel.

Assim, a identidade não tem um caráter imóvel ou terminado, são projetos de uma vida, contínuos e eternamente inacabados. Como bem afirma Zygmunt Bauman (2005, p. 16):

As pessoas em busca da identidade se vêem invariavelmente diante da tarefa intimidadora de “alcançar o impossível”: essa expressão genérica implica, como se sabe, tarefas que não podem ser realizadas no “tempo real”, mas que serão presumivelmente realizadas na plenitude do tempo – na infinitude...

Para Anthony Giddens (2002), todo esse processo de compreensão e continuidade garantiria a segurança ontológica do ser. Afirmando que “a identidade

de uma pessoa não se encontra no comportamento nem- por mais importante que seja- nas reações dos outros, mas na capacidade de manter em andamento uma narrativa particular” (GIDDENS, 2002, p. 55).

Autoidentidade é aquilo que sustentamos reflexivamente através de nossas atitudes, conscientes ou não, nosso rascunho de autobiografia (GIDDENS, 2002). Neste sentido, haveria uma diferença entre a concepção do “eu” e do “mim”, sendo aquele a autoidentidade e este a identidade em si, estabelecida através dos laços sociais, em um tempo e espaço.

Enquanto processo de construção de significados dentro de uma determinada cultura, as identidades diferem dos papéis sociais, que mais seriam entendidos como funções definidas por normas elaboradas pelas instituições sociais. Ou seja, os papéis sociais são acordos entre indivíduos e/ou entre esses e as instituições, determinando obrigações a serem cumpridas inerentes aos papéis escolhidos para desempenhar. Por muito tempo, o papel produtivo desempenhado (trabalho) era suficiente para determinar a identidade humana (BAUMAN, 2005).

Desta feita, as identidades possuem um caráter tanto simbólico como social, sendo duplamente construída, de um lado pelos símbolos, onde a linguagem tem um destaque especial, de outro pelas relações sociais. De tal modo:

A marcação simbólica é o meio pelo qual damos sentido a práticas e a relações sociais, definindo, por exemplo, quem é excluído e quem é incluído. É por meio da diferenciação social que essas classificações da diferença são “vivenciadas” nas relações sociais (WOODWARD, 2014, p.14).

Assim, associados, os discursos e os sistemas de representações (práticas e sistemas simbólicos) permitem a assunção de posicionamentos pelo sujeito em uma redoma cultural.

Manuel Castells (1999, p. 24) apresenta três formas – distintas – de construção de identidade que originam das relações de poder:

a) identidades legitimadoras: concedidas e introduzidas pelas instituições ou organizações que operam sobre a sociedade, em determinado contexto cultural e temporal;

b) identidades de resistência ou defensiva: opostas à lógica dominadora, essas identidades apresentam-se em posições desvalorizadas à medida que não utilizam os mesmos significados que as identidades legitimadoras;

c) identidades de projeto: novas identidades constituídas, através de material cultural, que possibilitam o reposicionamento do ator na sociedade.

Na concepção deste autor, as identidades legitimadoras seriam responsáveis pela construção das sociedades cívicas; as identidades de resistência seriam responsáveis pela construção das comunidades, baseadas em uma exclusão injusta e uma aproximação por identificação; e as identidades de projeto seriam responsáveis pela construção do sujeito cultural.

Enquanto na modernidade a identidade de projeto fora constituída a partir da sociedade civil (como, por exemplo, no socialismo, com base no movimento trabalhista), nas sociedades em rede, a identidade de projeto, se é que se pode desenvolver, origina-se a partir da resistência comunal (CASTELLS, 1999, p 28).

Resistência, posto que, como visto, as identidades constroem-se mais a partir de disputas e confrontos do que de escolhas suaves da posição de sujeito que se pretende ocupar. Como bem diz Zygmunt Bauman (2005, p.83), “o campo de batalha é o lar natural da identidade”.

Ao relacionar o processo de construção de identidades com as sociedades pós-modernas – ou denominadas de época líquido-moderna – Zygmunt Bauman (2005) explica que é como se as identidades disponíveis estivessem flutuando no ar e o sujeito se mantivesse constantemente defendendo as identidades decorrentes da sua própria escolha em desfavor daquelas outras a nossa volta. Por sua vez, os tempos são líquidos porque não conseguem manter as suas formas originárias por muito tempo, adaptando-se às mudanças que lhes são impostas; diferentemente do que ocorre na “fase sólida da modernidade” (BAUMAN, 2005, p. 57).

Interessante observar que Zygmunt Bauman (2005) considera insuficiente a comparação da construção da biografia do ser com a metáfora do quebra-cabeça. Para o autor, o quebra-cabeça possui uma imagem final, que se torna o objetivo, registrada na caixa, antes mesmo que o jogador tenha acesso às peças necessárias, determinantes e essenciais para a construção final. No caso da construção das identidades, nenhum aparato é dado ao “jogador” de forma antecipada, muito menos há peças que se encaixem perfeitamente, o objetivo é exatamente que as peças, de alguma forma, se encaixem. Enfim, identidades não cabem em caixas e são constituídas com o que se tem ao alcance do sujeito.

Enquanto perspectiva para o desenvolvimento da presente pesquisa, utilizamos como suporte a compreensão de fluidez das identidades, compreendo-as enquanto, de fato, projetos em construção.

3.1.1 IDENTIDADES: ENTRE CONCEITOS E SUAS TEMPORALIDADES

Da coabitação e vizinhança subjacentes - em que eram exercidos os domínios de proximidade – até a concepção de existência social para além dos limites territoriais e a percepção da existência de outras culturas, as identidades surgem a partir de um questionamento do “lugar” da pessoa, antes impossivelmente negociável. Assim:

Foram necessárias a lenta desintegração e a redução do poder aglutinador das vizinhanças, complementadas pela revolução dos transportes, para limpar a área, possibilitando o nascimento da identidade – como problema e, acima de tudo como tarefa (BAUMAN, 2005, p. 24).

Entre as diversas possibilidades de se pensar identidade, questionar lugares de pertencimento só passa a fazer algum sentido quando se é possível a escolha ou a negociação de espaços (BAUMAN, 2005), o que por muito tempo não era possível nas sociedades onde os sujeitos tinham espaços definidos pelo nascimento ou pertencimento biológico.

Neste sentido, nasce a ideia de conceito de identidade nacional, como um processo de diferenciação e demarcação territorial e, principalmente, cultural. Cabe perceber os gumes desta lâmina que era a identidade nacional: se por um lado servia ao nativo pela ideia de pertencimento, por outro, concretizava a soberania da nação a partir da definição do ‘seu’ povo. Assim, o propósito central da identidade nacional não era adesão absoluta dos sujeitos – como se dá nos outros tipos de identidade, a partir da empatia –, mas efetivamente desenhar a linha que separava nós dos outros eles (BAUMAN, 2005).

Por muito tempo as identidades nacionais eram suficientes para definir os sujeitos e individualizá-los, ser cidadão de uma nação era suficiente, por isso essas identidades eram chamadas de “supraidentidades”. Mas tal situação não se manteve por muito tempo nas sociedades complexas da modernidade, a natividade concede

espaço à vivência do pertencimento. Nascem, então, as “metaidentidades”, que seriam as próprias âncoras sociais escolhidas pelo indivíduo (BAUMAN, 2005, p.42).

Quando a identidade perde as âncoras *sociais* que a faziam parecer “natural”, predeterminada e inegociável, a “identificação” se torna cada vez mais importante para os indivíduos que buscam desesperadamente um “nós” a que possam pedir acesso (BAUMAN, 2005, p.30).

Assim, para que seja possível compreender as identidades, enquanto conceito relacionado à subjetividade, se faz necessário uma análise, ainda que breve, das modificações ocorridas na ideia de sujeito na história.

Stuart Hall (2006) estabelece três sujeitos diferentes e suas concepções de identidade para explicar o processo de modificação, ou melhor, deslocamentos sofridos, sendo eles:

a) o sujeito do iluminismo: este sujeito tinha sua individualidade marcada pelo centralismo e unificação, e notadamente masculino, à medida que a noção de sujeito da referida época com usualidade referia-se à identidade dos homens. A individualidade, enquanto status e posição social, estaria vinculada a uma ordem divina incapaz de ser modificada (HALL, 2006).

A individualidade biológica e divina constrói o indivíduo soberano, proveniente das ideias renascentistas e iluministas, que era capaz de pensar sobre si e sobre a existência, tendo-se, porém, o indivíduo como centro de tudo. Esse ser pensante, fixado no centro do conhecimento, passa a ser conhecido como sujeito cartesiano (HALL, 2006).

b) o sujeito sociológico: este sujeito surge a partir de uma concepção mais interativa ou relacional, como resultado da intervenção da cultura e das relações na construção do sujeito, um alinhavo que “costura [...] o sujeito à estrutura” (HALL, 2006, p.12).

Assim, a localização do indivíduo nas grandes estruturas sociais – a “[...] internalização do exterior no sujeito” – juntamente com as relações sociais entre indivíduos – “[...] a externalização do interior do sujeito” – concebem a lógica do sujeito moderno ou sociológico (HALL, 2006, p.31).

c) o sujeito pós-moderno: este sujeito estrutura-se a partir de várias identidades, contraditórias e em disputa constante, sendo a fragmentação sua característica central, se mantendo longe da fantasia de identidade fixa e única. São

identidades deslocadas, mais definidas histórica do que biologicamente, que torna o processo de formação uma “celebração móvel” (HALL, 2006, p.13).

Quanto ao processo de concepção do sujeito pós-moderno, Stuart Hall (2006) apresenta com destaque cinco razões que considera impactantes para o descentramento total e final do sujeito cartesiano, quais sejam:

a) o pensamento marxista: o marxismo desenvolveu uma discussão paralela a sua questão central (relações de trabalho/luta de classes), que fora a concepção de um indivíduo como parte de uma grande estrutura. É certo que a teoria desenvolvida por Marx é destinatária de imensas críticas, inclusive da negativa a uma agência individual, mas, de uma forma geral, a visão estruturalista permitiu um deslocamento considerável do sujeito cartesiano para o desenvolvimento de uma visão mais global;

b) a descoberta de Freud do inconsciente: o inconsciente seria o local de formação das identidades, sexualidades e desejos, rompendo com a ideia de um sujeito racional. O inconsciente sofre a influência das culturas, dos simbolismos e das relações humanas, sendo o produto dele a subjetividade (HALL, 2006). Com o desenvolvimento dos impulsos dados pela descoberta do inconsciente, conclui-se que:

[...] a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo "imaginário" ou fantasiado sobre sua unidade. Ela permanece sempre incompleta, está sempre "em processo", sempre "sendo formada" (HALL, 2006, p. 38).

Portanto, a concepção de uma identidade fixa e acabada é uma ilusão, uma fantasia que põe o sujeito a não se questionar.

c) a linguística: o terceiro deslocamento refere-se à linguagem, que passou a ser entendida como um sistema social carregado de simbolismos, mesmo que anterior a nossa existência, que estão se modificando gradualmente, adquirindo novos significados. Aqui, o autor faz uma analogia entre a língua e a identidade, ao afirmar que a compreensão dos significados, para ambos os casos, se faz a partir da exclusão daquilo que não é: noite não é dia e eu não sou o outro (HALL, 2006).

d) a concepção do poder disciplinar, de Foucault: este penúltimo deslocamento é provocado pelo desenvolvimento do poder disciplinar que se destina

a transformar o ser humano em um corpo dócil; vigiado, regulado e governado por instituições coletivas, tais como igrejas, Estados, escolas, entre outros (HALL, 2006).

Esse novo poder desenvolvido por Foucault possibilitou a compreensão dos vetores para além do poder disciplinar, que influenciam os sujeitos, se impondo sobre as identidades, certas vezes fabricando-as conforme seus interesses.

e) o feminismo: o último e que consideramos mais importante dos deslocamentos. Mais do que uma crítica teórica a (estrutura da) sociedade moderna, o feminismo politizou a identidade e a subjetividade, trazendo à tona temas de esferas antes pessoais para a discussão política e pública (HALL, 2006).

Sendo o feminismo, portanto, conforme as contribuições de Stuart Hall, um dos eventos promotores do deslocamento da identidade humana, transformando o sujeito sociológico em pós-moderno, se faz necessária uma breve reflexão acerca deste movimento social, seus pontos norteadores e suas implicações sociais.

3. 2 MOVIMENTOS SOCIAIS: UMA BREVE REFLEXÃO

Alberto Melucci (1989) chama atenção para a dificuldade em se apresentar um conceito capaz de definir movimentos sociais, já que cada teoria apresentará um foco nas características que considerem essenciais para a definição. Mesmo assim, o autor esboça uma definição de que movimentos sociais são unidades de sistemas e relações que juntos compõem o “espírito oculto” do “personagem” que atua na cena social. Em outras palavras:

Eu defino analiticamente um movimento social como uma forma de ação coletiva (a) baseada na solidariedade, (b) desenvolvendo um conflito, (c) rompendo os limites do sistema em que ocorre a ação. Essas dimensões permitem que os movimentos sociais sejam separados de outros fenômenos coletivos (delinqüência, reivindicações organizadas, comportamentos agregado de massa) que são, com muita freqüência, empiricamente associados com “movimentos e “protesto” (MELUCCI, 1989, p.57).

Para melhor entendermos o conceito de Alberto Melucci (1989), alguns esclarecimentos se fazem necessários. Solidariedade seria o compartilhamento das identidades coletivas por parte dos protagonistas, ao se reconhecerem e reconhecerem o outro enquanto parte de tal movimento. O conflito poderia ser definido como uma luta entre atores opostos que objetivam os mesmos recursos. E,

romper com os limites do sistema seria romper com as variações toleradas (ou esperadas) pela estrutura social. Poeticamente, complementa:

O meio, o próprio movimento como um novo meio, é a mensagem. Como profetas sem encantamento, os movimentos contemporâneos praticam no presente a mudança pela qual eles estão lutando: eles redefinem o significado da ação social para o conjunto da sociedade (MELUCCI, 1989, p. 62).

Assim, a luta social é o resultado de uma prática de desrespeito a um grupo inteiro que passam a agir conforme suas experiências, utilizando-as como motivos diretores de suas ações. Edificar um movimento social é, pois, construir uma ponte entre as experiências dos atores e as finalidades que tal movimento objetiva, de forma resistente capaz de suportar uma identidade coletiva (HONNETH, 2003).

Os movimentos sociais podem, também, serem concebidos como uma arena em que se entrelaça o cultural, os símbolos e significados, com o político, onde há as relações de poder e dominação (ALVAREZ; DAGNINO; ESCOBAR, 2000).

É preciso compreender que as conjunturas sociais modificam-se rapidamente e são capazes de alterar as funções e motivações dos movimentos sociais, bem como suas definições.

As ações coletivas não devem ser compreendidas apenas como um meio prático de reclamar ausência de reconhecimento; o engajamento proporciona, ainda, o nascimento de uma nova relação entre os envolvidos, além de “[...] arrancá-los da situação paralisante do rebaixamento passivamente tolerado [...]”, proporcionando um reconhecimento indireto “[...] do valor moral ou social de si próprio [...]” (HONNETH, 2003, p.259).

A concepção entre antigos e novos movimentos sociais considera uma divisão teórica dos movimentos e seus projetos políticos, sendo os antigos movimentos sociais aqueles relativos a direitos trabalhistas, enquanto que os novos movimentos traçam suas fronteiras de batalha para além da concepção economicista, ocupando-se com as questões sociais relacionadas à qualidade de vida ou, em outras palavras, bem viver.

Além das razões econômicas, onde marxismo correlaciona o conflito à mudança social – luta de classes –, os sujeitos desejam a conquista de bens como a identidade, que igualmente lhe são negados (MELUCCI, 1989).

Assim, as ações coletivas buscam ocupar não apenas o terreno das estruturas economicistas e/ou políticas, questionando-as, mas também batalham em “terrenos não-políticos” (MELUCCI, 1989, p. 54) contra imposições culturais e contra a ideia de imutabilidade das culturas hegemônicas.

Existem diversas agendas sociais na realidade brasileira. Para entender o surgimento dos estudos de masculinidades, observemos primeiro o movimento feminista, que tem como missão a equidade de gêneros e contrapõem-se à lógica machista, realizando a análise da categoria gênero como meio para se compreender as injustiças sociais engendradas entre homens e mulheres em nossa sociedade.

O feminismo deve ser compreendido enquanto movimento social por possuir demandas relativas aos direitos sociais, econômicos e políticos das mulheres, sendo a sua insurgência um meio para a garantia da cidadania feminina. Acerca do percurso do movimento feminista brasileiro, a autora Ana Alice Alcantara Costa (2005, p. 26) propõe a seguinte visão geral:

O movimento feminista brasileiro, enquanto “novo” movimento social, extrapolou os limites do seu status e do próprio conceito. Foi mais além da demanda e da pressão política na defesa de seus interesses específicos. Entrou no Estado, interagiu com ele e ao mesmo tempo conseguiu permanecer como movimento autônomo. Através dos espaços aí conquistados (conselhos, secretarias, coordenadorias, ministérios etc.) elaborou e executou políticas. No espaço do movimento, reivindica, propõe, pressiona, monitora a atuação do Estado, não só com vistas a garantir o atendimento de suas demandas, mas acompanhar a forma como estão sendo atendidas.

Assim, operar contra as resistências que impedem a busca feminina pelo bem viver, dentro de suas especificidades, nos parece ser a unidade dos projetos e demandas diversas dos feminismos, posto que entendemos tal movimento enquanto algo plural e não-universal.

Abordaremos esses e outros debates nos capítulos seguintes, desde as modificações trazidas para o conceito de gênero – e a introdução deste nas análises das desigualdades – até as especificidades das demandas dos feminismos latinos.

3.2.1 FEMINISMO: DO DESLOCAMENTO DO SUJEITO À IDEOLOGIA POLÍTICA

O processo de autoidentificação com os ideais feministas, mesmo que a partir de um sujeito político de fronteira, qual seja o sujeito masculino, necessita de

uma abordagem sobre as teorias desenvolvidas acerca do conceito de gênero, a partir do feminismo.

A terminologia 'sujeito político de fronteira', relacionada à categoria de homens feministas, foi amplamente discutida na dissertação de mestrado intitulada "Homens Feministas: A emergência de um sujeito político entre fronteiras contingentes", elaborada por Mariana Azevedo, sob orientação do Prof. Dr. Remo Mutzenberg e apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal de Pernambuco. Neste trabalho a autora estuda a emergência de homens como novos sujeitos políticos do Feminismo, relatando limites, possibilidades; concluindo, em breves palavras, que a não integração dos homens produz uma lógica contraditória aos ideais feministas.

O conceito de gênero vem denunciar o processo de diferenciações entre homens e mulheres, que até então eram apresentadas enquanto distinções biológicas, naturais e, portanto, inatas (PISCITELLI, 2009). Assim:

Gênero é um conceito desenvolvido para contestar a naturalização da diferença sexual em múltiplas arenas de luta. A teoria e a prática feminista em torno de gênero buscam explicar e transformar sistemas históricos de diferença sexual nos quais "homens" e "mulheres" são socialmente constituídos e posicionados em relações de hierarquia e antagonismo (HARAWAY, 2004, p. 211).

A constituição de gênero implicava, exponencialmente, na edificação de estereótipos daquilo que seria apropriado para cada sexo, inclusive, distinguindo tarefas ou funções sociais a serem desempenhadas, hierarquicamente valorizadas.

Às mulheres eram estabelecidas as atividades domésticas e relacionadas às obrigações e responsabilidades familiares. O público era o âmbito (natural) do homem, que se responsabilizava pelas demandas sociais e desempenhava o papel sexual.

Elucidam os autores Marcelo Henrique Gonçalves de Miranda e Ana Caroline Amorim Oliveira (2016, p.357) que "na abordagem essencialista tanto ser mulher como ser homem e as desigualdades, decorridas dessa diferença, seriam conseqüências da natureza, dos aspectos biológicos". Por outro lado, uma abordagem construtivista consistia na compreensão de que gênero e sexualidade seriam reflexos da construção social e cultural (MIRANDA; OLIVEIRA, 2016). Assim:

Sendo assim, se é uma construção pode ser reconstruída abolindo e/ou diminuindo a desigualdade de gênero. Tal perspectiva representou um grande avanço teórico e político de luta a favor da promoção da equidade em relação aos gêneros de homem e mulher (MIRANDA; OLIVEIRA, 2016, p. 359).

Joan Scott (1989) compreende gênero como sendo uma categoria social, para além apenas da compreensão desta enquanto categoria de análise, imposta sob um corpo sexuado. Para esta mesma autora (SCOTT, 1989), o gênero pode ser analisado através de três grandes teorias fundamentais, as quais passamos a discorrer:

a) Gênero, a partir do patriarcado: na concepção fundacional do patriarcado, compreende-se gênero a partir da concentração na dominação de homens sobre mulheres, sem detalhar de que forma essa relação de poder se relaciona com as outras desigualdades (SCOTT, 1989);

b) Gênero, a partir de uma concepção marxista: para as teóricas feministas marxistas, a diferença de gênero não pode ser compreendida afora a divisão sexual do trabalho; desta forma, patriarcado e capitalismo associadamente operam a subordinação feminina (SCOTT, 1989);

c) Gênero, a partir do pós-estruturalismo: o pós-estruturalismo sublinha o poder da comunicação (linguagem) e a experiência enquanto elementos estruturais da diferenciação de gênero (SCOTT, 1989).

Em resumo, as feministas desenvolvem um debate intenso, levando para o ambiente político questões da esfera privada, com o famoso lema “o privado é político”, onde há a denúncia das relações de poder no ambiente doméstico e a desvalorização da figura feminina. Assim:

Enquanto prática política, a crítica feminista, ao incidir sobre questões como estas, realiza uma mudança de perspectiva na tradicional concepção de política, pois discute temas que até então eram relegados à sombra e essa discussão passa a ser feita por vozes femininas a partir de suas próprias vivências (MANINI, 1995/1996, p.47).

No século XIX e em meados do século XX iniciam-se as primeiras mobilizações coletivas⁵⁴ em prol da igualdade entre os sexos, representando esta a primeira “onda” do feminismo (PISCITELLI, 2009).

Em resumo, as mulheres reivindicavam, especialmente, o direito à educação, ao exercício da cidadania através do voto⁵⁵ e a possibilidade de ter propriedades, sejam bens móveis e/ou imóveis (PISCITELLI, 2009). Em especial na Europa e nos Estados Unidos, a luta das mulheres direcionava-se a melhores condições de trabalho nas fábricas (AUAD, 2003).

Simone Beauvoir e Betty Friedan são as expoentes feministas que produzem sobre gênero nesta época. E as obras “O segundo sexo” e “A mística feminina” provocam novas insurgências ao movimento feminista, como, por exemplo, a denúncia das diferenças entre os gêneros a partir de imposições culturais que inferiorizavam as mulheres. Tem-se início, pois, a segunda “onda” do movimento feminista.

A partir de então, a palavra “gênero” passa a ser difundida e questionada a partir de uma visão mais cultural das construções do sexo e das identidades, da percepção de imposições culturais ao exercício da feminilidade e da masculinidade.

Com a disseminação do sistema sexo/gênero, muitas questões vieram à tona, essencialmente o sujeito político produzido pelo feminismo, conferindo pouca atenção às diferenças entre as mulheres, normalmente vinculando tal perfil às necessidades de mulheres brancas e de classe média.

Esses estereótipos subordinavam, portanto, as feministas latinas e as mulheres negras, à medida que apresentavam demandas que não representavam as insurgências dessas mulheres. Donna Haraway (2004, p. 241) contextualiza

⁵⁴ Evidente que as insurgências das mulheres ao sistema patriarcal desde sempre foram sentidas, ainda que individualmente. Casos de resistências femininas podem ser encontrados na história, não tradicional, da humanidade, à medida que a história tradicional raramente prioriza relatos das mulheres, sendo frequentemente contada a partir de um olhar masculino. Cita-se, a título de exemplo, a brasileira Nísia Floresta que defendia o direito feminino à educação, correlacionando tal direito ao progresso social; tendo fundado, em 1938, o Colégio Augusto, no Rio de Janeiro, direcionado a educação das meninas (SOIHET, 2005). Relatos sobre a vida de Nísia demonstram que a mesma buscava conscientizar mulheres e homens sobre a necessidade de modificação dos papéis sociais (SOIHET, 2005). A autora publicou várias obras, entre as quais destacamos: *Direitos das mulheres e injustiças dos homens*, em 1832; *Conselhos à minha filha*, em 1842; e *Opúsculo humanitário: ensaio sobre educação*, em 1853 (SOIHET, 2005).

⁵⁵ A conquista da cidadania através do voto, causa principal da primeira onda do movimento feminista, concedeu às militantes da época o emblemático nome de Sufragistas. Neste sentido, Daniela Auad (2003, p. 56) apresenta um calendário, com destaque as primeiras datas em que o voto foi conquistado pelas feministas, a saber: (a) Antiga União Soviética em 1917, (b) Alemanha, em 1918; (c) Estados Unidos da América, em 1919; (d) Inglaterra, em 1928; (e) Brasil, em 1934; (d) França, Itália e Japão, todos em 1945; e (e) Suíça, em 1973.

afirmando que “no patriarcado branco norte-americano, as mulheres livres eram trocadas num sistema que as oprimia, mas as mulheres brancas herdavam mulheres e homens negros”.

É, portanto, a partir do final da década de 1980 que o conceito de gênero passa a ser questionado. Assim, a concepção de gênero enquanto algo construído passa a assumir a ideia de que haveria um destino o qual condicionaria a identidade de gênero a ser assumida, até mesmo certa sexualidade (PISCITELLI, 2009).

Adriana Piscitelli (2009), dialogando com as produções de Gayle Rubin, apresenta algumas considerações para a diferença sexual, entre as quais destaca a divisão sexual do trabalho e o matrimônio (a partir da troca de mulheres entre as famílias, com o intuito de não cair no interdito do incesto) que, reprimindo a sexualidade, exigia o cumprimento de uma heteronormatividade.

Assim, “a opressão dos homossexuais como produto do mesmo sistema cujas regras e relações oprimem as mulheres” (PISCITELLI, 2009, p. 139). Desta feita, a heteronormatividade é o centro da opressão feminina.

Nos anos 2000 e seguintes, surge a Teoria Queer⁵⁶, desenvolvida exponencialmente a partir das contribuições de Judith Butler, filósofa norte-americana, lésbica, que vem a desnaturalizar o gênero e a desmistificação dos destinos da identidade de gênero. Assim:

[...] o conceito de gênero, requer pensar não apenas nas distinções entre homens e mulheres, entre masculino e feminino, mas em como as construções de masculinidade e feminilidade são criadas na articulação com outras diferenças de raça, classe social, nacionalidade, idade; e como essas noções se embaralham e misturam no corpo de todas as pessoas [...] (PISCITELLI, 2009, p. 146).

A abordagem desconstrutivista, proposta pela Teoria Queer, vem romper com a inteligibilidade dicotômica estabelecida pela abordagem construtivista (sexo/corpo, macho/fêmea, heterossexual e homossexual), defendendo que as categorias de sexo, gênero e sexualidade são ficcionais (MIRANDA; OLIVEIRA, 2016).

⁵⁶ Judith Butler não é a única contribuinte da teoria queer, a teórica Eve Sedgwick contribuiu igualmente de forma exponencial a composição dos fundamentos desta teoria; que tem esse nome QUEER, que traduzido significa anômalo ou estranho; referência a todo comportamento contrário ao comportamento aceito socialmente, qual seja: o heterossexual (*straight*).

A Teoria Queer, fortemente representada por Judith Butler, e a questão da “performatividade”, apresenta uma mudança no cenário dos estudos de gênero, pois propõe uma desmontagem de todo tipo de identidade de gênero que oprime as singularidades humanas. Em resumo, a crítica de Butler é direcionada ao feminismo que ainda trabalha com o gênero, o que considera um binarismo vilipendiador.

Entender o(s) feminismo(s) enquanto projeto(s) crítico(s) que questiona(m) um sistema político, social e econômico em que estamos situados, que não apenas reifica(m) os papéis de gênero como também assume(m) resultados violentos para identidades não hegemônicas é uma compressão muito recente e pouco difundida.

Feministas são frequentemente questionadas de suas posições e quase sempre são reduzidas a um grupo de mulheres que são contra os homens, ou sexualmente rejeitadas por esses, como uma antiga guerra dos sexos. Esse estereótipo criado pelo imaginário social descreve a(s) feminista(s) como mulheres infelizes, feias e mal amadas (RAGO, 2001).

Mas o(s) feminismo(s), ainda que em suas diversas lutas, compreendendo as dimensões possíveis para cada grupo, tem um propósito central: o combate ao machismo e ao sexismo, o emponderamento feminino e a luta pelos direitos humanos das mulheres. Assim:

É óbvio que uma das questões centrais do feminismo, antes e agora, têm sido a de propor a construção de identidades femininas sob outras bases e parâmetros conceituais. Uma recusa, portanto, das formas de sujeição impostas pelo olhar masculino, pela ciência, pela moral, pela cultura masculinas, principalmente nas últimas décadas em que cresce a luta mais pela “desidentificação”, ou pela possibilidade de construção de múltiplas subjetividades pessoais, grupais, sexuais (RAGO, 2001, p. 59).

Portanto, percebe-se que a luta feminista não prevê apenas a emancipação feminina, mas sim a libertação “tanto às mulheres quanto aos homens para uma vida autêntica e consciente” (AUAD, 2003, p.14), sendo possível a vivência de subjetividades pessoais além daquelas impostas pelo sistema binário de gênero e subjetividades sexuais para além da heteronormatividade.

3.2.2 FEMINISMO LATINO

Como visto, temos utilizado o espectro da decolonialidade para entender os deslocamentos identitários da masculinidade. E também se faz necessário compreender o feminismo a partir deste sul da América.

Para tal propósito utilizaremos aportes teóricos, privilegiando, em *prima face*, as produções de mulheres, sejam do sul global ou que escolheram a epistemologia do sul para a produção de conhecimento.

É evidente que o feminismo europeu, que teve sua trajetória apresentada acima, operou influência na percepção do(s) feminismo(s) latino(s), chegando em meados dos anos 70, época em que a Europa já experimentava a segunda onda (PEDRO, 2010).

Na maioria dos países latinos o desenvolvimento do movimento de mulheres foi concomitante ou logo posterior aos processos de redemocratização, após as atrocidades de governos militares, fato este que concede vivências diferenciadas do sujeito político desse(s) feminismo(s).

Apresentando uma crítica ao feminismo hegemônico do Ocidente, elaborado a partir de um conceito universal de mulher, o feminismo do “terceiro mundo” apresenta estratégias para a promoção da autonomia feminina a partir da valorização de suas culturas e vivências, considerando também a posição geopolítica dessas mulheres como importante categoria de análise.

Pluralizar a palavra feminismo é, neste sentido, conservar a ideia de existência de lutas diversas, em tempo e espaço e, em via diversa, a ruptura deste conceito universal (e ocidental) de mulher.

Ochy Curiel (2009) considera um gesto necessário para se descolonizar o feminismo a retomada de histórias outras que não vieram a ser contadas, sendo este um gesto ético e político. Para a autora, o feminismo latino não só se opõe ao feminismo europeu – “blanco, heterosexual, institucional y estatal” (CURIEL, 2009, p. 3) –, mas constrói sua prática política atuando contra todo um sistema de dominação – ou “*matriz de dominación*” (CURIEL, 2009, p. 3) – que considera enquanto demandas não apenas a luta contra o sexismo, mas também as questões relativas à raça, renda, geração, e sexualidade. Assim, resume:

[...] “la Mujer” de clase media, mestiza, heterosexual, aún sus análisis eran limitados al basar sus teorías y sus prácticas políticas en “la diferencia” y la identidad como fundamento de sus reivindicaciones y motivo de sus acciones, momento que fue necesario, pero no suficiente para el feminismo que hoy se necesita en este nuevo contexto (CURIEL, 2009, p. 4).

No Brasil, tal reorganização das práticas políticas feministas, não se restringindo àquelas relativas ao combate do sexismo, foi bastante influenciada pelas contribuições do movimento de mulheres negras⁵⁷, que, não se sentindo contempladas pelas reivindicações feministas, demonstraram a imensidão de desigualdades engendradas que sofriam as mulheres brasileiras.

Um dos desencontros com o feminismo branco, denunciado pelo movimento de mulheres negras, estaria relacionado ao fato das mulheres brancas disputarem (ainda que sem paridade) espaços públicos e o mercado de trabalho com os homens, invocando a igualdade de gênero, enquanto mulheres negras desempenhavam os afazeres domésticos.

Vale pensar que apesar das mulheres (brancas) passarem a ocupar espaços públicos, fazendo um movimento de dentro pra fora, os homens não fizeram o movimento inverso, do público para o privado⁵⁸, sendo o acúmulo de funções (duplas e triplas jornadas) uma realidade para as mulheres.

Porém, apesar do discurso da igualdade de gênero, os afazeres domésticos foram destinados às mulheres negras – que não tinham (e ainda não têm) acesso aos direitos e a oportunidades iguais as mulheres brancas. Eis, então, a incoerência: ao lutarmos para sair de casa, nós (brancas de classe média), relegando este lugar de inferioridade que é o ambiente doméstico, destinamos ao desempenho desta função outras mulheres, repassando esse bastão da inferioridade.

Ao propor um enegrecimento do feminismo, Sueli Carneiro (2003, p. 119), apresenta a necessidade de se compreender as questões de gênero de forma inter-relacionada com as questões de raça – e porque não dizer, de classe – para a eficiência de uma análise local. Assim:

⁵⁷ A luta contra o sexismo e o racismo, dinâmica enfrentada pelas mulheres negras, pouco foi contemplada pelas agendas do feminismo e nem do movimento negro, razão pela qual se desenvolve o movimento de mulheres negras.

⁵⁸ Ainda hoje, este diálogo acerca da noção de cuidado (doméstico e familiar) é muito distante do mundo masculino, repercutindo, pois, nas relações estabelecidas não apenas entre o casal, como também transpassando para as relações entre pais e filhos.

A fortiori, essa necessidade premente de articular o racismo às questões mais amplas das mulheres encontra guarida histórica, pois a “variável” racial produziu gêneros subalternizados, tanto no que toca a uma identidade feminina estigmatizada (das mulheres negras), como a masculinidades subalternizadas (dos homens negros) com prestígio inferior ao do gênero feminino do grupo racialmente dominante (das mulheres brancas).

Enquanto resultado, podemos afirmar que tais denúncias destacam a fragilidade do movimento feminista baseado em propostas universalistas, que, ao não contemplar as especificidades vivenciadas, reproduzem um conceito universal de mulher, oprimindo aquelas que não se enquadram.

Referindo-se ao momento atual do movimento de mulheres, Margareth Rago (2004, p. 1) denomina esta era de “pós-feminismo”, referindo-se a certo patamar de conquistas alcançadas, destacando a conquista do reconhecimento público de sua importância.

Para a autora, haveria um “processo de feminização cultural em curso” responsável por um mundo “mais feminino e feminista, libertário e solidário ou, em outras palavras, filógino, – isto é, contrário a misógino –, amigo das mulheres e do feminino” (RAGO, 2004, p.2). E continua:

Embora seja visível que um determinado patamar de aquisições foi conquistado, as negociações de gênero ainda estão muito longe de se encerrarem, principalmente se considerarmos que as transformações nos padrões e modelos de masculinidade apenas começam (RAGO, 2004, p.2).

Construindo uma linha lógica e apresentando, em resumo, os caminhos trilhados pelo movimento de mulheres, desde uma perspectiva eurocentrada até a ultrapassagem da linha latina dos acontecimentos, tentamos demonstrar, nesse capítulo, as mudanças provocadas pelo(s) feminismo(s) nas relações sociais, culturais, políticas, com foco especial nas transformações sob as relações entre os gêneros, com o propósito de destacar a ocorrência da feminização da cultura (RAGO, 2001).

Não há, pois, possibilidade de estudar masculinidades sem cruzar este caminho com o feminismo, à medida que o engendramento político e social, incluindo neste os estereótipos de uma certa cultura, são resultados da intervenção do(s) feminismo(s) na construção das subjetividades masculinas.

3.3 MASCULINIDADE(S): UM OLHAR FEMINISTA E DE GÊNERO

É sabido, pois, que a identidade é construída através da interação com o outro, da relação com aquilo que é oposto a nós, com o que nos falta, o que Stuart Hall (2006) denominou de *exterior construtivo*. Pelas considerações deste autor (HALL, 2006), a identidade toma-se como sendo o resultado da interpelação que o sujeito é submetido, sendo um elemento, acima de tudo, politizador.

O sistema sexo-gênero vem a ser questionado pelo movimento feminista, sendo extremamente relevantes as considerações da Judith Butler (2015), ao considerar a cultura com peso determinante. Neste sentido, o gênero incorpora um “status não-natural, que viria a definir outra importante universalidade: desta vez, a opressão cultural (e não mais apenas a biológica/natural)” (ALMEIDA, 2000, p.29). Por esta razão, há similitudes importantes de serem consideradas entre os estudos de gênero e os estudos culturais.

Desta feita, inserem para a construção das masculinidades questões de ordem social e psicológica que operam para constituir e regulamentar corpos sexuados.

O redirecionamento, em via reflexiva, a que são submetidos os homens, encontra como motivação, não exclusivamente em razão do feminismo, podendo ser considerado o trabalho – globalização, mecanização, precarização – enquanto elemento fundacional a identidade masculina (CARMO, 2010, p.8).

As transformações sociais impactaram na percepção que o homem possui de si mesmo e das suas relações sociais, em especial com as mulheres, tendo sido apresentados sintomas desse desconforto há décadas, desenvolvendo-se assim os estudos sobre masculinidade(s), enquanto representações de posições tomadas diante de práticas discursivas (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, p.257). As relações com o gênero feminino, a nível relacional, não significa complementação entre os gêneros, a medida que, na realidade posta, isto implica num processo de “assimetria de poder” (MEDRADO; LYRA, 2008, p.819). Assim:

Afinal, reconhecer a dimensão relacional do gênero possibilita desconstruir principalmente os argumentos culpabilizantes sobre os homens que demarcam o discurso de parte do movimento feminista e que ainda se faz presente, direta ou indiretamente, nas produções acadêmicas contemporâneas (MEDRADO; LYRA, 2008, p. 820).

Não se pode dizer que as identidades masculinas não seriam abordadas ou problematizadas pelos que viriam a ser os estudos de gênero. Segundo Daniel Welzer-Lang (2004, p.109):

As primeiras reflexões sobre o que era então qualificado de identidade masculina foram feitas fora das ciências sociais quando empreendidas por homens heterossexuais, e à margem das ciências sociais acadêmicas quando empreendidas por gays.

Neste sentido:

O questionamento do papel masculino e da sua função resulta dos estudos desenvolvidos na área da antropologia, sociologia e da psicologia social relativamente à mulher, isto porque não é possível focar-se o mundo feminino ignorando o mundo masculino. A finalidade dos estudos masculinos é a de compreender melhor o ser masculino e conseqüentemente a sua razão de ser numa sociedade cada vez mais feminista (PERETTI; NOGOSEKE; SOUZA, 2011, p. 3).

Os estudos sobre masculinidade datam da metade da década de 90, em que as produções teóricas se caracterizariam pelos seguintes propósitos:

(a) a organização social das masculinidades em suas 'inscrições e reproduções' locais e globais; (b) a compreensão do modo como os homens entendem e expressam 'identidades de gênero'; (c) as masculinidades como produtos de interações sociais dos homens com outros homens e com mulheres, ou seja, as masculinidades como expressões da dimensão relacional de gênero (que apontam expressões, desafios e desigualdades); (d) a dimensão institucional das masculinidades, ou seja, o modo como as masculinidades são construídas em (e por) relações e dispositivos institucionais (LYRA, 2009, p. 1011).

A fim de localizar esta pesquisa desenvolvida, podemos considerar que a mesma se propusera a contemplar todos os propósitos apresentados, sendo dada ênfase à organização social das masculinidades em nível local – em Recife (PE), considerando a cultura nordestina, com fortes características machistas e com nítida estrutura patriarcal –, percebendo como se realiza a compreensão das identidades de gênero e as influências constitutivas decorrentes da participação em movimentos sociais (relação com os dispositivos institucionais); não se desprezando os demais propósitos.

Opera-se certo destaque ao feminismo⁵⁹ como influenciador da construção da identidade dos homens (PINHO, 2004), impactando a ponto de “desestabilizar o modelo masculino tradicional e leva a repensar modelos de comportamento, teorias e discursos sobre a masculinidade” (PERETTI; NOGOSEKE; SOUZA, 2011, p.1).

Na opinião de Phillip Hodson (1986, p. 3), “uma das principais razões da atual crise masculina vem do fato de que as mulheres têm sido mais bem-sucedidas em identificar a crise feminina”.

Osmundo Pinho (2014, p. 232) percebe a “crise do masculino” – aspas postas pelo autor, oportunamente preservadas – como sendo “uma crise da sociedade, e de suas contradições, que são portadas ou encenadas na própria produção dos vetores de diferenciação social”.

A percepção das diversas formas das masculinidades, à medida que esta seria uma construção social, sendo “conquistada e re-conquistada, por meio da provação da virilidade do ser masculino” (CARMO, 2010, p.7), diversa em tempo e espaço, e que considera diretamente as experiências vivenciadas, transformou este conceito em pluralidade, definição heterogênea e plural – para além do que simplesmente inserir um ‘s’ ao final da palavra.

Osmundo Pinho (2014, p. 232) simplifica o processo de criação da masculinidade padrão detalhando este da seguinte forma:

O significado prático de “ser homem”, e a forma socialmente estruturada de constituir e objetificar os valores e ideais de masculinidade estão definidos pela interação dos atores com as inúmeras agências por meio das quais são adquiridos/produzidos/transformados determinados significados, hábitos e práticas atribuídas à conduta masculina.

Desta forma, estamos falando de gestos, reações, discursos e sentimentos que contribuíram para o processo de tornar-se homem (WELZER-LANG, 2001, p.436), à medida que a identidade de gênero é compreendida como sendo cultural e socialmente constituída. A masculinidade, enquanto forma de comportamento, enquanto identidade, justifica a lógica de que “cada homem vai individualmente e coletivamente fazer sua iniciação” (WELZER-LANG, 2001, p.463); esse processo de

⁵⁹ O movimento de libertação gay reordenou as nuances sobre sexualidade e prazer, e, assim como o feminismo, operava atrás da mudança de paradigmas sob o manto da liberdade do ser social.

socialização masculina é conceituado por Daniel Welzer-Lang (2001, p.466) como a “casa-dos-homens”.

A masculinidade também pode ser definida duplamente enquanto prática e efeito:

La masculinidad, si se puede definir brevemente, es al mismo tiempo La posición en las relaciones de género, las prácticas por las cuales los hombres y mujeres se comprometen con esa posición de género, y los efectos de estas prácticas en la experiencia corporal, en la personalidad y en la cultura (CONNELL, 1997, p. 35).

A masculinidade hegemônica, como conceito, aparece, inicialmente, em decorrência dos estudos sobre a desigualdade social e estava relacionada às discussões acerca das experiências dos homens na política sindical da Austrália (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, p. 242).

Como descrição, masculinidade hegemônica, na construção teórica de Robert W. Connell e James W. Messerschmidt (2013, p.245) “foi entendida como um padrão de práticas [...] que possibilitou que a dominação dos homens sobre as mulheres continuasse”. E continua:

O conceito de masculinidade hegemônica foi originalmente formulado em relação ao conceito de feminilidade hegemônica – prontamente renomeada de “feminilidade enfatizada” para reconhecer a posição assimétrica das masculinidades e das feminilidades em uma ordem patriarcal do gênero. (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, p. 265).

Acerca da socialização por meio de estereótipos dos homens/meninos, os seguintes atributos são elementares:

Forte, confiante, ativo, destemido, determinado, realizador, independente, objetivo, pragmático, racional, emocionalmente equilibrado, profissionalmente competente, financeiramente bem-sucedido e sexualmente impositivo são algumas das descrições pertinentes ao modelo ideal de masculinidade (WANG; JABLONSKI; MAGALHÃES, 2006, p.54).

Em contraposição à hegemonia do gênero, Fabrício Mendes Fialho (2006, p. 5) afirma que conceder a um tipo de masculinidade a categorização de hegemônica

em relação às demais, “logo aponta para o fato que as demais estão excluídas de qualquer posição de predominância”.

É verdade que na socialização masculina, para ser um homem, é necessário não ser associado a uma mulher. Esta lógica masculina de estruturação para fora do que for associado ao feminino é aquilo que Pierre Bourdieu (2014, p.44) chama de “trabalho de virilização (ou de desfeminização)”.

Josep-Vicent Marqués (1997, p.19) demonstra a relação entre a feminilidade e o que é ser homem em uma sociedade patriarcal:

Ser varón en la sociedad patriarcal, es ser importante. Este atributo se presenta con un doble sentido: por una parte, muy evidente, ser varón es ser importante porque las mujeres no lo son; en otro aspecto, ser varón es ser muy importante porque comunica con lo importante, ya que todo lo importante es definido como masculino. En su aspecto de discurso megalómano, el discurso patriarcal sobre el varón “se olvida” de que la importancia de ser varón sólo se debe a que las mujeres son definidas como no importantes.

O feminino se torna até o pólo de rejeição central, o inimigo interior que deve ser combatido sob pena de ser também assimilado a uma mulher e ser (mal) tratado como tal (WELZER-LANG, 2001, p.464). E para além disso:

A dominação dos homens sobre as mulheres e sobre o feminino não possui autoria única, mas uma constelação de autores, que inclui, além dos homens, a mídia, a educação, a religião, as mulheres e as próprias políticas públicas. Em outras palavras, partimos da perspectiva de que o poder coletivo dos homens não é construído apenas nas formas como os homens interiorizam, individualizam e o reforçam, mas também nas instituições sociais (MEDRADO; LYRA, 2008, p.826).

E mais:

Como se a feminilidade se medisse pela arte de “se fazer pequena” (o feminino [...] vem sempre em diminutivo) [...] enquanto os homens ocupam maior lugar com seu corpo, sobretudo em lugares públicos (BOURDIEU, 2014, p.46)⁶⁰.

⁶⁰ Apesar de o autor referir-se a lógica das mulheres cabilas, aplica-se perfeitamente a composição cultural que temos.

Cabe mencionar que as considerações feitas sobre masculinidade e a submissão a um modelo de identidade tida como hegemônica não se impõe, em relação de superioridade enquanto tema, sobre o paradigma naturalizado de dominação do homem sobre a mulher, estruturante nessa sociedade contemporânea.

Falar sobre masculinidade não significa desconsiderar que homens encontram-se em relação de superioridade social, subalternizando as mulheres. Assim, “o masculino é, ao mesmo tempo, submissão ao modelo e obtenção de privilégios do modelo” (WELZER-LANG, 2001, p. 464).

Tomando por base a concepção de gênero enquanto construtivo social, a autora Marlise Míriam de Matos Almeida (2000, p.30) apresenta quatro forças importantes no processo de construção dos gêneros, o que chama de interfaces, quais sejam: “a sexualidade, a afetividade, a corporalidade e a sociabilidade de gêneros masculinas” [sic] que, de forma pormenorizada, seriam, respectivamente:

- a) as representações práticas, eróticas e sexuais assumidas e protagonizadas pelos homens;
- b) elementos de ordem sociologia e/ou psicologia que explique/justifique os afetos vivenciados pelos homens;
- c) desconstrução da corporiedade e o processo de compreensão do eu-social (coletivo e pessoal); e,
- d) especificamente, a sociabilidade masculina através das representações conjugais e da paternidade.

Neste contexto, pretendemos utilizar essas interfaces para compreender a construção das masculinidades de nossos interlocutores, nos seus locais de vivência, com o propósito de detalhar as suas especificidades de gênero, as masculinidades assumidas e os processos para tais afirmações.

3.3.1 MASCULINIDADES SUBALTERNAS: UMA ANÁLISE INTERSECCIONALIZADA

Michael Kaufman (1994) resume a masculinidade como uma construção social que atrai tanto o poder como a dor. A compreensão de tais experiências de poder com efeitos contraditórios à dominação apenas é possível quando analisamos

“interacciones entre clase, orientación sexual, etnicidad, edad y otros factores en la vida de los hombres” (KAUFMAN, 1994, p. 2).

A masculinidade padrão é a opção descritiva de performance imposta pela cultura dominante, que, em via diversa ao padrão, desenvolve também aquelas condutas disformes, ou performances de uma masculinidade subalterna. Essa via diversa ao padrão é construída simultaneamente com o próprio padrão, definindo-o e desqualificando aquilo em sua oposição (KIMMEL, 1998). As masculinidades subalternas, portanto, para Michael Kaufman (1994, p. 2) podem ser definidas como “experiencias contradictorias del poder entre los hombres”.

Para Pierre Bourdieu (2014, p. 91), “é característico dos dominantes estarem prontos a fazer reconhecer sua maneira de ser particular como universal”. E, assim, uma certa masculinidade ocidental, – branca, cisgênero, hétero, jovem, entre outros “atributos” – tornou-se modelo “natural” a ser seguido. Assim:

Contra o macho adulto branco, pode-se observar a existência social de outras posições de sujeito masculinas subalternizadas, que seriam, em termos gerais, aquelas identificadas com homens negros, pobres ou homossexuais (PINHO, 2004, p.66).

Essa construção social de desigualdades é fruto da matriz patriarcal que “[...] existe no sólo como un sistema de poder de los hombres sobre las mujeres, sino de jerarquías de poder entre distintos grupos de hombres y también entre diferentes masculinidades” (KAUFMAN, 1994, p. 4).

Para a compreensão desse arcabouço de desigualdades entre os homens, a interseccionalidade é de grande serventia, contemplando as diversas performances possíveis de vivências da identidade masculina. Para tanto, relacionaremos a masculinidade, enquanto categoria de gênero, com as questões de cor/raça, renda e sexualidade⁶¹, com o propósito de dar destaque à produção de conhecimento sobre essas vivências, consideradas divergentes do padrão de masculinidade e, então, subalternizadas.

⁶¹ Apesar da existência de outras categorias relacionáveis à questão de gênero e masculinidade, optamos por elencar essas questões, tendo em vista o surgimento da mesma na presente pesquisa. É evidente também que não seremos capazes de produzir conhecimento aprofundado sobre a interseccionalidade dessas categorias com a identidade masculina, mas abordaremos as questões centrais que subalternizam tais masculinidades quando estas estão associadas à questão da cor/raça, renda e sexualidade.

Para além disso, abordaremos, também, a masculinidade subversiva dos homens pró-feministas, visitando conceitos que nos auxiliarão para a compreensão desta categoria quando da análise dos dados obtidos através da pesquisa.

Relacionar gênero e cor/raça acarreta uma série de debates, tanto que não conseguiremos nessas poucas linhas, em razão do estabelecimento de uma estrutura branca posta sobre racismos e preconceitos. Sueli Carneiro (2003, p.119) afirma que:

Em face dessa dupla subvalorização, é válida a afirmação de que o racismo rebaixa o status dos gêneros. Ao fazê-lo, institui como primeiro degrau de equalização social a igualdade intragênero, tendo como parâmetro os padrões de realização social alcançados pelos gêneros racialmente dominantes. Por isso, para as mulheres negras atingirem os mesmos níveis de desigualdades existentes entre homens e mulheres brancos significaria experimentar uma extraordinária mobilidade social, uma vez que os homens negros, na maioria dos indicadores sociais, encontram-se abaixo das mulheres brancas.

Mas quando relacionados cor/raça e masculinidade, o que se destaca é a questão relacionada à corporiedade; onde o homem negro é visto como apenas e tão somente um corpo, seja desde os tempos da escravidão – em que eram vendidos como mercadoria –, seja nos dias atuais, em que é um corpo para o trabalho e/ou um corpo hipersexualizado.

Osmundo Pinho (2004, p. 67), homem negro, desabafa: “ser negro é ser o corpo negro, que emergiu simbolicamente na história como o corpo para o outro, o branco dominante”.

O corpo do homem negro também sente mais frequentemente a violação aos direitos humanos face o elevado número de violência que tem praticado contra si, sendo o perfil da população carcerária nacional composta, em regra, por “[...] homens, jovens (abaixo de 29 anos), negros [...]” (BRASIL, 2015, p. 91).

Construir, portanto, uma masculinidade através dos únicos caminhos possíveis, que passam pela construção de um corpo para o mercado de trabalho, a exigência de um desempenho sexual excepcional e uma identidade baseada na prática de violências, constrói uma masculinidade padrão para os homens negros que são mais do que identidades, são armadilhas.

Ser mais ou ser além dos limites que a sociedade impõe, em busca do seu próprio caminho de afirmação ou empoderamento, talvez seja a saída para a vivência de masculinidades, negras, outras.

O conceito de masculinidade hegemônica está cristalizado na figura do macho provedor do lar, do homem bem sucedido financeiramente, e todo e qualquer exercício de masculinidade(s) que não esteja estabelecido a partir dessa lógica é então marginalizado.

Sócrates Nolasco (1995) apresenta o trabalho como uma das marcas da masculinidade, onde o menino vira homem, tanto para a sociedade como para a própria família. Assim:

Conhecer economia e negócios e ter uma agenda cheia de compromissos e preocupações dão sentido e perfil ao homem de classe média, garantindo-lhe certo bem-estar psíquico. Em contrapartida, o não-atendimento a esses apelos gera profundo sentido de mal-estar, desorientação e fracasso (NOLASCO, 1995, p.51).

Evidente que toda esta relação entre masculinidade e renda se estabelece e floresce num contexto capitalista, impondo um padrão de normalidade na busca por poder e dinheiro, análogo a uma doutrina religiosa, com dogmas e repressões (NOLASCO, 1995)⁶². Detalhadamente:

Neste sentido, um homem normal é alguém jovem, casado, pai de família, branco, urbano, do Sul, heterossexual, católico, de educação universitária, bem empregado, de bom aspecto, bom peso, boa altura e com sucesso recente nos esportes. O capitalismo incentiva, por meio de diferentes mecanismos, a crença de que por meio do trabalho um homem pode rapidamente atender a estas especificações (NOLASCO, 1995, p.52).

Assim, construir uma identidade masculina fora das especificações desse modelo central (capitalista) além de tomar o sujeito pelo sentimento de perda de referência, ainda o coloca na condição de não existência para os demais (NOLASCO, 1995).

⁶² Tanto é a importância do trabalho para a concepção das identidades masculinas que Sócrates Nolasco (1995, p.55) considera que “a crise na identidade dos homens inicia-se com a crise do mundo do trabalho e da família e não com o feminismo”.

Na perspectiva da sexualidade, a heteronormatividade exerce força impeditiva na vivência de experiências outras. Homens que vivenciam tais experimentos ou rompem com o código da dominação masculina sobre as mulheres (normalmente chamados de afeminados) são excluídos sob a justificativa de rescindirem com as normas da virilidade, tendo suas performances de masculinidade não aceitas (WELZER-LANG, 2001).

Por conseguinte, homens que não atendem à exigência da heterossexualidade são hierarquizados como inferiores, normalmente associados a uma feminilidade que lhe concede espaços periféricos na sociedade por afastamento ao padrão de masculinidade.

Este homem viril na apresentação pessoal e em suas práticas, logo não afeminado, ativo, dominante, pode aspirar a privilégios do gênero. Os outros, aqueles que se distinguem por uma razão ou outra, por sua aparência, ou seus gostos sexuais por homens, representam uma forma de não-submissão ao gênero, à normatividade heterossexual, à doxa de sexo e são simbolicamente excluídos do grupo dos homens, por pertencerem aos “outros”, ao grupo dos dominados/as que compreende mulheres, crianças e qualquer pessoa que não seja um homem normal. (WELZER-LANG, 2001, p. 468).

A oposição entre heterossexualidade e homossexualidade é um mecanismo hierárquico nas relações estabelecidas intragênero (homem-homem) que não apenas inferioriza as orientações não heterocentradas, como também invisibiliza, através do binarismo relacional, as outras orientações sexuais possíveis.

Assim, ao considerar o tema da masculinidade e sexualidade em espaços subalternos, precisamos romper a ideia de performance sexual que apenas não seja heterocentrada, seja ela a homossexualidade e/ou a bissexualidade e/ou panssexualidade, entre outras possíveis orientações sexuais.

Por tanto, fica claro que valores vinculados à masculinidade, nesta sociedade androcêntrica, tende a excluir todo e qualquer aspecto que se refira à feminilidade, desvalorizando, assim, em via diversa, o gênero feminino.

Ao propor uma análise não heterocentrada das masculinidades, se cede espaço para o relato de vivências outras no hiato do que é ser homem, não apenas para conceder visibilidade como também integralizar essas outras masculinidades

nas produções de conhecimento, rompendo, assim, com a naturalidade que a é imposta a masculinidade hegemônica.

Fica claro que o modelo hegemônico da masculinidade é restritivo e pouco acessível para a maioria dos homens, reforçando as relações de poder provocadas pela busca incessante de atingir tal modelo e conduzindo a violações de subjetividade daqueles que não se encaixam.

Michael Kaufman (1994), quando da abordagem o fenômeno das experiências contraditórias de poder intragênero, não exclui de sua análise a posição pró-feminista adotada pelos homens como uma performance possível, entre outras tantas.

A própria ideia de homens pró-feministas constitui-se em cima de uma masculinidade alternativa, à medida que experienciar uma masculinidade pró-feminista significa:

[...] fundamentalmente, comprometernos a desafiar la opresión de las mujeres, el sexismo y la injusticia por razón de género. Es estar conscientes de las experiencias de las mujeres y dejarnos informar por los análisis que las feministas hacen de la sociedad. Para los hombres en particular, ser profeministas significa tratar de desarrollar formas de masculinidad no opresivas y relaciones no sexistas con las mujeres (FLOOD , 1995, p. 2).

Na prática, ser pró-feminista, em resumo, seria agir contra “conductas sexistas de los hombres y trataremos de cambiar nuestro propio sexismo” (FLOOD, 1995, p. 2).

Daniel Welzer-Lang (2001, p. 469) relata que a origem do termo pró-feminista teria surgido no Colóquio do Grupo de Pesquisa Multidisciplinar Feminista (GREMF), em 1996, na província de Québec, Canadá; sendo o termo utilizado para designar a homens contrários ao sexismo (anti-sexistas), solidários ao feminismo e que respeitassem “a autonomia do movimento das mulheres, deixando a elas a exclusividade do termo feminista”.

No desenvolvimento deste trabalho utilizamos, frequentemente, a expressão “homens (pró)feministas”, a fim de englobar tanto aqueles homens que se reconhecessem tanto como feministas, quanto como pró-feministas. Apesar das diferenças quanto aos conceitos de cada expressão, normalmente relativos à participação social (ação prática) dentro de um movimento de mulheres.

Concordamos com o autor Michael Flood (1995, p. 2) que diz: “los términos tales como "pro-feminista" y "antisexista" son claros y pueden ser utilizados con orgullo.”

Apesar de adotar o termo pró-feminista, Michael Kaufman (1994) levanta uma questão pertinente, qual seja: apesar da simpatia dos homens com as propostas de emancipação feminina, existe uma lacuna entre as ideias aceitas e o comportamento adotado. E desabafa:

El movimiento profeminista se origina en el reconocimiento por parte de los hombres del poder y los privilegios que disfrutaban en una sociedad dominada por ellos. Aunque pienso que éste debe ser nuestro punto de partida, en realidad no es sino un comienzo, ya que existen muchas preguntas desafiantes: ¿Cómo podemos animar a los hombres a entender que apoyar el feminismo significa más que apoyar cambios institucionales y legales; que también significa cambios en sus vidas personales? ¿Cómo podemos lograr un apoyo masivo y activo a favor del feminismo entre los hombres? ¿Cómo podemos unir las luchas contra la homofobia y contra el sexismo y cómo hacer entender en la práctica que la homofobia es uno de los factores principales que promueven la misoginia y el sexismo entre los hombres? Dentro de estos parámetros se presenta una serie de problemas teóricos, estratégicos y tácticos. Si nuestra meta no es sólo acumular puntos de debate académico o político, ni sentirnos bien junto a las mujeres con nuestras credenciales profeministas, sino afectar realmente el curso de la historia, entonces sería crucial tomar muy en serio algunos de ellos (KAUFMAN, 1994, p. 17).

Assim, o ponto de partida para uma masculinidade baseada na promoção da emancipação feminina – pró-feminista ou feminista – é o reconhecimento da centralidade do poder masculino e o reconhecimento de que tal estrutura, assim como se apresenta, transforma as desigualdades de alguns em privilégios para outros poucos.

Porém, reconhecer que tal estrutura androcêntrica é promotora de desigualdades não se apresenta como um suporte apenas para o feminismo (KAUFMAN, 1994), mas também um reconhecimento de relações desiguais entre os homens que gera visibilidade e quebra de paradigmas outros em busca de relações mais igualitárias intra e intergênero.

Como vimos, a construção da(s) masculinidade(s) deriva tanto das relações homens-mulheres quanto da relação homens-homens; ocorrendo diferentes desigualdades entre tais relações (KIMMEL, 1998), lógica que nos possibilita afirmar que todo homem está submetido a hierarquias, sendo-lhe concedidos diferentes privilégios e diversas subordinações (WELZER-LANG, 2001).

E mais, não existe uma masculinidade única e nem mesmo uma única forma de ser homem; tais performances estão em constantes mutações, sendo não linear a relação estabelecida entre formas hegemônicas e subalternas.

Assim, as construções conceituais que definem as masculinidades, em suas versões hegemônicas e subalternas, são decorrentes de certa construção social e cultural, de forma que:

[...] hegemônicos e subalternos não estão definidos essencialmente, mas sim como sujeitos políticos engajados em jogos de poder e dominação que ocorrem em contextos sociais estruturados, porém abertos à inovação (PINHO, 2004, p. 65).

Além de compreender a dinamicidade de tais conceitos a depender do espaço e do tempo para o qual estariam sendo aplicados, faz-se necessária a compreensão de outra característica: a simultaneidade. Significa dizer que um mesmo sujeito pode experimentar sua masculinidade, ora em contextos que lhe coloquem em posição hegemônica, ora em posições subalternas (PINHO, 2004).

Tal é, pois, a importância do estudo das experiências de poder que produzem situações diversas de desigualdades, tornando única cada performance de masculinidade vivenciada.

4 IDENTIDADES MASCULINAS NA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE:

4.1 METODOLOGIA

A pesquisa acadêmica – enquanto trabalho científico que se propõe a conceder a visibilidade, solução de um problema e comprovar hipóteses levantadas – se caracteriza por propor uma “contribuição significativa na solução de problemas importantes, colaborando para o avanço científico, na área em que o estudo se realiza” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 225).

Os trabalhos científicos, deste tipo e quaisquer que sejam os temas abordados, devem ser “[...] inéditos ou originais e contribuir não só para a ampliação de conhecimentos ou a compreensão de certos problemas, mas também servirem de modelo ou oferecer subsídios para outros trabalhos” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 239).

Os trabalhos científicos devem, ainda, respeitar as técnicas e normas da escrita científica, devendo, inclusive, ser claro na metodologia escolhida para o desenvolvimento da pesquisa.

A pesquisa realizada possui enquanto desenho metodológico a característica de utilizar embasamento teórico por via de revisão bibliográfica, através de uma abordagem qualitativa; e, como técnica de pesquisa, a entrevista semiestruturada.

A opção pela revisão bibliográfica como embasamento teórico às questões apresentadas merece um registro inicial por constituir-se como parte principal da fase exploratória da pesquisa. Com o propósito de localizar o problema de investigação no contexto histórico-social, no que se refere à produção científica, a revisão da literatura ao promover

a citação das principais conclusões a que outros autores chegaram permite salientar a contribuição da pesquisa realizada, demonstrar contradições ou reafirmar comportamentos e atitudes. Tanto a confirmação, em dada comunidade, de resultados obtidos em outra sociedade quanto a enumeração das discrepâncias são de grande importância (MARCONI; LAKATOS, 2003, p.239).

Quanto à abordagem do problema proposto, do tipo qualitativa, tem o propósito de interpretar o fenômeno que se investiga, qual seja, a identidade do

homem que se reconhece enquanto promotor de igualdade de gênero (feminista, pró-feminista, e/ou machista em desconstrução) e o processo de ruptura com a masculinidade hegemônica. No que concerne à compreensão sobre pesquisa qualitativa, Rui Martinho Rodrigues (2007, p.38) afirma que:

[...] é a pesquisa que – predominantemente - pondera, sopesa, analisa e interpreta dados relativos à natureza dos fenômenos, sem que os aspectos quantitativos sejam a sua preocupação precípua, a lógica que conduz o fio do seu raciocínio, a linguagem que expressa as suas razões. [...] Sintetizando: qualitativa é a denominação dada a pesquisa que se vale da razão discursiva.

Cabe afirmar que a técnica de pesquisa utiliza da entrevista semiestruturada como forma de coleta de dados, com escuta ativa dos discursos dos interlocutores a fim de que sejam ao máximo preservados e não direcionados pelas perguntas elaboradas.

4.2 ETAPAS DA PESQUISA

A primeira fase da pesquisa deu-se com a revisão bibliográfica, tendo sido apresentada no primeiro capítulo deste trabalho. Neste período, a construção teórico-conceitual apresentada seguiu as produções acadêmicas sobre os temas inter-relacionadas: identidade, feminismo e masculinidade(s).

A elaboração de roteiro para entrevistas semiestruturadas representou o segundo momento da pesquisa. Para fins de teste, o referido roteiro foi utilizado para a realização de duas entrevistas de amostras no município de Caruaru/PE, sendo os dados coletados apresentados no exame de qualificação do projeto de pesquisa. Com os dados obtidos e as sugestões de alterações da banca examinadora, operacionalizamos o aprimoramento do roteiro, estando a versão modificada disponível no apêndice.

O terceiro momento caracterizou-se pela elaboração de um perfil dos potenciais colaboradores (homens, reconhecidamente ou que se identificavam socialmente, feministas, pró-feministas ou, ainda, machistas em desconstrução, dispostos a relatar como suas identidades foram (e se) influenciadas pelo feminismo) e a delimitação geopolítica a ser utilizada como parâmetro.

A Região Metropolitana do Recife (RMR), conhecida também como Grande Recife, tem sido a delimitação geopolítica utilizada como limite para a presente pesquisa.

Conforme a Lei Complementar nº 10/1994, que dispõe sobre a unidade organizacional da Região Metropolitana do Recife (RMR), constituída pelo agrupamento dos seguintes municípios: Abreu e Lima; Cabo de Santo Agostinho; Camaragibe; Igarassu; Ipojuca; Ilha de Itamaracá; Itapissuma; Jaboatão dos Guararapes; Moreno; Olinda; Paulista; Recife (capital do Estado) e São Lourenço da Mata (PERNAMBUCO, 1994).

Como critério de escolha dos colaboradores, tendo em vista o número extenso de candidatos e a viabilidade de execução da pesquisa, considerando o tempo disponível, utilizou-se como critério a residência e/ou naturalidade dos colaboradores em municípios que obtiveram maiores números de registros de homicídios de mulheres, no ano de 2013, segundo a pesquisa “Mapa da violência 2015: homicídio de mulheres no Brasil”, realizada por Julio Jacobo Waiselfisz.

Para tanto, analisamos o Anexo 1, do Mapa da violência 2015, que apresenta os números e taxas médias de homicídio (2009/2013) de mulheres nos 5565 (cinco mil quinhentos e sessenta e cinco) Municípios do país com mais de 10 mil mulheres.

Segundo Julio Jacobo Waiselfisz (2015), utilizando-se a perspectiva da Região Metropolitana do Recife (RMR)⁶³, as cinco regiões que mais registraram homicídios de mulheres, no ano de 2013, foram: (1º) Recife, com 34 (trinta e quatro) registros; (2º) Jaboatão dos Guararapes, com 21 (vinte e um) registros; (3º) Olinda e Cabo de Santo Agostinho, com 10 (dez) registros, cada; e (4º) Paulista, com 6 (seis) registros.

A escolha metodológica de perfis residentes e/ou naturais de regiões com números alarmantes de homicídios de mulheres restou motivada diante da ligação íntima entre a violência contra a mulher e a masculinidade hegemônica, à medida que esse modelo encontra-se baseado na dominação da mulher, sendo exercido muitas vezes a partir das violências físicas intensas e até letais.

⁶³ Os demais municípios da RMR registraram os seguintes números: Ipojuca, com 04 (quatro) registros; Igarassu, Camaragibe e São Lourenço da Mata, com 2 (dois) registros cada; Itapissuma, Abreu e Lima e Moreno, com apenas 01 (um) registro cada. Os municípios de Araçoiaba e Ilha de Itamaracá, no ano de 2013, segundo a pesquisa, não registrou homicídios de mulheres (WASELFISZ, 2015).

A própria estrutura patriarcal opera a incorporação da violência como elemento da masculinidade à medida que este sistema prevê a dominação – de mulheres como também de outros homens – a partir do poder socialmente construído da identidade hegemônica masculina. Desta forma, “manifestações de violência carregam consigo elementos que compõem a identidade do homem no interior de uma ordem patriarcal” (SILVA, 2014, p. 2803).

Em outras palavras, tornar-se homem, no estado atual de uma ordem patriarcal, é um processo socialmente construído e atravessado pela vivência e incorporação da violência (SILVA, 2014, p. 2803).

Para Michael Kaufman (1987) o ato violência representa, simultaneamente, um homem agindo dentro de uma relação de poder sexual, como também as imposições de uma sociedade patriarcal focalizadas sobre um indivíduo, espaços ocupados, frequentemente, pelas mulheres. Assim “para cada ato de violência aparentemente individual há um contexto social”⁶⁴ (KAUFMAN, 1987, p. 3, tradução nossa).

O mesmo autor afirma ainda que a violência exercida pelos homens deve ser compreendida a partir de três pilares: a violência dos homens sobre as mulheres, a violência dos homens sobre outros homens e a violência contra si mesmo⁶⁵ (KAUFMAN, 1987). Para tal, a violência é utilizada como meio de afirmação do poder do homem, sendo esta a língua utilizada dentro do nosso sistema sexo-gênero (KAUFMAN, 1987).

Em resumo, a relação de masculinidade(s) e violência, não apenas atinge as mulheres, enquanto vítimas, como também transforma os homens em reféns de padrões de masculinidades baseadas em violências e competitividade. Assim, “a cada homem que sucumbe em situações de violência tomba com ele dimensões do

⁶⁴ Vale mencionar que o autor não dispensa a possibilidade de atos patológicos de violência, no entanto, focaliza a sua análise sobre violência e identidade masculina a partir do contexto social, com o objetivo de compreender a violência como meio de expressão (frágil) da masculinidade e o seu lugar na perpetuação deste simbolismo. Kaufman (1987, p. 03, tradução nossa) menciona seu interesse se localiza nas “manifestações de violência que são aceitas como mais ou menos normal”. Para este, a violência foi institucionalizada e prevalece, sendo mais do que apenas um plano de fundo, sobre a forma que estruturamos as relações humanas e com a natureza.

⁶⁵ A violência que os homens cometem contra si está relacionada às limitações impostas as expressões da masculinidade, como, por exemplo, a vivência da afetividade com outros homens; estando sempre muito relacionada a violação de um padrão de masculinidade central daquela sociedade, num dado tempo e local. Sendo necessário dizer que, para o autor, a vigilância constante contra as características femininas, como a passividade, é considerada um ato perpétuo de violência contra si mesmo. Abordamos mais sobre o tema no item relativo às identidades masculinas. Quanto à violência dos homens sobre outros homens, retomaremos essa questão no item relativo às masculinidades subalternas.

feminino naufragado em contextos regidos pela ausência de alteridade” (NOLASCO, 2001, p. 16).

Utilizando, portanto, o espectro da violência contra as mulheres, a pesquisa de campo foi realizada em 04 (quatro) municípios da RMR, aqueles os quais registraram maiores taxas de homicídios de mulheres (WAISELFISZ, 2015), quais sejam: Recife, Jaboatão dos Guararapes, Olinda e Paulista; cada um dos municípios representado por 01 (um) colaborador.

Sem grandes dificuldades, conseguimos os colaboradores dos municípios acima descritos para participar da pesquisa. No entanto, quanto aos colaboradores residentes ou naturais da região do Cabo de Santo Agostinho – que registrou o mesmo número de crime de homicídio de mulheres no município de Olinda (dez registros, cada), segundo Julio Jacobo Waiselfisz (2015) – apesar da divulgação da pesquisa com o uso de redes sociais⁶⁶, nenhum colaborador se empenhou em participar da pesquisa.

E, em nome do atendimento dos prazos relativos à finalização do trabalho de dissertação, decidimos retirar o município Cabo de Santo Agostinho da pesquisa de campo.

Após a realização das entrevistas, a quarta etapa foi destinada à transcrição das entrevistas. Vale mencionar que o momento da transcrição das entrevistas representou uma experiência em potencial, à medida que se torna um momento de pré-análise do material coletado.

A partir da transcrição das entrevistas foi feita a apreciação dos dados coletados, utilizando-se a metodologia da análise de discurso, os quais serão apresentados detalhadamente no próximo capítulo.

4.3 ÉTICA NA PESQUISA

A Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), ligada ao Conselho Nacional de Saúde (CNS), institui normas para pesquisa nas seguintes áreas temáticas de genética e reprodução, equipamentos ou dispositivos novos não registrados, novos fármacos, população indígenas, biossegurança, pesquisa com material biológico com pesquisadores estrangeiros ou ocorridas fora do país

⁶⁶ A Rede Social foi criada no dia 04 de novembro de 2016, pela plataforma do Facebook (<https://www.facebook.com/masculinidade2016/>) tendo alcançado aproximadamente 349 (trezentos e quarenta e nove) pessoas, dados válidos até o dia 8 de dezembro de 2016.

(BRASIL, 2010), tendo como marco regulador a Resolução nº466, de 12 de dezembro de 2012, do Conselho Nacional de Saúde destina-se a estabelecer regras dos projetos de pesquisa em seres humanos, a fim de garantir:

[...] autonomia, não maleficência, beneficência, justiça e equidade, dentre outros e visa a assegurar os direitos e deveres que dizem respeito aos participantes da Pesquisa [...] (BRASIL, 2012, p. 1).

No entanto, cabe esclarecer que para alguns pesquisadores a norma referida não representa todas as relações pesquisador-sujeitos de pesquisa em todas as possíveis áreas de conhecimento (OLIVEIRA, 2003; DINIZ, 2010).

A questão central, portanto, é a imposição do modelo bioético à medida que não há normas éticas capazes de ditar as regras para pesquisas sociais realizadas com seres humanos – e não EM seres humanos. Assim:

No caso da pesquisa em seres humanos, a relação com os sujeitos, objeto da pesquisa, tem como paradigma uma situação de intervenção, na qual esses seres humanos são colocados na condição de cobaias e, por tratar-se de uma cobaia de tipo diferente, é necessário que esta condição de cobaia seja relativizada. É neste contexto que o consentimento informado se constitui em uma exigência não só legítima, mas da maior importância. Já no caso da pesquisa com seres humanos, diferentemente da pesquisa em seres humanos, o sujeito da pesquisa deixa a condição de cobaia (ou de objeto de intervenção) para assumir o papel de ator (ou de sujeito de interlocução) (OLIVEIRA, 2003, p. 33).

Cabe observar que os que defendem que as regras estabelecidas pela Resolução nº 466/2012 e sua aplicabilidade restrita às pesquisas sociais em seres humanos não rejeitam a revisão ética necessária a qualquer atividade de pesquisa (DINIZ, 2010).

Assim, a fim de garantir a autonomia, a liberdade e a privacidade, explana-se que a participação consiste em informação esclarecida sobre os objetivos e procedimentos da pesquisa, bem como a condição voluntária da participação.

De igual sorte, sendo o propósito estabelecer uma relação horizontal entre o pesquisador e o sujeito colaborador, é garantida a confidencialidade das informações emitidas pelo sujeito colaborador, sendo o anonimato e a alteração dos dados a regra que será seguida; salvo o colaborador deseje ter sua identidade (re)conhecida, conforme o Termo de Conhecimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Assim, conforme será visto dos 04 (quatro) colaboradores entrevistados, 01 (um) desejou a utilização do seu nome, enquanto que os outros 03 (três) colaboradores optaram pela utilização de nomes fictícios, que foram escolhidos pelos próprios sujeitos. Para a garantia total do anonimato, daqueles que optaram por tal, censuramos os nomes e as assinaturas legíveis.

Não obstante as celeumas apresentadas, a presente pesquisa, apesar de não estar registrada perante o Sistema CONEP-CNS, tendo em vista a ausência de exigências legais, resguarda a ética, enquanto sentido norteador, e o esclarecimento e a liberdade de todos os colaboradores.

Assim, o percurso metodológico escolhido agrega ao caminho trilhado às normas éticas, desde a fase do recrutamento dos colaboradores, na análise dos dados e, essencialmente, durante toda a pesquisa na proteção dos direitos e interesses dos colaboradores.

4.4 ANÁLISE DOS DADOS

Realizado o percurso da pesquisa, agora nos deparamos com a análise dos dados coletados. A pesquisa empírica foi realizada com 04 (quatro) colaboradores, cada qual representando um município da Região Metropolitana de Recife (Recife, Jaboatão dos Guararapes, Olinda e Paulista).

Contamos com a colaboração de Ulisses⁶⁷, 24 (vinte e quatro) anos, negro, cisgênero, homossexual e estudante de Direito. Este colaborador participa do Movimento Zoada⁶⁸ e do Coletivo LGBT Toda Forma⁶⁹, ambos originários de movimentos estudantis, dentro da Faculdade de Direito do Recife (UFPE); e Coletivo Além das Grades⁷⁰ que defende os direitos humanos atuando perante a Justiça Criminal de Pernambuco. É praticante da religião do Candomblé e reside em Recife.

O colaborador escolhido de Jaboatão dos Guararapes foi o Silva⁷¹, 34 (trinta e quatro) anos, negro, cisgênero, heterossexual e psicólogo. Este colaborador informou que não participa de movimentos sociais e não declarou nenhuma religião.

Em Olinda, o colaborador selecionado foi o F.M.A⁷², 25 (vinte e cinco) anos, branco, cisgênero, homossexual e advogado. Este colaborador informou que

⁶⁷ Nome fictício adotado pelo colaborador conforme TCLE, em anexo.

⁶⁸ Ver: <https://www.facebook.com/movimentozoada/>

⁶⁹ Ver: <https://www.facebook.com/todaforma.fdr/>

⁷⁰ Ver: <https://www.facebook.com/grupoalemgradas/>

⁷¹ Nome fictício adotado pelo colaborador conforme TCLE, em anexo.

participa do Movimento Zoada e Coletivo LGBT Toda Forma. Praticante da religião do candomblé.

Por fim, em Paulista, nosso cooperador selecionado foi o Gilson, 33 (trinta e três) anos, negro, cisgênero, heterossexual, Antropólogo, desenvolvendo no momento seu doutorado em Antropologia. Este colaborador informou que participa do Coletivo Afronte⁷³, movimento social que luta pelos direitos dxs estudantes negrxs e contra o racismo junto a Universidade Federal de Pernambuco. Declara-se praticante da religião da Jurema, Candomblé e Ayawaska.

Nenhum dos colaboradores possui filhx(s) e todos os colaborados declaram exercer e vivenciar a identidade masculina cisgênero.

Vale destacar que os entrevistados representam um recorte de classe social possuidora de capital econômico e cultural que precisa ser entendido como um elemento constitutivo do lócus de fala dos entrevistados. Como se manifesta Silva (2016):

[...] Então, os homens que estão discutindo o feminismo são, em sua maioria, /.../ os homens que estão nas academias, nas universidades, em determinados cursos, sobretudo os cursos de humanas, né', e os homens que estão próximos de alguma militância onde o feminismo é discutido [...].

Ao mesmo tempo, nos cabe perceber a localização geopolítica dos entrevistados, à medida que a partir de uma concepção eurocentrada, nós, brasileiras(os) e nordestinas(os), estamos em situação de inferiorização quanto da produção de conhecimento e da valorização das experiências vivenciadas.

Para auxiliar na compreensão das falas dos entrevistados, importa destacar que três – dos quatro entrevistados – declararam-se negros, porém apenas um problematiza esta questão no momento da entrevista⁷⁴. Apesar de compreendermos que se faz necessária uma análise interseccionalizada, com a questão de raça e com a de classe, direcionamos nossas reflexões às questões de gênero, para a compreensão do processo de construção e vivência da masculinidade (pró)feminista.

⁷² Nome fictício adotado pelo colaborador conforme TCLE, em anexo.

⁷³ Ver: <https://www.facebook.com/ColetivoAfronte/>

⁷⁴ O entrevistado Gilson relata que sofreu muito racismo na escola, tendo sido apelidado pejorativamente de Vera Verão, personagem conhecido por ser um homossexual que ficava furioso quando era chamado de "bicha"; ganhou vida através da atuação do autor Jorge Lafond, no programa de televisão "A Praça é Nossa", transmitido pelo Sistema Brasileiro de Televisão (SBT).

Para melhor compreensão, ademais, apresentamos o conceito de gênero que utilizaremos para a análise que vem a ser feita. Apesar dos conceitos apresentados, entendemos o conceito de gênero de Joan Scott aquele o qual apresenta maiores identificações com o propósito da presente pesquisa. Para tal autora, o gênero seria uma construção social imposta sobre a condição biológica (sexo), que carrega em si um saber produzido e representa-se a partir da relação de poder que há na diferenciação da condição feminina e masculina.

O conceito apresentado pela autora foi o escolhido enquanto suporte para esta análise uma vez que engloba a fluidez comum as produções pós-estruturalistas, que comumente rejeitam definições baseadas em verdades absolutas, à medida que os contextos históricos, sociais e individuais, são utilizados para a definição de conceitos. Assim:

Só podemos escrever a história desse processo se reconhecermos que “homem” e “mulher” são ao mesmo tempo categorias vazias e transbordantes; vazias porque elas não tem nenhum significado definitivo e transcendente; transbordantes porque mesmo quando parecem fixadas, elas contém ainda dentro delas definições alternativas negadas ou reprimidas (SCOTT, 1989, p. 28).

Vale mencionar, ainda, que é a partir das contribuições de Judith Butler que entendemos que tanto a masculinidade hegemônica como a identidade do (pró)feminista – que estão sendo apresentadas, em comparação, nesta pesquisa – são performances possíveis dos mais diversos desempenhos das masculinidades. Utilizamos, também, algumas contribuições de Pierre de Bourdieu para encontrar suportes teóricos para os diálogos estabelecidos.

A performance de uma masculinidade (pró)feminista nos permite afirmar que os ideais feminista podem ser – e o são, a partir do momento que são assumidos enquanto ideologia pelos colaboradores entrevistados – um caminho para a desconstrução de uma masculinidade hegemônica, em consonância com o objetivo principal deste trabalho.

As identidades masculinas (pró)feministas, dos colaboradores, se caracterizam-se, inicialmente, por certo repúdio à estética do que entende-se ser homem em nossa sociedade, que para a versão hegemônica compreende-se como o exercício de superioridade sob as mulheres.

Apesar de tal repúdio à estética masculina, como já foi dito acima, os entrevistados se declaram cisgênero, denotando certa tensão entre identificar-se enquanto homem e repudiar os códigos que representam esse gênero nesta sociedade.

Os entrevistados vivenciaram, logo cedo, em suas infâncias, a demarcação da masculinidade como sendo algo que meninas não podem fazer.

O masculino enquanto gênero neutro, natural e lógico, ou como “algo não marcado” (BOURDIEU, 2014) traduz as nuances facilitadoras para o exercício deste gênero. Facilidades estas não vivenciadas pelas mulheres, que percebem, prematuramente, as marcações limitadoras impostas ao seu gênero.

Neste sentido, o entrevistado Silva (2016) afirma que os meninos compreendem o que é gênero aprendendo, “sobretudo, o que crianças do sexo masculino podem fazer e o que crianças do sexo feminino não podem fazer [...] essa diferença você percebe desde o início [...] você é educado a partir daí”.

Essa capacidade de percepção é chamada por Bourdieu (2014, p. 21) como percepção de sistema mítico-ritual⁷⁵; apresenta a divisão de sexo como algo inevitável “[...] presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado nas coisas (na casa, por exemplo, cujas partes são todas ‘sexuais’), em todo o mundo social e, em estando incorporado, nos corpos e nos *habitus* [...]” (grifos do autor).

Os meninos, ainda muito cedo, percebem que estão em uma situação de superioridade sobre as mulheres e constroem suas personalidades sobre a lógica das desigualdades de gênero. Vejamos:

[...] Na minha casa eu tenho a realidade fática. Que a educação ela é diferenciada. [...] minha irmã, [...] ela é extremamente mais tolhida do que eu em diversos aspectos. [...]. E eu vejo muito claramente essa diferença de tratamento. [...] Assim, a diferença do que ela pode fazer, do que eu posso fazer. Do que para ela é errado. Das roupas que ela pode vestir. Porque ela não pode estar de sutiã dentro de casa. Ela já fez inclusive uma manifestação lá em casa. Passou uma semana usando só biquíni, porque dizia que ela poderia, já que biquíni pode, porque sutiã não pode e etc. [...] (F.M.A, 2016).

A submissão feminina aparece explicitamente no depoimento de Ulisses (2016):

⁷⁵ Para Bourdieu (2014), mais profundamente, esse sistema mítico-ritual seria uma consagração simbólica (retomando, inclusive a ideia de poder simbólico, tão destrinchada pelo autor) dos processos objetivos, cósmicos e biológicos.

[...] O homem se aprisiona numa estética que é socialmente construída para que ele domine, e a mulher é presa numa estética que é socialmente construída para que ela seja DOMINADA, para que ela seja OBJETO [...].

Esta estética que destaca o colaborador encontra explicação nas palavras de Bourdieu, ao falar no corpo e no *habitus* diferenciado:

Tendo apenas uma existência relacional, cada um dos dois gêneros é produto do trabalho de construção diacrítica, ao mesmo tempo teórica e prática, que é necessário à sua produção como corpo socialmente diferenciado do gênero oposto (sob todos os pontos de vista culturalmente pertinentes), isto é como *habitus* viril, e portanto não feminino, ou feminino, e portanto não masculino (grifos do autor) (2014, p.41).

Fica clara, nos discursos dos colaboradores, a influência da educação como um meio de construção desses pré-moldes, tanto das masculinidades como das feminilidades, efetivamente como diz Ulisses (2016), “toda educação é um tolhimento [...] seja [...] a nível cultural, seja [...] a nível sexual, seja [...] a nível de gênero”.

E continua:

[...] A educação da mulher é muito, muito, muito restritiva. [...] É isso, existe a diferença absurda, um é educado para dominar e o outro é educado para ser dominado. Hoje em dia ainda persiste essa educação, entendeu? [...] (ULISSES, 2016).

A educação familiar/doméstica, em especial no que concede a estética da masculinidade, traz à tona relatos de relações de conflito entre pais e filhos. Os modelos de masculinidades vivenciados pelos pais constituem figuras que contrariam toda a lógica da constituição da masculinidade desempenhada por nossos colaboradores⁷⁶. Assim, a referência feita à figura paterna encontra-se vinculada a uma masculinidade hegemônica.

A maioria dos entrevistados compreende que uma educação, no âmbito escolar, direcionada (e diferenciada) em razão do gênero torna-se uma prática

⁷⁶ Evidente que toda relação traz em si uma lógica de conflito ou diferenças, o que não seria diferente na relação pais e filhos. Porém esse lugar é evidenciado pelo SILVA (2016), que relata como as posturas assumidas pelo seu genitor geravam grandes questionamentos internos. Confesso que a fala deste colaborador contempla a minha dinâmica familiar.

pedagógica prejudicial, mesmo sendo ainda praticada; sendo, portanto, necessária a prática de pedagogias outras.

A principal tensão que encontramos, a partir do diálogo com os entrevistados, encontra-se no conflito entre repudiar o binarismo e o molde de masculinidade imposto, e, mesmo assim, se reconhecer enquanto ser masculino. Ou seja, ainda que se queira quebrar os estereótipos relacionados à masculinidade, nesta sociedade binária, os entrevistados, ainda assim, não se reconhecem a partir de outra identidade de gênero.

Por outro lado, compreendem a possibilidade de resignificação do gênero masculino, para além da masculinidade enquanto única performance possível de ser vivenciada pelos homens, assim:

Eu acho que a gente tem que desconstruir essa moldura de masculinidade né'. Eu acho que na verdade a gente não precisa visitar esse tipo de caixa [...] Não dá para dizer que existe um tipo ideal de masculinidade. Eu acho que essa ideia, na verdade, ela tem que ser bem desconstruída, né' [...] (F.M.A, 2016).

Interessante perceber que as falas são ratificadas:

[...] ser homem é se enquadrar, é claro que é, continua sendo se enquadrar dentro de uma caixinha, porque essa divisão homem e mulher, ela também é socialmente construída. Ela também é anômala, na minha visão [...] (ULISSES, 2016).

E mais ainda, ao tratar de masculinidades e feminilidades ideais, os colaboradores falam da impossibilidade de compreensão de performances identitárias que possam ser consideradas ideais, à medida que tais delimitações tolhem tanto homens como mulheres. Assim:

[...] o que não é ideal é existir um cartel né', uma construção social de boas práticas, de boas maneiras de se portar. Um tipo de etiqueta realmente, ligada à feminilidade e à masculinidade, que definem, delimita, quem é mais homem, quem é menos homem; quem é mais mulher, quem é menos mulher [...] (ULISSES, 2016).

Interessante perceber como a imagem da caixa é presente na lógica da masculinidade hegemônica, como representatividade de ordem, organização, do que é aceito socialmente.

Dentro da lógica binária, desta sociedade ora posta, os entrevistados relatam compreenderem as identidades masculinas a partir de uma heteronormatividade enquanto a peça constituinte, peça fundamental. E que a deslegitimação a esta heteronormatividade apresenta-se como principal influência para o desenvolvimento de uma vivência de masculinidades outras em oposição à masculinidade hegemônica, na composição dos entrevistados, assim:

[...] Hoje em dia [...] eu considero [...] que existe uma estética heteronormativa masculina. [...] E ouvi uma expressão como essa e “seja homem”; “seja Homem com H maiúsculo”, é um pertencimento, é uma cobrança. Porque eles também se cobram a pertencer á estereótipos [...] (F.M.A, 2016).

A heteronormatividade também aparece relacionada aos questionamentos relativos à masculinidade, sofridos pelos entrevistados, que relatam, de uma forma generalista, terem tido suas masculinidades questionadas sempre em vinculação à orientação sexual⁷⁷.

Cabe mencionar, nesta altura, a diferenciação entre os conceitos de heteronormatividade e heterossexualidade compulsória. A heteronormatividade é um termo que define um sistema no qual orientações sexuais diferentes da heterossexual são marginalizadas, à medida que esta é considerada a norma a ser seguida. A lógica binária também está incluída neste sistema, onde apenas duas identidades de gênero são aceitas por serem, entre si, opostas. Isso cabe dizer que a heteronormatividade espera que o sexo biológico, a identidade de gênero e a orientação sexual devam “combinar” seguindo o padrão daquilo considerado como socialmente aceito.

Por outro lado, a heterossexualidade compulsória, segundo Adrienne Rich (2010), é compreendida enquanto uma instituição política que considera a mulher enquanto propriedade emocional e sexual dos homens, sendo, qualquer traço de autonomia feminina, considerado uma ameaça à família e demais instituições de poder vigorantes.

Outra análise que precisa ser feita está relacionada à percepção dos entrevistados acerca do ser feminino, enquanto performance social. Há uma relação

77 Os fatos contados pelos entrevistados para exemplificar os questionamentos da masculinidade sofridos relacionam-se, frequentemente, à orientação sexual, como, por exemplo, a amizade, quase que exclusiva com mulheres e ausência de relacionamentos amorosos heterossexuais.

de admiração, tanto que destacam o gênero feminino enquanto ser constituído pela resistência e admirado pela força.

A sociabilização dos entrevistados, também, é fortemente marcada pela presença de mulheres com tendências feministas, seja na figura materna, como também na predominância de relação de amizade com mulheres com atuação social e política em movimentos feministas.

A exaltação/admiração a essas mulheres se apresenta, a partir da nossa análise, como uma mola propulsora que favorece a aproximação desses homens com o feminismo⁷⁸, que se apresenta em diferentes facetas e em diferentes momentos na vida dos nossos colaboradores.

Estas relações também contribuíram para o já mencionado repúdio nutrido aos estereótipos da masculinidade hegemônica, uma vez que a concepção desta masculinidade está relacionada à subjugação e inferiorização feminina.

A masculinidade aparece, na fala dos colaboradores, sendo referenciada como uma identidade frágil. Gilson (2016) afirma que “[...] o problema é a castração que a masculinidade coloca, em prol de uma manutenção de privilégios, nós homens nos castramos muito”.

Por outro lado, Ulisses (2016) destaca as relações de poder que emergem das construções de gênero, assim afirma: “[...] quando a gente fala de masculinidade, primeiro ponto, pra mim, a gente fala de [...] dominação [...]”.

A necessária renúncia aos privilégios sociais exige um exercício desconstrutivo, diário, por parte dos homens, para a assunção de uma masculinidade (pró)feminista. Vejamos:

[...] Eu estou aprendendo que eu tenho que pedir licença para sentar ao lado de uma mulher no ônibus para que ela não se sinta ameaçada. Ok. Eu estou aprendendo que eu tenho que adiantar o meu passo, na rua, para ficar no campo de visão de uma mulher, porque ela está com me-do. Eu tive que entender que ela está pressupondo que eu possa ser um estuprador. [...] Uma mulher no bar é apenas uma mulher no bar. Não é um alvo. Não é uma isca. Não é alguém querendo dar pra mim. E eu acho que aprender isso remete uma coisa de vocês, de uma micro-resistência [...] (GILSON, 2016)⁷⁹.

⁷⁸ Como eu disse acima, na apresentação, também sofri forte atração pelo feminismo através de uma mulher, minha mãe. A capacidade de defender os meus ideais enquanto menina abriu um espaço para que fizesse isto por mim mesma, na vida adulta.

⁷⁹ Sem desconsiderar a relação desta fala com a capacidade de projeção do entrevistado com a problemática do mundo feminino, relacionada à violência a que estamos sujeitas nos espaços

Também F.M.A. (2016) reconhece que ser homem é exercer uma humanidade baseada em privilégios⁸⁰. Esta, pois, seria uma releitura da frase de Pierre Bourdier (2014, p. 88), ao concluir que “realmente, não seria exagero comparar a masculinidade a uma nobreza”.

Cabe mencionar que o propósito da presente pesquisa era observar e analisar a vivência de uma masculinidade outra em oposição à masculinidade hegemônica. Em razão disso, inclusive, quando da busca dos colaboradores, foi estabelecido um perfil de homens que se reconhecessem como feministas, pró-feministas, machistas em desconstrução ou aliados ao movimento feminista.

Ainda que não seja o objeto desta pesquisa, cabe mencionar a posição dos colaboradores acerca do *locus* de fala do homem enquanto sujeito (possível) dentro do movimento feminista. A ideia que os colaboradores afirmem, de uma forma geral, é que o espaço a ser ocupado pelos homens, no movimento de mulheres, deve ser um espaço de suporte, nas laterais, e nunca no centro.

Neste sentido, o colaborador F.M.A. (2016) afirma que: “[...] não dá pra gente ser protagonista, de nada, nesse rolê⁸¹ não [...]”. Neste mesmo sentido:

[...] Os homens não têm nada que pleitear as discussão e a permanência ou julgar o fato do estar dentro ou estar fora [...] não é uma causa dos homens propriamente dita. E os homens precisam entender que existem diversas questões que não nós cabem [...] ideia que eu tenho de como um homem, não é nem ocupar, mas como é que a gente pode, de alguma forma, compartilhar e colaborar. Mas os direcionamentos quem dão são vocês, mulheres (SILVA, 2016).

A liderança o protagonismo é tão estimulado nos homens que entender o lugar de coadjuvante é um grande exercício de flexibilização dos traços da masculinidade hegemônica.

públicos, se faz necessário também compreender tal comportamento a partir da condição de homem negro e todo preconceito social a que o mesmo está submetido. A fala do colaborador apresenta, assim, certa tensão que deve ser considerada.

⁸⁰ Esta frase do colaborador F.M.A. para mim teve grande impacto, pela colocação como foi feita, por lembrar o processo de reconhecimento dos direitos humanos das mulheres, uma conquista feminista, já que na lógica patriarcal esses direitos eram posse dos pais e dos futuros maridos. A luta feminista, aquela ainda protagonizada por donas de casa em busca dos seus direitos, é poeticamente descrita por Pierre Bourdieu (2014, p.9) como “rupturas heróicas da rotina cotidiana”.

⁸¹ Rolê ou Rolé é uma gíria que significa passeio, volta, neste caso, o colaborador utiliza no sentido de movimento, encontro; o que nos parece ser mais um diminutivo de “rolezinho”.

[...] O papel das organizações feministas é [...] o empoderamento das mulheres. Eu não consigo imaginar como um cara lá dentro vai conseguir ajudar nesse empoderamento. Entende? Então, dentro dos movimentos de mulheres, eu realmente sou adepto a não participação de homem nenhum. Seja ele cisgênero, seja ele transgênero. Enfim. Seja ele gay, seja ele heterossexual, bissexual, assexual. Não interessa (ULISSES, 2016).

A discussão da participação de homens no movimento feminista, ou mesmo a denominação de homens que comungam das ideias feministas, não é um cenário harmonioso, ao contrário, as reflexões percorrem desde o acolhimento até o radicalismo de não permitir nem a presença observadora de homens.

[...] Eu acho que o homem quem tem que criar outros espaços pra problematizar essa masculinidade e, por favor, a partir do feminismo. [...] Eu acho que o movimento é de mulheres, para mulheres. Uma coisa que eu demorei muito para entender (GILSON, 2016).

E completa, “eu acho que eu posso fazer no meio disso é fazer a autocrítica e com isso provocar outros homens sobre este lugar” (GILSON, 2016).

Este mesmo colaborador, inclusive, faz uma crítica bastante pertinente à categoria de homens (pró)feministas, afirmando que se denominar assim seria buscar a admiração das mulheres e o destaque entre os homens. Em resumo, para ele, seria mais uma forma de ganhar visibilidade. As mesmas palavras são usadas por Bourdieu (2014, p. 88) ao afirmar que “basta que homens assumam tarefas reputadas femininas e as realizem fora das esferas privadas para que elas se vejam com isso enobrecidas e transfiguradas”.

Esclarece o colaborador que, em seu ponto de vista, o lugar de opressor deve ser assumido pelo homem, considerando este um caminho para a revisão de privilégios.

O colaborador Ulisses (2016), incorporando tal crítica, afirma que não reconhece a existência de homens feministas e que acredita que essa seja uma postura estética. Neste sentido, colaboradores destacam o termo *esquerdo-macho* (ULISSES, 2016; F.M.A., 2016), se referindo a homens com posicionamento político de esquerda, que se apresentam enquanto feministas, mas que agem de forma machista, misógina e sexista.

Outra consideração que precisa ser feita é quanto ao impacto do machismo na vivência das performances das identidades masculinas que são sofridas pelos homens, ainda que incomparável com o machismo suportado por mulheres, cisgênero e transgênero. Assim: “[...] até quando o homem é um filho muito saudável do patriarcado e do machismo, ele, ainda assim, é vítima do machismo [...]” (ULISSES, 2016).

Por tudo, percebe-se ser comum aos entrevistados a ideia de que se faz necessária libertação às delimitações de gênero, devendo-se compreender esses exercícios de identidades enquanto performances humanas, influenciados fortemente pela Teoria Queer. Performances estas que precisam ser pensadas a partir das ideologias (libertárias) do feminismo, sendo estas positivas para a construção de performatividades equânimes e que não se estabeleçam a partir de hierarquias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revisão de literatura acerca do masculino nos fez compreender os espaços ocupados pela construção política, cultural e social dos gêneros, inclusive na compreensão do impacto negativo que o patriarcado tem na construção das subjetividades para ambos os sexos, limitando as vivências e marginalizando performances que não se enquadram no padrão exigido.

O apoio dos homens ao feminismo não se apresenta como algo novo, porém a assunção de uma identidade política, como a de homens pró-feministas, face a reorganização das relações intergênero provocada pelo feminismo, é a novidade que se impõe.

Evidente que ainda existem homens pró-patriarcais e as grandes estruturas econômicas, sociais e políticas – que majoritariamente são dominadas por homens – concedem pouquíssimo espaço para protagonismos feministas. Muitas transformações necessárias ainda precisam acontecer, mas há mudanças positivas, em especial nas mentalidades dos homens acerca da relação entre os gênero e na ruptura da reprodução de ideais que compõem a performance de uma masculinidade hegemônica.

Retomando o objetivo geral da presente pesquisa – analisar a construção de masculinidades contrárias ao padrão hegemônico, face às novas configurações nas relações entre os gêneros, com homens que se reconheçam como apoiadores ao processo de emancipação feminina na Região Metropolitana do Recife (PE) – verificou-se a confirmação da hipótese de que masculinidades (pró)feministas, encontram-se calcadas na subversão de padrões hegemônicos.

No que concerne ao objetivo específico de compreender o processo de construção das identidades masculinas a partir de uma epistemologia feminista; encontramos a sociabilização dos homens com mulheres feministas - mesmo aquelas que não se reconheciam enquanto – como o caminho percorrido na construção de suas identidades, onde o feminismo passou a ser entendido como natural, chegando até a integralizar suas subjetividades.

Desta forma, ainda que a pesquisa seja sobre masculinidade(s), encontram-se atravessadas histórias de mulheres feministas que perpassaram as trajetórias desses homens.

Quanto a proposta específica de investigação da ocorrência ou não do processo de desconstrução da masculinidade hegemônica, conforme já acima mencionado, foi possível relatar, a partir da pesquisa, a vivência de masculinidades outras conceitualmente opostas aos padrões hegemônicos.

Assim, a partir do relato dos colaboradores, as subjetividades (pró)feministas assumidas apresentam uma característica em comum de aversão à estética imposta do que é ser homem que, como visto, em sua versão hegemônica localizada, compreende-se como o exercício de poder que inferioriza as mulheres.

E, para além, compreender que esses homens são atravessados por outras tantas relações de poder, sendo a relação de gênero apenas mais uma, nos facilita a compreensão das razões motivadoras para a assunção de uma identidade masculina pró-feminista ou antissexista.

A pesquisa de campo demonstrou que, mesmo dentro de uma lógica patriarcal que, em regra, origina benefícios aos homens, os colaboradores vivenciam as contradições impostas pela relação de poder estruturante; ora por assumirem identidades étnico-raciais não brancas, ora por não se enquadrarem na heteronormatividade.

Isto nos faz refletir que a ordem patriarcal oprime fortemente as mulheres em primeira instância, mas os próprios pares que não correspondem ao padrão macho-viril também sofrem a opressão do patriarcado.

Percebemos, também, a grande expressão que a heteronormatividade e o desrespeito à construção das masculinidades subversivas, à medida que a masculinidade hegemônica, na visão dos entrevistados, tem enquanto pilar a heteronormatividade.

A contemporaneidade vem trazendo a ideia de que esse tal sistema de gênero, ao classificar-nos, nos limita e não dar conta das mais diversas especificações que o ser pode ser. Assim, mais do que romper as hegemonias impostas para os gêneros e suas performances (feminilidades e masculinidades), o que se idealiza são experiências não enquadradas dos seres humanos, podendo, cada um, escolher as performances que deseja integrar a sua subjetividade.

Experiências negativas a partir das relações de poder intragênero (homem-homem), que inferiorizam as subjetividades contrárias ao padrão hegemônico,

fomentam a empatia masculina que se apresenta, na nossa leitura, como possível elo entre homens e os ideais feministas.

Percebe-se também que as preocupações com uma educação diferenciada para os gêneros ainda é uma realidade, mesmo que os colaboradores destaquem esta como sendo uma era de mudanças, pois os pais, hoje em dia, estão muito mais politizados, com acesso à informação; no entanto, ainda há preocupações no padrão que se oferece na Rede Pública de ensino.

Assim, enquanto recomendação sugere a assunção de práticas pedagógicas outras, não direcionadas (e diferenciadas) em razão ao gênero, à medida que tais práticas servem apenas para o reforço de identidades de gênero binárias, que tornam presidiárias à liberdade das mais diversas performances.

O bem viver masculino, como se pode ver, encontra um porto seguro nas ideologias feministas, à medida que machismos e sexismos são entendidos enquanto limitações também para as subjetividades das mais diversas performances de masculinidades.

Nesta sociedade que vivemos, o capitalismo, tendo como aliado o patriarcado, ofusca a realização da justiça social, tendo em vista todo o processo de colonização e a mercantilização das subjetividades, da humanidade e da natureza, tornando as práticas sociais funcionais ao sistema e principalmente as necessidades do capital. Os processos de exploração e acumulação, desempenhados pelo capitalismo, patriarcado e racismo, são contrários à realização do propósito do bem viver: a real e benéfica interação entre humanos e com a natureza, de interdependência e solidariedade, e a justiça social (SANTOS, 2015; BARRUETA, 2014).

Desta forma, o bem viver apresenta-se como uma importante corrente de pensamento produzido pela América Latina e como caminho alternativo para o restabelecimento de uma relação digna e proveitosa entre os humanos e a natureza, sem hierarquizações e explorações, sendo necessária a compreensão de que este cuidado é essencial para a existência de todos e todas.

A revisão de privilégios é o início da longa jornada de assumir-se enquanto pró-feminista, pois a construção de masculinidades a partir do feminismo exige desconstruções outras que não apenas renunciar as prerrogativas trazidas pela ordem patriarcal.

A condição de mulher não a torna imune contra a prática do machismo, exceto aquelas que exercitam diariamente a revisão dos conceitos aprendidos pela cultura patriarcal.

A desconstrução, que vem fortemente marcada no título deste trabalho, a meu ver, deve iniciar nas entranhas daquele que deseja denominar-se pró-feminista, seja ele homem ou mulher, ou qualquer outra identidade de gênero possível. Entranhas estas que devem ser revisitadas para que o mínimo possível do câncer do machismo e do sexismo seja capaz de se espalhar.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informações e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, ago. 2002.

_____. **NBR 6027**: informações e documentação: sumário: apresentação. Rio de Janeiro, maio 2003.

_____. **NBR 6028**: informações e documentação: resumo: apresentação. Rio de Janeiro, nov. 2003.

_____. **NBR 10520**: Informação e documentação: Citações em documentos: Apresentação. Rio de Janeiro, ago. 2002.

ALMEIDA, Marlise Míriam de Matos. Dimensões da masculinidade no Brasil. **Gênero**. Niterói, v. 1, n.1, p. 29-40, 2. semestre. 2000. Disponível em:<
https://www.academia.edu/5919992/DIMENS%C3%95ES_DA_MASCULINIDADE_NO_BRASIL>. Acesso em: 18 nov. 2015.

ALVAREZ, Sonia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo. Introdução: o cultural e político nos movimentos latino-americanos (Capítulo 1). In: ALVAREZ, Sonia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (orgs.) **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos**: novas leituras. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2000.

AUAD, Daniela. **Feminismo**: que história é essa? Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

BAUMAN, Zygmunt, **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi/Zygmunt Bauman. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005

BERRUETA, Norma Vasallo. Cubanas, buen vivir y percepción de los cambios socioeconômicos. In CAROSIO, Alba (Org.). **Feminismo para un cambio civilizatorio**. Caracas: Fundación Centro de Estudios Latinoamericanos Rómulo Gallegos, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales e Centro de Estudios de la Mujer, Universidad Central de Venezuela, 2014. p. 111-136. Disponível em:<
<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20140512054036/FeminismosParaUnCambioCivilizatorio.pdf>>. Acesso em: 17 Abr. 17.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kühner. 1ª Ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº466. DOU: 13.06.2013. Brasília, 12 de dezembro de 2012. Disponível em:<
<http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>>. Acesso em: 08 mar. 16.

_____. Presidência da República. Secretaria Geral. Mapa do encarceramento: os jovens do Brasil / Secretaria-Geral da Presidência da República e Secretaria Nacional de Juventude. – Brasília : Presidência da República, 2015. Disponível em:<

http://juventude.gov.br/articles/participatorio/0010/1092/Mapa_do_Encarceramento_-_Os_jovens_do_brasil.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2017.

_____. São Paulo (Cidade). Prefeitura do Município de São Paulo. Secretaria Municipal da Saúde. Comitê de Ética em Pesquisa. Manual sobre ética em pesquisa com seres humanos. São Paulo: s.n., 2004. 2ª. Edição revista, 2010. Disponível em:<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/saude/arquivos/comite_etica/Etica_Seres_Humanos.pdf>. Acesso em: 08 mar. 16.

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução: Renato Aguiar. 8ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CALVELLI, Haudrey Germiniani; LOPES, Maria de Fátima. A teoria do conhecimento e a epistemologia feminista. In CONGRESSO DE HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS E DAS TÉCNICAS E EPISTEMOLOGIA (CONGRESSO SCIENTIARUM HISTORIA), nº IV, 2011, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011.p. 347-357. Disponível em:<<http://www.hcte.ufrj.br/downloads/sh/sh4/trabalhos/Haudrey.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2017.

CARDOSO, Ruth. Movimentos sociais na América Latina: revisão teórico-metodológica. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 2, n. 3, 1987. Disponível em:<http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=234:rbc-03&catid=69:rbc&Itemid=399#2>. Acesso em: 15 nov. 2015.

CARMO, Onilda Alves do. Os homens e a construção e reconstrução da identidade de gênero. In: SEMINARIO DE SAUDE DO TRABALHADOR DE FRANCA, 7., 2010, Franca. **Proceedings online...** Unesp Franca, Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC000000112010000100008&lng=en&nrm=abn>. Acesso em: 17 Nov. 2015.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 17, nº 49, p. 117-133, 2003. Disponível em:<<http://www.revistas.usp.br/eav/article/viewFile/9948/11520>>. Acesso em: 16 jan. 2017.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. A era da informação: economia, sociedade e cultura; Volume 02. Tradução: Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CONNELL, Robert W.; MESSERSCHMIDT, James W.. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 241-282, mai. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2013000100014/24650>>. Acesso em: 20 Jul. 2015.

CONNELL, R. W. La organización social de la masculinidad. In VALDÉS, Teresa; OLAVARRÍA, José (orgs.). Masculinidad/es: poder y crisis. Chile: Ediciones de las mujeres, 1997.

COSTA, Ana Alice Alcantara. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. **Gênero**. Niterói, v. 5, n. 2, p. 9-35, 1. sem. 2005. Disponível em:< <http://www.mobilizadores.org.br/wp-content/uploads/2014/05/texto-5363c73631215.pdf>>. Acesso em: 01 Fev. 2017.

CURIEL, Ochy. Descolonizando el Feminismo: Una perspectiva desde América Latina y el Caribe. In: PRIMER COLOQUIO LATINOAMERICANO SOBRE PRAXIS Y PENSAMIENTO FEMINISTA, Junio 2009, Buenos Aires. Disponível em:< http://feministas.org/IMG/pdf/Ochy_Curiel.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2017.

DINIZ, Debora. A pesquisa social e os comitês de ética no Brasil. In: Fleischer, Soraya. (Org.). **Ética e regulamentação na pesquisa antropológica**. Brasília: Letras Livres: Editora Universidade de Brasília, 2010. Disponível em:< <http://www.anis.org.br/livro/etica-e-regulamentacao-na-pesquisa-antropologica> >. Acesso em 03 mar.16.

FIALHO, Fabrício Mendes. Uma Crítica ao Conceito de Masculinidade Hegemônica. In: SEMINÁRIO FAZENDO GÊNERO, VII, 2006, Florianópolis, **Anais...** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2006. Disponível em:< http://www.fazendogenero.ufsc.br/7/artigos/F/Fabr%EDcio_Mendes_Fialho%20_09.pdf >. Acesso em: 17 jan. 2017.

FLOOD, Michael. Tres principios para hombres. Tradução: Laura E. Asturias. **XY: men, sex, politics**. Vol. 3 nº 4. Austrália: [s.n.], 1995. Disponível em:< http://www.jerez.es/fileadmin/Documentos/hombresxigualdad/fondo_documental/Identidad_masculina/Tres_principios_para_hombres.pdf >. Acesso em: 22 jan. 2017.

FULLER, Norma. Repensando el machismo latinoamericano. **Masculinities and Social Change**. [S.l.], v. 1, n. 2, p. 114-133, june 2012. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.4471/MCS.2012.08>>. Acesso em: 27 out 2016.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

GROSFOGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. Tradução de Inês Martins Ferreira. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. Coimbra: nº 80 (Epistemologias do sul), p. 115-147, 2008. Disponível em:< <https://rccs.revues.org/697>>. Acesso em: 25 out. 2016.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomas Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 11. ed. Rio de Janeiro: DR&A, 2006.

_____. **Quem precisa de identidade?** In SILVA, Tomaz Tadeu da. Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais/ Tomaz Tadeu da Silva (org.). Stuart Hall, Kathryn Woodward. 15 ed.- Petrópolis, RJ: vozes, 2014.

HARAWAY, Donna. "Gênero" para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 22, pp.201-246, June 2004. Disponível

em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332004000100009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 24 Dez. 2016.

HODSON, Phillip. **Os Machões**: O Comportamento do Homem diante da Nova Mulher. Tradução: Lilia Cristina de Arantes Ramos. São Paulo: Nobel, 1986.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. Tradução: Luiz Repa. - São Paulo: Ed. 34, 2003.

KAUFMAN, Michael. Los hombres, el feminismo y las experiencias contradictorias del poder entre los hombres. In: BROD, Harry; KAUFMAN, Michael. (orgs.) **Theorizing Masculinities**. [S.I.]: Sage Publications, 1994. Disponível em:<<http://www.michaelkaufman.com/wp-content/uploads/2008/12/los-hombres-el-feminismo-y-las-experiences-contradictorias-del-poder-entre-los-hombres.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2017.

_____. The construction of masculinity and the triad of men's violence. Tradução nossa. In KAUFMAN, Michael (Ed). **Beyond Patriarchy: Essays on Pleasure, Power, and Change**. Toronto, Oxford University Press, 1987. Disponível em: <<http://ecbiz194.inmotionhosting.com/~micha383/wp-content/uploads/2016/03/Kaufman-1987-The-Construction-of-Masculinity-and-the-Triad-of-Mens-Violence-in-Michael-Kaufman-ed.-Beyond-Patriarchy-Essays-by-Men-on-Pleasure-Power-and-%E2%80%A6.pdf>>. Acesso em: 16 nov. 16.

KIMMEL, Michael. A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Antropologia, n. 9, 1998. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/ha/v4n9/0104-7183-ha-4-9-0103.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2016.

LAVILLE, Christian. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Tradução: Heloisa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre: Editora Artes Médicas Sul Ltda.; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935- 952, jan. 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755/28577>>. Acesso em: 17 nov. 2015.

LYRA, Jorge. Gênero, saúde e análise de políticas: caminhos e (des)caminhos. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro , v. 14, n. 4, p. 1010 -1012, Aug. 2009 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232009000400005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 22 June 2016.

MANINI, Daniela. A crítica feminista à modernidade e o projeto feminista no Brasil dos anos 70 e 80. **Cadernos AEL**, n. 3/4, p. 45-67, 1995/1996. Disponível em:<http://segall.ifch.unicamp.br/site_ael_antes_migracao/AEL/website_ael_publicacoes/cad-3/Artigo-2-p45.pdf >. Acesso em: 13 jan. 2017.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARQUÉS, Josep-Vicent. Varón y patriarcado. In VALDÉS, Teresa; OLAVARRÍA, José (orgs.). **Masculinidad/es: poder y crisis**. Chile: Ediciones de las mujeres, 1997.

MEDRADO, Benedito; LYRA, Jorge. Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 809-840, Dez. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2008000300005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 19 Nov. 2015.

_____. **Produzindo Memórias para Alimentar Utopias**: Narrativas sobre uma organização feminista brasileira que, desde 1997, ousa trabalhar com homens e sobre masculinidades. 1. Ed. Recife: Instituto Papai, 2015.

MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais? **Lua Nova**, São Paulo, n. 17, p. 49-66, Junho 1989. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451989000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 01 Fev. 2017.

MIGNOLO, Walter D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. Traduzido por: Ângela Lopes Norte. **Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade nº 34**, p. 287-324, 2008. Disponível em: <<http://www.uff.br/cadernosdeletrasuff/34/artigo18.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2015.

MIRANDA, Marcelo Henrique Gonçalves de; OLIVEIRA, Ana Caroline Amorim. Os Limites das Categorias Heteronormativas no cotidiano escolar e a Pedagogia Queer: o caso do uso do banheiro. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**. América do Norte, v. 13, n.32, p.350-373, 2016. Disponível em: <<http://revistaadmmade.estacio.br/index.php/reeduc/article/viewFile/1191/1256>>. Acesso em: 02 fev. 2017.

NEVES, Josélia Gomes. Cultura escrita e narrativa autobiográfica: implicações na formação docente. In CAMARGO, Maria Rosa Rodrigues Martins de (org.) **Leitura e escrita como espaços autobiográficos de formação** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/zz66x/pdf/camargo-9788579831263-09.pdf>>. Acesso em: 08 nov. 2016.

NOLASCO, Sócrates. O apagão da masculinidade? **Rio de Janeiro: Trabalho e Sociedade**. Rio de Janeiro, ano 1, nº 2, p. 9-16, Dezembro/2001.

_____. **O mito da masculinidade**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

OLIVEIRA, Luís R. Cardoso de. **Pesquisas em vs. Pesquisas com seres humanos**. Universidade de Brasília, Departamento de Antropologia, 2003. Disponível

em:<https://www.academia.edu/4105349/PESQUISAS_EM_VERSUS_PESQUISAS_COM_SERES_HUMANOS>. Acesso em 03 mar.16.

ONU WOMEN. **Heforshe**: movimiento solidario de ONU Mujeres para la igualdad de género. Kit de acción. Versão espanhol. 20 de Setembro de 2014. Disponível em:<http://az668017.vo.msecnd.net/sitestorage/dist/content/uploads/2014/08/HeForShe_ActionKit_Spanish.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2015.

PEDRO, Joana Maria. Narrativas do feminismo em países do cone sul (1960-1989). In: **Gênero, feminismos e ditaduras no Cone sul** /apresentação Joana maria Pedro e Cristina Scheibe Wolff. – Florianópolis: Ed. mulheres, 2010.

PERETTI, Célia; NOGOSEKE, Elizabet Terezinha Castaman; SOUZA, Osnilda Maria. A crise do masculino e o desafio que o feminismo coloca à masculinidade. Encontro de bioética do Paraná – Vulnerabilidades: pelo cuidado e defesa da vida em situações de maior vulnerabilidade. 2, 2011, Curitiba. **Anais eletrônicos...** Curitiba: Champagnat, 2011, Disponível em:<<http://www2.pucpr.br/reol/index.php/CONGRESSOBIOETICA2011?dd1=4626&dd99=view>>. Acesso em: 21 jul. 2015.

PERNAMBUCO. Lei Complementar nº 10, de 6 de Janeiro de 1994. Dispõe sobre a Região Metropolitana do Recife - RMR, e dá outras providências. Disponível em:<<http://legis.alepe.pe.gov.br/arquivoTexto.aspx?tiponorma=2&numero=10&compleme nto=0&ano=1994&tipo=&url=>>. Acesso em: 4 out. 2016.

PINHO, Osmundo. Qual é a identidade do homem negro? **Democracia Viva**. Rio de Janeiro, nº 22, p. 64-69, junho/julho 2004. Disponível em: <https://www.academia.edu/1420907/Qual_%C3%A9_a_identidade_do_homem_negro>. Acesso em 23 jan. 17

_____. Um enigma masculino: Interrogando a masculinidade da desigualdade racial no Brasil. **Universitas Humanística**, [S.l.], v. 77, n. 77, mar. 2014. Disponível em:<http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt&pid=S0120-48072014000100010>. Acesso em: 16 nov. 2015.

PISCITELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. In: ALMEIDA, Heloisa Buarque de; SZWAKO, Jose Eduardo (Orgs.). **Diferenças, igualdades. Coleção sociedade em foco: introdução as ciências sociais**. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009.

QUENTAL, Pedro de Araújo. A latinidade do conceito de América Latina. **Revista GEOgraphia**. Rio de Janeiro: vol. 14, nº 27, p. 46-75, 2012. Disponível em: <<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/520/338>>. Acesso em: 25 out. 2016.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latinoamericanas. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, setembro 2005. Disponível em:<

http://www.geografia.ffe.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Tonico/2s2012/Texto_1.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2015.

RAGO, Margareth. Feminizar é preciso: por uma cultura filógina. **Revista São Paulo em Perspectiva**. V.15, Nº.3, p. 58-66, Jul-Set 2001. São Paulo, 2001. Disponível em:< http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v15n03/v15n03_08.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2017.

_____. Feminismo e Subjetividade em Tempos Pós-Modernos. In COSTA, Claudia Lima; SCHMIDT, Simone Pereira. (Org.). **Poéticas e Políticas Feministas**. Florianópolis: Editora das Mulheres, 2004. Disponível em:<http://www.historiacultural.mpbnet.com.br/feminismo/Feminismo_e_subjetividade.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2017.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. Tradução: Carlos Guilherme do Valle. **Revista Bagoas** - estudos gays: gênero e sexualidades. V. 4, N. 05. Rio Grande do Norte: UFRN-CCHLA, 2010. Disponível em: < <https://materialfeminista.milharal.org/files/2012/08/Heterossexualidade-Compuls%C3%B3ria-e-Exist%C3%Aancia-L%C3%A9sbica-Adrienne-Rich.pdf> >. Acesso em: 17 abr. 2017.

RODRIGUES, Rui Martinho. **Pesquisa acadêmica**: como facilitar o processo de preparação de suas etapas. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2007.

SANTOS, Laiany Rose Souza. Feminismo: aporte político, teórico e prático para transformações civilizatórias. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 1040-1042, Dec. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2015000301040&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 17 Apr. 2017.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Tradução: Christine Rufino Dabat; Maria Betânia Ávila. New York, Columbia University Press. 1989. Disponível em:< https://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2017.

SCIENCE, Chico. Da lama ao caos. In: ZUMBI, Nação; SCIENCE, Chico. **Da Lama ao Caos**. Rio de Janeiro, gravadora Chaos, 1994. CD, faixa 7.

SILVA, José Remon Tavares da. Masculinidade e violência: formação da identidade masculina e compreensão da violência praticada pelo homem. In: REDE FEMINISTA NORTE E NORDESTE DE ESTUDOS E PESQUISA SOBRE A MULHER E RELAÇÕES GÊNERO (REDOR), 18º, 2014, Recife-PE, Anais... Recife, Editora UFRPE, 2014, p. 2802- 2817. Disponível em:< <http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/18redor/18redor/paper/viewFile/686/808>> Acesso em: 16 nov. 16.

SILVA, Natanael de Freitas. Masculinidades Hierarquizadas: entre o “gay macho” e a “bicha louca”, performances de gênero nos anos 1970. **Contemporâneos: revista de artes e humanidades**. [S.l.], Edição nº14, p.1-24, maio/out. 2016. Disponível

em:<<https://www.revistacontemporaneos.com.br/n14/dossie/masculinidadeshierarquizadas.pdf>>. Acesso em 25 jan. 2017.

SOIHET, Rachel. Nísia Floresta e mulheres de letras no Rio Grande do Norte: pioneiras na luta pela cidadania. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 193-195, Apr. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2005000100016&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 03 Fev. 2017

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2015**: homicídio de mulheres no Brasil. Faculdade latino-americana de ciências sociais (Flacso Brasil). 1ªEd. Brasília-DF, 2015. Disponível em:< <http://www.mapadaviolencia.org.br/>>. Acesso em: 10 fev. 2016.

_____. **Mapa da violência 2015**: homicídio de mulheres no Brasil. Faculdade latino-americana de ciências sociais (Flacso Brasil). 1ªEd. Brasília-DF, 2015. Anexo 1. Número e taxas médias de homicídio (2009/2013) de mulheres nos 5565 Municípios e ordenamento para os municípios com mais de 10 mil mulheres. Disponível em:< http://www.mapadaviolencia.org.br/mapa2015_mulheres.php> Acesso em: 10 fev. 2016.

WALSH, Catherine. Interculturalidad, plurinacionalidad y decolonialidad: las insurgencias político-epistémicas de refundar el Estado. **Revista Tabula Rasa**. Bogotá - Colombia, No.9, julio-diciembre 2008.

WANG, May-Lin; JABLONSKI, Bernardo; MAGALHÃES, Andréa Seixas. Identidades masculinas: limites e possibilidades. **Psicologia em Revista**. Belo Horizonte, V. 12, Nº 19, p. 54-65, Jun. 2006. Disponível em:< http://www.pucminas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20080220154120.pdf >. Acesso em: 19 Nov. 2015.

WATSON, Emma. A igualdade de gênero é também problema seu. Discurso campanha He For She. ONU Mulheres. Nações Unidas, Nova Iorque: 20 de setembro de 2014. Disponível em:< <http://www.unwomen.org/~media/headquarters/attachments/sections/library/publications/2014/emma%20watson-%20heforshe%20speech%20-%20portuguese.pdf?v=1&d=20141013T121828>>. Acesso em: 15 nov. 2015.

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e dominação das mulheres e homofobia. **Estudos Feministas**, ANO 9, p. 460-482, 2º semestre, 2001. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8635.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2015.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 15. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

APÊNDICE A - ROTEIRO PARA ENTREVISTAS

Agradecimento

1. Você poderia me contar como foi a sua educação (escolar e familiar) para “ser menino” e se tornar homem:
2. No seu ponto de vista, haveria alguma diferença na educação das meninas/mulheres:
3. Para você o que é ser homem... E o que seria ser mulher:
4. Poderia compartilhar comigo o que entende quando escuta a expressão ‘*homem com H maiúsculo*’:
5. No seu ponto de vista, o que vem a ser uma masculinidade ideal... O que seria uma feminilidade ideal:
6. Você tem referências (masculinas ou femininas) na sua vida que poderia compartilhar comigo:
7. Em que situação, no seu ponto de vista, os homens têm sua masculinidade questionada... Você já teve sua masculinidade questionada:
8. O que você tem a falar acerca da violência doméstica:
9. Em que situações, pra você, os homens se sentem afetados/sofrem com o machismo... Em alguma situação você se sentiu afetado pelo machismo:
10. O que você pensa sobre feminismo. Há algo negativo no seu ponto de vista:
11. Na sua opinião, quais espaços os homens podem ocupar dentro do movimento de mulheres:
12. Como você percebe a relação dos homens com o feminismo:

APÊNDICE B – FICHA DE IDENTIFICAÇÃO DOS PARTICIPANTES



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CULTURAS E IDENTIDADES
Rua Dois Irmãos, 92, Apipucos - Recife-PE. CEP: 52071-440. (coordenacao@ppgeci.ufpe.br)

PROTOCOLO DE IDENTIDADE

NOME: [REDACTED]

NATURALIDADE: Recifense

NACIONALIDADE: Brasileira

DATA DE NASCIMENTO: 27/02/1992

COR/RAÇA/ETNIA (IBGE): () Branca Preta () Amarela () Parda () Indígena

RELIGIÃO: Católica

IDENTIDADE DE GÊNERO: cisgênero / homem

ORIENTAÇÃO SEXUAL: homossexual

ESTADO CIVIL: Solteiro FILHXS: nao

CIDADE/BAIRRO: Encruzilhada

PROFISSÃO: Estudante

INSTITUIÇÃO/ORGÃO/EMPRESA: UFPE

ESCOLARIDADE: Ensino superior incompleto (Direito)

ATUAÇÃO/PARTICIPAÇÃO EM MOVIMENTO SOCIAIS E/OU PARTIDÁRIOS?

Movimentos sociais suprapartidários LGBTQT's,
negros e de classe. (mov. Escola, TODA FORMA,
Além das grades)

RECIFE, 15 DE Outubro DE 2016.

[REDACTED]
[Assinatura]
ASSINATURA DO COLABORADOR



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CULTURAS E IDENTIDADES
Rua Dois Irmãos, 92, Apipucos - Recife-PE. CEP: 52071-440. (coordenacao@ppgeci.ufrpe.br)

PROTOCOLO DE IDENTIDADE

NOME: [REDACTED] Silva

NATURALIDADE: Cabo de Santo Agostinho

NACIONALIDADE: Brasileiro

DATA DE NASCIMENTO: 28/03/1982

COR/RAÇA/ETNIA (IBGE): Branca Preta Amarela Parda Indígena

RELIGIÃO: XXXXXX

IDENTIDADE DE GÊNERO: Homem

ORIENTAÇÃO SEXUAL: Heterossexual

ESTADO CIVIL: Solteiro FILHXS: NÃO

CIDADE/BAIRRO: Jaboatão dos Guararapes / Prazeres

PROFISSÃO: Psicólogo

INSTITUIÇÃO/ORGÃO/EMPRESA: Sec. Educação Pernambuco

ESCOLARIDADE: Superior

ATUAÇÃO/PARTICIPAÇÃO EM MOVIMENTO SOCIAIS E/OU PARTIDÁRIOS?
Não

RECIFE, 11 DE outubro DE 2016.

[REDACTED] Silva

ASSINATURA DO COLABORADOR



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CULTURAS E IDENTIDADES
Rua Dois Irmãos, 92, Apipucos - Recife-PE. CEP: 52071-440. (coordenacao@ppgeci.ufrpe.br)

PROTOCOLO DE IDENTIDADE

NOME: _____

NATURALIDADE: RECIFE

NACIONALIDADE: BRASIL

DATA DE NASCIMENTO: 23/10/91

COR/RAÇA/ETNIA (IBGE): Branca Preta Amarela Parda Indígena

RELIGIÃO: CATÓLICO

IDENTIDADE DE GÊNERO: HOMEM G/S

ORIENTAÇÃO SEXUAL: HOMOSSEXUAL

ESTADO CIVIL: SOLTEIRO FILHXS: —

CIDADE/BAIRRO: BAIRRO NOVO - OLINDA

PROFISSÃO: ADVOGADO

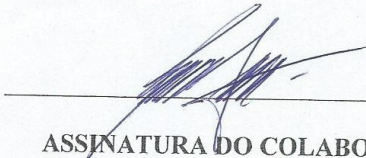
INSTITUIÇÃO/ORGÃO/EMPRESA: —

ESCOLARIDADE: ENSINO SUPERIOR - DIREITO

ATUAÇÃO/PARTICIPAÇÃO EM MOVIMENTO SOCIAIS E/OU PARTIDÁRIOS?

SIM, MOVIMENTO ZONA, COLÉGIO TODA FORMA DE AMAR FDR (NÃO PARTIDÁRIOS)

RECIFE, 07 DE NOVEMBRO DE 2016.


ASSINATURA DO COLABORADOR



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CULTURAS E IDENTIDADES
Rua Dois Irmãos, 92, Apipucos - Recife-PE. CEP: 52071-440. (coordenacao@ppgeci.ufrpe.br)

PROTOCOLO DE IDENTIDADE

NOME: Gilson José Rodrigues Jr.
 NATURALIDADE: Rio de Janeiro (mas NATALENSE)
 NACIONALIDADE: BRASILEIRO
 DATA DE NASCIMENTO: 20/03/1983
 COR/RAÇA/ETNIA (IBGE): Branca Preta Amarela Parda Indígena
 RELIGIÃO: JUSEMA/CANDOMBLÉ/CEBU (AYAWASKA)
 IDENTIDADE DE GÊNERO: MASCULINO
 ORIENTAÇÃO SEXUAL: HETERO
 ESTADO CIVIL: DN. FILHXS: 0
 CIDADE/BAIRRO: SAULISTA/JANGA
 PROFISSÃO: DOCENTE/ANTROPOLOGO
 INSTITUIÇÃO/ORGÃO/EMPRESA: UFPE/PPGA
 ESCOLARIDADE: DOCTORADO INCOMPLETO
 ATUAÇÃO/PARTICIPAÇÃO EM MOVIMENTO SOCIAIS E/OU PARTIDÁRIOS?
Coletivo AFRONTE

RECIFE, 22 DE setembro DE 2016.


 ASSINATURA DO COLABORADOR

APÊNDICE C – TERMOS DE CONSENTIMENTO LIVRE-ESCLARECIDO



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CULTURAS E IDENTIDADES
Rua Dois Irmãos, 92, Apipucos - Recife-PE. CEP: 52071-440. (coordenacao@ppgeci.ufrpe.br)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, [REDACTED], R.G. nº

6.397.403, autorizo a minha participação voluntária na pesquisa intitulada “O processo de (des) construção da masculinidade hegemônica na Região Metropolitana do Recife”. cujo objetivo geral é analisar a identidade dos homens, que se reconheçam como e/ou que sejam reconhecidos socialmente como defensores dos direitos das mulheres e que busquem e/ou promovam a promoção de igualdade de gênero, na Região Metropolitana do Recife (PE), desenvolvida pela pós-graduanda GRASIELA AUGUSTA MORAIS PEREIRA DE CARVALHO, como pesquisa para a dissertação a ser defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Culturas e Identidades (PPGECI) da Universidade Federal Rural (UFRPE) e Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), sob orientação da Prof.^a Dr.^a Denise M. Botelho. O projeto de pesquisa foi submetido e aprovado pelo colegiado do PPGECI e contempla as normas éticas de pesquisa na área de ciências humanas.

Tenho conhecimento que a presente pesquisa atende ao código de ética dos(as) pesquisadores(as) na busca de proteger a privacidade dos(as) participantes e transmitir essa proteção a todas as pessoas envolvidas no estudo. De maneira, que durante a identificação do problema de pesquisa, é importante ressaltar as contribuições do mesmo no processo de formação das pessoas que estão sendo pesquisadas.

Recebi a informação de que este trabalho tem o propósito de desenvolver um instrumento para analisar as identidades masculinas.

Tenho conhecimento que a participação dos procedimentos metodológicos (entrevista oral, questionários, gravações e/ou registro de imagens, etc), não haverá nenhuma retorno financeiro, como também, riscos e desconfortos para mim.

Autorizo os responsáveis pela pesquisa a conservar sob sua guarda os resultados da coleta de dados, assim como utilizar estas informações em situações acadêmicas (reuniões, congressos, cursos e publicações científicas etc). Estou ciente que terei direito a respostas a quaisquer dúvidas que possam surgir durante a minha participação na pesquisa.

Desse modo, a divulgação da minha identidade poderá acontecer ou ser designado com nome fictício, visto que a participação não acarreta nenhum prejuízo e poderei retirar este



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CULTURAS E IDENTIDADES
Rua Dois Irmãos, 92, Apipucos - Recife-PE. CEP: 52071-440. (coordenacao@ppgeci.ufrpe.br)

consentimento em qualquer momento da investigação, sem qualquer penalização. Por estar inserido(a) em um cenário de lutas políticas e de fortalecimento identitário, tenho direito em manifestar o meu desejo de manter minha identidade civil a partir de minha manifestação explícita.

Este termo de consentimento me foi apresentado e entendi o seu conteúdo e declaro participar divulgando minha identidade

Este termo de consentimento me foi apresentado e entendi o seu conteúdo e declaro participar designando o nome fictício de Ulisses

Recife, 15 de Outubro 2016.

Pesquisadora: Grasiela Augusta Morais Pereira de Carvalho-
grasielamoraiscarvalho@gmail.com

Contatos: (81) 9-91334720 (Tim)

Professora Orientadora: Dr.^a Denise M. Botelho - denise@ded.ufrpe.br

Contatos: (81) 9114-7605 (Claro) ou 9657-3535 (Tim)

[Redacted Signature]

Assinatura do Participante

Grasiela morais
Pesquisadora responsável

Testemunha(s):

Élida Freitas (027.371.123-70)

[Signature] (068.522.074-55)



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CULTURAS E IDENTIDADES
Rua Dois Irmãos, 92, Apipucos - Recife-PE. CEP: 52071-440. (coordenacao@ppgeci.ufrpe.br)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, [REDACTED] *Silva*, R.G. nº 5479336, autorizo a minha participação voluntária na pesquisa intitulada “**O processo de (des) construção da masculinidade hegemônica na Região Metropolitana do Recife**”. Cujo objetivo geral é analisar a identidade dos homens, que se reconheçam como e/ou que sejam reconhecidos socialmente como defensores dos direitos das mulheres e que busquem e/ou promovam a promoção de igualdade de gênero, na Região Metropolitana do Recife (PE). desenvolvida pela pós-graduanda GRASIELA AUGUSTA MORAIS PEREIRA DE CARVALHO, como pesquisa para a dissertação a ser defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Culturas e Identidades (PPGECI) da Universidade Federal Rural (UFRPE) e Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), sob orientação da Prof^a. Dr.^a Denise M. Botelho. O projeto de pesquisa foi submetido e aprovado pelo colegiado do PPGECI e contempla as normas éticas de pesquisa na área de ciências humanas.

Tenho conhecimento que a presente pesquisa atende ao código de ética dos(as) pesquisadores(as) na busca de proteger a privacidade dos(as) participantes e transmitir essa proteção a todas as pessoas envolvidas no estudo. De maneira, que durante a identificação do problema de pesquisa, é importante ressaltar as contribuições do mesmo no processo de formação das pessoas que estão sendo pesquisadas.

Recebi a informação de que este trabalho tem o propósito de desenvolver um instrumento para analisar as identidades masculinas.

Tenho conhecimento que a participação dos procedimentos metodológicos (entrevista oral, questionários, gravações e/ou registro de imagens, etc), não haverá nenhuma retorno financeiro, como também, riscos e desconfortos para mim.

Autorizo os responsáveis pela pesquisa a conservar sob sua guarda os resultados da coleta de dados, assim como utilizar estas informações em situações acadêmicas (reuniões, congressos, cursos e publicações científicas etc). Estou ciente que terei direito a respostas a quaisquer dúvidas que possam surgir durante a minha participação na pesquisa.

Desse modo, a divulgação da minha identidade poderá acontecer ou ser designado com nome fictício, visto que a participação não acarreta nenhum prejuízo e poderei retirar este



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CULTURAS E IDENTIDADES
 Rua Dois Irmãos, 92, Apipucos - Recife-PE, CEP: 52071-440. (coordenacao@ppgeci.ufrpe.br)

consentimento em qualquer momento da investigação, sem qualquer penalização. Por estar inserido(a) em um cenário de lutas políticas e de fortalecimento identitário, tenho direito em manifestar o meu desejo de manter minha identidade civil a partir de minha manifestação explícita.

Este termo de consentimento me foi apresentado e entendi o seu conteúdo e declaro participar divulgando minha identidade

Este termo de consentimento me foi apresentado e entendi o seu conteúdo e declaro participar designando o nome fictício de Silva

Recife, 11 de outubro 2016.

Pesquisadora: Grasiela Augusta Morais Pereira de Carvalho-
 grasielamoraiscarvalho@gmail.com

Contatos: (81) 9-91334720 (Tim)

Professora Orientadora: Dr.^a Denise M. Botelho - denise@ded.ufrpe.br

Contatos: (81) 9114-7605 (Claro) ou 9657-3535 (Tim)



Assinatura do Participante

Grasiela morais

Pesquisadora responsável

Testemunha(s):

Élida Freitas (027.371.123-70)

Paulo Roberto Souza (068.522.074-55)



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CULTURAS E IDENTIDADES
Rua Dois Irmãos, 92, Apipucos - Recife-PE. CEP: 52071-440. (coordenacao@ppgeci.ufrpe.br)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____, R.G. n°

7.770.007, autorizo a minha participação voluntária na pesquisa intitulada “O processo de (des) construção da masculinidade hegemônica na Região Metropolitana do Recife”. Cujo objetivo geral é analisar a identidade dos homens, que se reconheçam como e/ou que sejam reconhecidos socialmente como defensores dos direitos das mulheres e que busquem e/ou promovam a promoção de igualdade de gênero, na Região Metropolitana do Recife (PE). desenvolvida pela pós-graduanda GRASIELA AUGUSTA MORAIS PEREIRA DE CARVALHO, como pesquisa para a dissertação a ser defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Culturas e Identidades (PPGECI) da Universidade Federal Rural (UFRPE) e Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), sob orientação da Prof.^a Dr.^a Denise M. Botelho. O projeto de pesquisa foi submetido e aprovado pelo colegiado do PPGECI e contempla as normas éticas de pesquisa na área de ciências humanas.

Tenho conhecimento que a presente pesquisa atende ao código de ética dos(as) pesquisadores(as) na busca de proteger a privacidade dos(as) participantes e transmitir essa proteção a todas as pessoas envolvidas no estudo. De maneira, que durante a identificação do problema de pesquisa, é importante ressaltar as contribuições do mesmo no processo de formação das pessoas que estão sendo pesquisadas.

Recebi a informação de que este trabalho tem o propósito de desenvolver um instrumento para analisar as identidades masculinas.

Tenho conhecimento que a participação dos procedimentos metodológicos (entrevista oral, questionários, gravações e/ou registro de imagens, etc), não haverá nenhum retorno financeiro, como também, riscos e desconfortos para mim.

Autorizo os responsáveis pela pesquisa a conservar sob sua guarda os resultados da coleta de dados, assim como utilizar estas informações em situações acadêmicas (reuniões, congressos, cursos e publicações científicas etc). Estou ciente que terei direito a respostas a quaisquer dúvidas que possam surgir durante a minha participação na pesquisa.

Desse modo, a divulgação da minha identidade poderá acontecer ou ser designado com nome fictício, visto que a participação não acarreta nenhum prejuízo e poderei retirar este



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CULTURAS E IDENTIDADES
 Rua Dois Irmãos, 92, Apipucos - Recife-PE. CEP: 52071-440. (coordenacao@ppgeci.ufrpe.br)

consentimento em qualquer momento da investigação, sem qualquer penalização. Por estar inserido(a) em um cenário de lutas políticas e de fortalecimento identitário, tenho direito em manifestar o meu desejo de manter minha identidade civil a partir de minha manifestação explícita.

Este termo de consentimento me foi apresentado e entendi o seu conteúdo e declaro participar divulgando minha identidade

Este termo de consentimento me foi apresentado e entendi o seu conteúdo e declaro participar designando o nome fictício de F. M. A

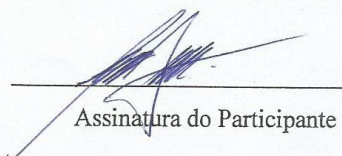
Recife, 07 de NOVEMBRO 2016.

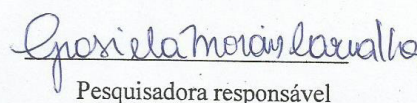
Pesquisadora: Grasiela Augusta Morais Pereira de Carvalho-
 grasielamoraiscarvalho@gmail.com

Contatos: (81) 9-91334720 (Tim)

Professora Orientadora: Dr.^a Denise M. Botelho - denise@ded.ufrpe.br

Contatos: (81) 9114-7605 (Claro) ou 9657-3535 (Tim)

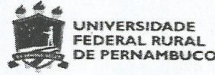

 Assinatura do Participante


 Pesquisadora responsável

Testemunha(s):

Élica Freitas (027. 371. 123-70)

Abelardo R. O. Sáez (068. 522. 079-55)



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CULTURAS E IDENTIDADES
Rua Dois Irmãos, 92, Apipucos - Recife-PE. CEP: 52071-440. (coordenacao@ppgeci.ufrpe.br)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, GILSON JOSÉ RODRIGUES JS., R.G. nº 003167339 SSP/RN autorizo a minha participação voluntária na pesquisa intitulada “**O processo de (des) construção da masculinidade hegemônica na Região Metropolitana do Recife**”. Cujo objetivo geral é analisar a identidade dos homens, que se reconheçam como e/ou que sejam reconhecidos socialmente como defensores dos direitos das mulheres e que busquem e/ou promovam a promoção de igualdade de gênero, na Região Metropolitana do Recife (PE). desenvolvida pela pós-graduanda GRASIELA AUGUSTA MORAIS PEREIRA DE CARVALHO, como pesquisa para a dissertação a ser defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Culturas e Identidades (PPGECI) da Universidade Federal Rural (UFRPE) e Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), sob orientação da Prof^a. Dr.^a Denise M. Botelho. O projeto de pesquisa foi submetido e aprovado pelo colegiado do PPGECI e contempla as normas éticas de pesquisa na área de ciências humanas.

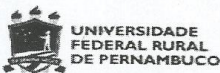
Tenho conhecimento que a presente pesquisa atende ao código de ética dos(as) pesquisadores(as) na busca de proteger a privacidade dos(as) participantes e transmitir essa proteção a todas as pessoas envolvidas no estudo. De maneira, que durante a identificação do problema de pesquisa, é importante ressaltar as contribuições do mesmo no processo de formação das pessoas que estão sendo pesquisadas.

Recebi a informação de que este trabalho tem o propósito de desenvolver um instrumento para analisar as identidades masculinas.

Tenho conhecimento que a participação dos procedimentos metodológicos (entrevista oral, questionários, gravações e/ou registro de imagens, etc), não haverá nenhuma retorno financeiro, como também, riscos e desconfortos para mim.

Autorizo os responsáveis pela pesquisa a conservar sob sua guarda os resultados da coleta de dados, assim como utilizar estas informações em situações acadêmicas (reuniões, congressos, cursos e publicações científicas etc). Estou ciente que terei direito a respostas a quaisquer dúvidas que possam surgir durante a minha participação na pesquisa.

Desse modo, a divulgação da minha identidade poderá acontecer ou ser designado com nome fictício, visto que a participação não acarreta nenhum prejuízo e poderei retirar este



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CULTURAS E IDENTIDADES
 Rua Dois Irmãos, 92, Apipucos - Recife-PE. CEP: 52071-440. (coordenacao@ppgeci.ufrpe.br)

consentimento em qualquer momento da investigação, sem qualquer penalização. Por estar inserido(a) em um cenário de lutas políticas e de fortalecimento identitário, tenho direito em manifestar o meu desejo de manter minha identidade civil a partir de minha manifestação explícita.

Este termo de consentimento me foi apresentado e entendi o seu conteúdo e declaro participar divulgando minha identidade

Este termo de consentimento me foi apresentado e entendi o seu conteúdo e declaro participar designando o nome fictício de _____

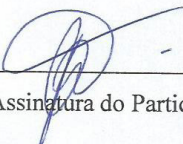
Recife, 22 de setembro 2016.

Pesquisadora: Grasiela Augusta Moraes Pereira de Carvalho-
 grasielamoraiscarvalho@gmail.com

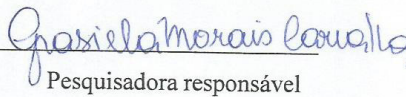
Contatos: (81) 9-91334720 (Tim)

Professora Orientadora: Dr.^a Denise M. Botelho - denise@ded.ufrpe.br

Contatos: (81) 9114-7605 (Claro) ou 9657-3535 (Tim)



 Assinatura do Participante



 Pesquisadora responsável

Testemunha(s):

Élida Freitas (027.371.123-70)

Araceli Rosa Oliveira Sáez (068.522.079-55)